Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

MARCOS PAULO DE LUCCA SILVEIRA

Intelectuais e a questão da democracia no Brasil:
um estudo a partir da revista *Presença*

São Paulo
2012

MARCOS PAULO DE LUCCA SILVEIRA

Intelectuais e a questão da democracia no Brasil:

um estudo a partir da revista *Presença*

Dissertação apresentada à Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

Autorizo a reprodução e divulgação total o parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L934i Lucca-Silveira, Marcos Paulo de
Intelectuais e a questão da democracia no Brasil:
um estudo a partir da revista Presença / Marcos Paulo
de Lucca-Silveira ; orientador Bernardo Ricupero. -
São Paulo, 2012.
145 f.
Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.
1. democracia. 2. marxismo. 3. comunismo. 4.
intelectuais. I. Ricupero, Bernardo, orient. II.
Título.

E-mail: mpluccasilveira@yahoo.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcos Paulo de Lucca Silveira

Intelectuais e a questão da democracia no Brasil:
um estudo a partir da revista *Presença*

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a
obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

Aprovado em

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

*Para a minha família, por tudo.
Especialmente à minha mãe e ao meu pai,
pelo amor e apoio incondicionais.*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Bernardo Ricupero, pela orientação, aprendizado e grande apoio que se iniciou na Iniciação Científica, ao longo dos anos de graduação em Ciências Sociais. Agradeço não só pela ajuda e generosidade, como pela amizade e pelo seu espírito pluralista e tolerante – revelado na aceitação de orientar um estudante com interesses diversos, assim como no diálogo com minhas posições teóricas nem sempre consonantes.

Ao Professor Gildo Marçal Brandão (*in memoriam*), pelo aprendizado, pelas conversas e pelo apoio também fundamental. Conjuntamente com Bernardo, forneceu a base do aprendizado que permitiu o florescimento do meu interesse sobre o pensamento político brasileiro.

Aos Professores Patrício Tierno e Milton Lahuerta, pelos valiosos comentários realizados na banca de qualificação deste trabalho. A este último, agradeço especialmente pelo vasto depoimento concedido a respeito da revista *Presença*.

Sou grato à Universidade de São Paulo, especialmente à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pelo acesso às condições de meu aprendizado. Entre os muitos Professores com quem aprendi ao longo dos anos de graduação e pós-graduação, agradeço a Adrian Gurza Lavalle, Álvaro de Vita, Cicero Araujo, Gabriel Cohn e Ruy Fausto. Agradeço, sobretudo, ao Departamento de Ciência Política e à secretaria do DCP – Rai, Ana Maria, Márcia, Vasne e Leonardo – pelo apoio e prontidão sempre que solicitada.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado concedida, a qual possibilitou a pesquisa.

Este trabalho é resultado das contribuições e debates oriundos de variados grupos de estudo e pesquisa. Agradeço à Professora Élide Rugai Bastos, a todos os Professores e integrantes do Projeto Temático “Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro”, pelo qual sou grato ao amplo aprendizado adquirido nas reuniões e encontros.

Aos colegas do *Impávidos* – Gabriel Philipson, Guilherme Melo, Hugo Neri, Jayme Gomes, João Cortese, Lenin Bárbara, Lucas Petroni, Michel Mustafa e Paulo Pirozelli, entre outros –, obrigado pelas horas de genialidade

coletiva que nossas reuniões proporcionavam, assim como pelos laços de amizade adquiridos. A Jayme Gomes, pela amizade e pelo conhecimento transmitido nas reuniões do *Marxismo sem bobagem*.

À *Liga da Justiça* – André Silva, Flávio Reis, Júlio Casarin, Lucas Petroni, Raissa Wihby Ventura, Renato Francisquini, San Romanelli Assumpção –, pelas leituras, discussões, aprendizados e amizades. A vida acadêmica sem a companhia intelectual de vocês não seria tão agradável. A apresentação da minha pesquisa em uma das reuniões foi fundamental para os possíveis méritos deste trabalho. À Raissa, muito obrigado por tudo. A Pedro Henrique Ribeiro e Lucas Petroni, agradeço especialmente pela amizade como também pela vida acadêmica conjunta e pelas intermináveis conversas.

Aos orientandos do Professor Bernardo – André Kaysel, Camila Góes, Christian Schallenmueller, Flávia Maria Ré, Leonardo Octávio – que aceitaram dialogar sobre meu texto e contribuíram para sua melhoria.

A todos meus amigos “da graduação”, que alegram a minha vida em São Paulo. Especialmente a Veronica Deviá pela grande estima e apoio essenciais, assim como a Elcio Basilio, pela amizade inabalável e pelas noites de *Gattopardo*.

Ainda, às amigas construídas ao longo dos anos em São Paulo e na pós-graduação. Entre muitos, especial menção a Roberta Soromenho, Francesca Cricelli, Camila Rocha, Fabio Lacerda, Pietro Rodrigues, Sergio Simoni Jr., Fabricio Vasselai, Miguel Barrientos e Rafael Nunes Magalhães.

A Aline, Anna, Enrico, Jaqueline, Juninho e Renata, pelo que resta de São Roque.

A minha família, base fundamental da minha vida. Agradeço a todos meus familiares, em especial às minhas avós, Angelina (*in memoriam*) e Rosa, e aos meus avôs, Pellegrino e Murillo. Meus irmãos – Paulinho e Marina –, muito obrigado pelas alegrias do convívio diário ao longo dos anos. Agradeço, ainda, a Marina pelos jantares diários e pela paciência em ler meus textos. A meu pai e minha mãe, todo agradecimento é pouco. Agradeço pelo amor, apoio e oportunidades essenciais – em todos os sentidos. Minha existência só é possível graças a eles. À minha família, especialmente a meus pais, dedico esta dissertação.

“A questão democrática coloca ao marxismo o célebre enigma: “ou me decifras ou te devoro”. Não são poucos os que supõem esse enigma já resolvido e proclamam prazerosamente a morte do marxismo. Também não são poucos os que ignoram de modo simplista a radicalidade e a novidade do desafio, respondendo à questão democrática com velhas formas dogmáticas, real ou supostamente inspiradas nos ensinamentos de Marx e de Lenin.”

Carlos Nelson Coutinho

RESUMO

A presente pesquisa analisa a questão da adesão teórico-conceitual à democracia realizada por um grupo de intelectuais comunistas no Brasil, ao final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980. O trabalho analisou *Presença – Revista de Política e Cultura* – publicada em dezoito exemplares de 1983 até 1992 –, na qual grande parte desses intelectuais participaram. Apresenta-se a hipótese de que a publicação do ensaio de Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, em março de 1979, pode ser considerada o “momento decisivo” da adesão à democracia política a partir de uma linguagem vinculada ao marxismo-comunismo no Brasil. Indica-se como esse movimento de adesão à democracia está associado a uma nova interpretação da história e da conjuntura político-social do país. A principal referência teórica desse grupo são as obras de Gramsci. No mais, sugere-se que esse movimento de adesão teórico-conceitual está inserido em um movimento das ideias políticas mais amplo, o qual está vinculado às características da conjuntura do período de transição política brasileira.

Palavras-chave: democracia, marxismo, comunismo, *Presença – Revista de Política e Cultura*, transição política, Brasil.

ABSTRACT

The present research analyses the conceptual adhesion to democracy of a group of communist intellectuals in Brazil, from the end of the 1970's through the 1980's. The work accomplishes the analyses of *Presença*, a review of politics and culture published in eighteen issues from 1983 to 1992, in which a great part of these intellectuals took part. The hypothesis proposes that the publication of Coutinho's essay "A democracia como valor universal", in March 1979, can be considered a "decisive moment" in relation to the adhesion to political democracy still using a language linked to Marxism-communism in Brazil. We point out this movement of adhesion to democracy is linked to a new interpretation of the country's history and political-social juncture. The main theoretical benchmark of this group was Gramsci's work. Furthermore, it is suggested that this theoretical movement is understood within a wider movement of political ideas, which is linked Brazil's political transition period.

Keywords: Democracy, Marxism, Communism, *Presença – Revista de Política e Cultura*, political transition, Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NOS ANOS DA TRANSIÇÃO: UMA VISÃO GERAL	15
1. INTRODUÇÃO	15
2. PANORAMA HISTÓRICO E PREMISSAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	16
3. BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CONJUNTURA POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA.....	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
CAPÍTULO 2. INTELECTUAIS COMUNISTAS E A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NOS ANOS DA TRANSIÇÃO	35
1. INTRODUÇÃO	35
2. UMA HIPÓTESE	38
2.1. A tese de Coutinho	42
2.2. As críticas	46
3. USOS CONCEITUAIS: UMA INTERPRETAÇÃO.....	50
4. POR QUE GRAMSCI? QUAL GRAMSCI?	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
CAPÍTULO 3. CONTRAPONTO: A QUESTÃO DA DEMOCRACIA.....	77
EM CARDOSO E WEFFORT	77
1. INTRODUÇÃO	77
2. AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O GOLPE MILITAR DE 1964.....	80
2.1. O Cebrap e a inovação temático-interpretativa.....	84
3. CARDOSO: AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO	86
4. WEFFORT: POR QUE DEMOCRACIA?	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
CAPÍTULO 4. A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NAS PÁGINAS DE <i>PRESENÇA – REVISTA DE POLÍTICA E CULTURA</i>	103
1. INTRODUÇÃO	103
2. O CASO DE <i>PRESENÇA – REVISTA DE POLÍTICA E CULTURA</i>	104
2.1. A questão dos partidos políticos em <i>Presença</i>	114

2.2. A questão da democracia em <i>Presença</i>	122
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

“Afinal continuo firmemente convencido de que a tese central neles presente – ou seja, a de que, se sem democracia não há socialismo, tampouco há democracia plena e consolidada sem socialismo – nada perdeu de sua atualidade e até mesmo de sua urgência.”

Carlos Nelson Coutinho
(março de 2008)

O problema que motivou esta pesquisa é a questão da adesão teórico-conceitual e política à democracia realizada por um grupo de intelectuais comunistas no Brasil¹, ao final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980. Por que um grupo de comunistas brasileiros, a partir de um dado momento histórico, passaria a defender que a conquista da *democracia política* seria um importante estágio a ser atingindo em busca do socialismo, ao menos para o caso do Brasil? E, mais do que isso, como tal movimento de adesão à democracia política foi realizado e justificado a partir de um arcabouço teórico-conceitual marxista-comunista?

Esse movimento de adesão política (e, conjuntamente, teórico-conceitual²) à democracia é, em um primeiro olhar, não-intuitivo ou pouco autoevidente – sobretudo se levarmos em consideração a vasta produção marxista (em especial, vinculada à produção política comunista) a respeito da temática – e mereceria ser estudado de modo cuidadoso. O presente trabalho busca realizar essa tarefa. Sobretudo, o modo pelo qual a adesão à democracia é justificada e validada no

¹ Entre os comunistas que aderiram à democracia no Brasil no período histórico que estudaremos, podemos destacar os nomes de Armênio Guedes, Carlos Nelson Coutinho, Gildo Marçal Brandão, Ivan de Otero Ribeiro, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira. Utilizaremos a terminologia *grupo* em relação aos intelectuais analisados no presente trabalho, pois, como demonstraremos ao longo da dissertação, julgamos possível validar teoricamente uma identidade nas diversas obras e/ou contribuições teórico-políticas desses comunistas. No mais, também poderíamos recorrer a uma validação histórico-factual, demonstrando os relacionamentos, assim como as atividades políticas e intelectuais conjuntas, nas quais ampla gama desses comunistas foi integrante.

² Enfatiza-se na questão de a adesão à democracia ser tanto teórico-conceitual como política, pois grande parte da história do marxismo-comunismo brasileiro foi caracterizada por um descompasso entre teoria e prática política. Esse ponto será analisado no Capítulo 2 da presente dissertação.

interior de uma linguagem política marxista-comunista, a partir da utilização de conceitos oriundos especialmente da obra de Gramsci, será analisado neste trabalho.

A pesquisa iniciou-se a partir do exame de um objeto privilegiado de análise da posição teórico-política desse grupo de intelectuais, *Presença – Revista de política e cultura*. Essa Revista foi uma publicação que circulou por quase dez anos durante o período de transição política brasileira. Com o primeiro exemplar publicado em novembro de 1983 e o último, de seus dezoito exemplares, publicado em junho de 1992, a revista *Presença* insere-se no debate – em torno da questão da democracia política e suas instituições – que marcou esse período histórico no Brasil. Entre os intelectuais vinculados a essa publicação, merecem destaque os nomes de Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Marco Aurélio Nogueira, Milton Lahuerta, Leandro Konder, entre outros. Nas páginas de *Presença*, esses intelectuais, assim como outros colaboradores, manifestavam suas opiniões a respeito das questões políticas que o país enfrentava, assim como desenvolviam análises de âmbito cultural, literário, ou, mesmo, teórico-normativo. Novamente, Gramsci pode ser considerada a principal referência teórica da Revista.

Com o avançar do estudo, julgou-se necessário retroceder temporalmente a pesquisa em alguns anos antes da data inicial dessa publicação para se compreender como o (ao menos, aparente) par de oposição *democracia* ou *revolução* foi ressignificado pelo grupo de intelectuais comunistas brasileiros a partir do uso de acréscimos conceituais à linguagem marxista-comunista do período. Dado isso, a pesquisa lidou com parte da produção comunista desde os anos 1950, buscando encontrar resquícios de certa preocupação democrática no interior das publicações vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como será analisado a frente, constatou-se que a publicação do ensaio de Carlos Nelson Coutinho – intelectual que também integrou o grupo de colaboradores de *Presença* –, “A democracia como valor universal”, em março de 1979, na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, pode ser considerada como o “momento decisivo” da adesão à democracia política a partir de uma linguagem fortemente vinculada ao marxismo-comunismo (e, factualmente, ao PCB) no Brasil.

A nosso ver, essa adesão à democracia política não foi um movimento específico realizado somente por esses intelectuais comunistas no Brasil, mas sim, pode ser considerada parte de um movimento amplo, o qual foi realizado pela maioria dos atores políticos significantes do país (sobretudo, de esquerda) durante as décadas de 1970 e 1980. Apresentar-se-á, assim, a hipótese de um movimento geral das ideias políticas no país que parte da questão do desenvolvimento para atingir a questão da democracia política. Se anteriormente o debate político encontrava-se situado, sobretudo, na questão do *desenvolvimento* (econômico), a partir de meados dos anos 1970, o foco do debate na esfera política se transferirá para a questão da democracia. Esse movimento das ideias políticas, a nosso ver, deriva-se da mudança das formas econômico-sociais do país ao longo dessas décadas.

Contudo, se essa hipótese ampla for válida, o movimento de adesão à democracia tem que se realizar ao longo da produção de outros intelectuais brasileiros, os quais estavam inseridos em outras linguagens políticas. Dado isso, buscar-se-á apresentar esse movimento, expondo como os desenvolvimentos a respeito da democracia (nos quais a adesão à democracia é defendida) também foram apresentados em uma particular linguagem acadêmica – composta por certo “marxismo difuso”, mas também dotada de elevadas doses de ecletismo teórico –, a partir da produção de um grupo de intelectuais que se vinculava a Universidade de São Paulo (USP), ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), da qual se destacam as contribuições de Cardoso e Weffort.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Optou-se por apresentar esta dissertação em quatro capítulos, além desta introdução e de algumas considerações finais. A ordenação dos capítulos segue a ordem causal que será defendida no trabalho. Inicia-se do *geral* em direção ao *particular*. Parte-se da análise da conjuntura político-social ampla do período para, posteriormente, focar a pesquisa em um plano teórico-conceitual da adesão à democracia realizada pelo grupo de intelectuais comunistas estudado, para, finalmente, realizarmos um estudo do caso específico da revista *Presença*, na

qual, como afirmado anteriormente, grande parte dos intelectuais comunistas vinculados a tal grupo que aderiu à democracia política realizou contribuições.

No primeiro capítulo, apresenta-se a tese geral, do movimento das ideias políticas, assim como indicaremos quais foram as principais mudanças que as formas socioeconômica e política, ao longo da segunda metade do século XX, sofreram no Brasil³. No mais, explicitaremos os pressupostos teóricos (e metodológicos) do estudo.

Já no segundo capítulo, a análise buscará delimitar temporalmente *quando* o grupo de intelectuais estudado aderiu (conceitual e praticamente) à democracia política, assim como apresentará uma explicação de *como* esses intelectuais comunistas brasileiros realizaram essa adesão. Quais conceitos foram utilizados? De que modo esses conceitos legitimaram, validaram e/ou justificaram a adesão à democracia?

Após a apresentação de uma hipótese histórica, exibir-se-á uma interpretação dos usos conceituais inovadores que esses intelectuais realizaram. Utilizando novos conceitos de renovados referenciais teóricos – entre os quais se destacam os conceitos oriundos dos estudos agrários de Lenin, assim como conceitos das obras de Lukács e, sobretudo, das obras de Gramsci –, esses intelectuais apresentaram teses em que justificam e legitimam a adesão à democracia a partir do marxismo-comunismo. Além do mais, buscar-se-á demonstrar como simultaneamente à adesão à democracia, há uma reinterpretação da história e da conjuntura política brasileira nessas teses produzidas por esses intelectuais comunistas.

No terceiro capítulo, apresentar-se-á uma espécie de contraponto ao capítulo anterior. Buscar-se-á contrabalancear a adesão realizada por esse grupo de comunistas brasileiros, ao se apresentar as contribuições teóricas de outro grupo de intelectuais vinculados à Universidade de São Paulo (USP), ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) que também defendeu a adesão à democracia política. Privilegiar-se-á a análise das contribuições realizadas por Cardoso – sobretudo, as formulações do autor realizadas ao longo da década de 1970 que podem ser

³ Para evitar um possível viés na análise, optou-se por não utilizar como bibliografia de apoio da argumentação desse capítulo os trabalhos produzidos pelos intelectuais que serão analisados com o avanço da dissertação.

sintetizadas na bandeira do “autoritarismo e democratização” (Lahuerta, 1999, p. 3) – assim como se analisará a contribuição à temática presente no ensaio *Por que democracia?*, publicado em 1984, por Francisco C. Weffort.

No quarto capítulo, realizar-se-á um esboço do contexto histórico no qual a revista *Presença* estava inserida. Apresentar-se-á a fisionomia intelectual da Revista, assim como serão analisados os principais debates que estamparam seus exemplares. Seus principais colaboradores serão apresentados, conjuntamente com as principais contribuições presentes nos exemplares da Revista. Como realizado nos capítulos anteriores, o enfoque continuará a se concentrar sobre a questão da democracia, sobretudo, em um patamar conceitual.

Defender-se-á que a publicação dessa Revista pode ser entendida como o ápice e, ao mesmo tempo, uma espécie de “momento final” da valorização da democracia, ainda em uma linguagem fortemente estruturada por conceitos marxistas (comunistas) clássicos.

Por fim, considerações finais e algumas exposições de âmbito geral da pesquisa serão apresentadas.

Ressalta-se, ainda, uma questão de estilo de redação do presente trabalho. Julguei que a redação em primeira pessoa de alguns pontos do trabalho poderia contribuir e tornar a compreensão mais fácil – auxiliando na diferenciação das minhas contribuições teórico-argumentativas em relação à bibliografia sobre o tema. Portanto, realizei essa escolha quando julguei necessário, mesmo sabendo que ela tende a ser heterodoxa na linguagem acadêmica contemporânea, em especial na Ciência Política. Acredito que os ganhos em relação ao fácil “mapeamento teórico” da minha argumentação superaram os riscos da escolha.

CAPÍTULO 1. A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NOS ANOS DA TRANSIÇÃO:

UMA VISÃO GERAL

“A conquista da democracia tornou-se, desde 1974, o leitmotiv da política brasileira.”

Francisco C. Weffort

1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo, apresentar-se-á um panorama a partir do qual se busca validar a hipótese de que, ao longo dos anos da transição política brasileira, houve um deslocamento de centralidade e importância da temática do desenvolvimento econômico para a questão da democracia. Dado isso, o debate político se deslocou, nesse período temporal, da esfera econômica para a esfera própria do político.

Afirmar-se-á, também, a premissa geral da importância decisiva que a conjuntura político-social assume para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e centralidade dos ideais e valores políticos analisados. Ou seja, uma particular conjuntura político-social propicia (ou não), aos variados atores, possibilidades de formular e defender valores políticos. A particular conjuntura político-social brasileira dos anos 1970 e 1980 propiciou aos variados atores políticos do período a possibilidade de assumirem a democracia como valor político central.

Além disso, buscar-se-á apresentar de modo geral e esquemático breves considerações a respeito da conjuntura política, social e econômica do período da transição política brasileira, buscando assim destacar as grandes mudanças estruturais que ocorrem na sociedade brasileira que possibilitam a legitimidade de nossa hipótese mais abrangente de pesquisa.

No mais, uma ressalva merece ser apresentada: a preocupação deste capítulo, assim como de grande parte da dissertação, está focada em questões conceituais. A análise que se segue apresenta as questões histórico-factuais a partir de um claro recorte que pretende contribuir a uma argumentação preocupada com problemas de ordem teórica. Ou seja, se esse recorte da pesquisa – que pretende abordar um *horizonte conceitual* do período histórico –

não for levado em consideração, o leitor observará significativas ausências não justificadas. O próprio contexto autoritário que é levado em consideração, por exemplo, em alguns momentos da exposição pode ser considerado insuficiente. Não restam dúvidas que esse contexto histórico é decisivo para o que foi nomeado de “aprendizado democrático”, em especial das esquerdas políticas brasileiras. Porém, dado o objetivo da pesquisa, a exposição dos argumentos históricos tende a privilegiar tal horizonte conceitual, explicitando de modo analítico o movimento das ideias no período.

2. PANORAMA HISTÓRICO E PREMISSAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Grande parte dos direitos civis e políticos foi significativamente limitada devido à ordem política autoritária cristalizada por um regime militar implantado em 1964 e sustentado por mais de duas décadas. Essa ordem política autoritária ocasionou, no país, uma reavaliação da importância dos direitos civis e políticos. As reivindicações pela defesa de liberdades individuais e políticas ganharam uma particular força ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Nessas circunstâncias, o conceito de *democracia* emergiu como a categoria-síntese de um elevado número de aspirações expressas em diversas manifestações que se opunham às práticas realizadas pelo regime autoritário⁴. As demandas, tanto de origem intelectual⁵ como também populares, assumiram, de modo crescente, ao longo dos anos, a luta pela democracia como uma questão fundamental no Brasil.

⁴ Ao longo deste trabalho, seguindo Koselleck, entenderemos que conceitos são “vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados”, reunindo, portanto, em si uma totalidade de sentidos. No mais, “todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma *exigência concreta de generalização* ao mesmo tempo em que são sempre *polissêmicos*.” (Koselleck, 2006, p. 108, grifos meus).

⁵ Neste trabalho, realizamos o uso de *intelectual* como uma categoria de caráter abrangente, seguindo, em parte, a compreensão de Gramsci, a qual ressalta que: “Quanto se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso.” (Gramsci, 1968, p.7)

No mais, a categoria aqui presente é aplicada àqueles que, de alguma forma, refletem e contribuem à “obra de pensamento”, isto é, aquilo que não é nem especificamente obra de arte nem produção estrita de ciência. Ou seja, intelectuais no presente texto são aqueles que se dedicam a algo “que se ordena em razão de uma intenção de conhecimento e à qual, no entanto, a linguagem é essencial” (Lefort, 1979, p.155).

Em uma referência conceitual mais ampla, pode-se afirmar que no país, ao longo desse período, verifica-se uma mudança na preocupação central dos debates políticos da temática do desenvolvimento para a questão da democracia. Conjuntamente, há um deslocamento do debate da esfera econômica, na qual se encontram as principais questões sobre o desenvolvimento, para a esfera política, na qual se localiza centralmente a questão da democracia.

Uma pluralidade de significações foi associada ao conceito de *democracia* ao longo dos anos de manutenção do regime militar instaurado em 1964 no Brasil. Como afirma Robert Barros a respeito da questão com referência à América Latina:

“Under these circumstances “democracy” emerged as the banner for any number of proscribed aspirations. As the symbolic embodiment of alternatives to dictatorship, democracy came to mean any number of things, including the introduction of narrow channels of elite representation, an end to arbitrary detentions, torture and murder, the recovery of liberal institutions, more jobs, housing, education, and health care, as well as structural transformations in favor of popular classes.” (Barros, 1986, p. 49)

Em especial, a partir dos anos da transição política brasileira, o conceito assume uma função-chave no debate político do país. A recorrência da polissemia no conceito enfatiza a centralidade de tal categoria na arena política e, mais do que isso, demonstra como o significado (*sema*) do conceito *democracia* estava claramente em disputa entre os diversos atores.

Afastamo-nos de certas leituras que tendem a considerar que a recorrência dessa polissemia nos usos conceituais de *democracia*, realizados pelos atores no interior do debate político da época, limitou a produtividade (Barros, 1986, p.70) e, portanto, os resultados políticos em torno da questão. Na presente análise, tende-se a considerar a polissemia em torno de tal conceito como característica central para a própria *existência* do conceito e do debate político, visto que tal debate é derivado da disputa de significação entre os diversos atores. Compartilhamos, portanto, da posição formulada por Francisco Weffort, a qual considera a luta em torno do conceito de *democracia* como uma demonstração da importância central

(e decisiva) que a articulação e defesa de tal conceito adquiriram no campo político brasileiro da época⁶. Nas palavras de Weffort:

“Na própria luta dos divergentes e dos contrários em torno do sentido da democracia está a afirmação da democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização humana.” (Weffort, 1984, p. 61)

Entretanto, realizar essa colocação – de que a disputa em torno da *democracia* é a característica central do debate político desse período histórico – não pressupõe a inexistência de qualquer referência à *democracia* ao longo da história política brasileira⁷. Afirma-se, somente, que em um particular momento da história política brasileira marcadamente antidemocrático, o período pós-1964 – e, sobretudo, pós-1968 –, é que o debate sobre o *sema* do conceito de democracia ganhará força e centralidade. Explica-se: um conceito consolidado (ou, plenamente, ausente⁸) na arena política tende a não ser essencialmente questionado, dado que para a existência de um conceito consolidado é necessária a presença de um consenso político-social sobre o mesmo⁹.

⁶ Contudo, Weffort preserva certo ceticismo a respeito da questão, como podemos notar na passagem: “A palavra democracia tem sido usada em tantos sentidos para caracterizar a transição política brasileira que podemos sempre nos perguntar se tem, finalmente, algum sentido” (Weffort, 1984, p. 53).

⁷ Devo ao Prof. Paulo Eduardo Arantes o esclarecimento de tal questão. Em sua fala durante a mesa “Balanço e perspectivas para a democracia hoje”, V Semana de Ciências Sociais da USP (2009), o filósofo alertou sobre o recorrente risco de anacronismo referente aos estudos democráticos no país. Segundo Arantes, não podemos afirmar a inexistência da defesa de valores democráticos (referindo-se, sobretudo, aos atores de esquerda) no período de 1946-1964, pois, em suas palavras, “não se arrombam portas abertas” e a democracia pode ser uma dessas portas abertas do período. Ou seja, a democracia poderia ser, no período, um conceito consolidado não central ao debate político. Tendemos a não compartilhar de tal posição, porém julgamos a crítica relevante.

⁸ A ausência tende a se realizar quando um conceito político não está “no complexo mental dos possíveis” dos atores políticos. Ou seja, é impensável – mesmo, somente, enquanto ideia – para os atores políticos do período. A questão da história da extensão do direito ao voto é um modo interessante de se notar o movimento de tais limites históricos. O mesmo ocorre com a questão da cidadania. Outros possíveis exemplos caricatos são o da (im)possibilidade de se pensar sobre a questão da economia sustentável ao longo do século XIX nos países industrializados, ou, ainda, a (im)possibilidade das propostas de plebiscitos organizados pela internet como forma de democracia direta até anos recentes.

⁹ A respeito da questão, segue-se, de modo livre, a sugestão apresentada de modo pioneiro por Gallie (1956), em “Essentially contested concepts”, adaptando-a (e modificando-a) para se realizar um enfoque nas ideias políticas.

Desse modo, os anos em torno das décadas de 1970 e 1980 (assim como, ainda, o início dos anos 1990) se caracterizam, justamente, como o momento dessa mudança na história política brasileira¹⁰.

Destaca-se, assim, a importância de tal período histórico para o campo intelectual e político brasileiro: observa-se, nesses anos, uma inversão de centralidade das principais questões do campo. Como indicado de modo breve anteriormente, tendemos a afirmar que ocorreu uma nítida inflexão nas principais questões pertinentes ao pensamento político brasileiro. Se, ao longo dos anos anteriores, “a idéia-força, organizadora do campo intelectual, é a do desenvolvimento, e questão subjacente é a da democracia” (Brandão, 2007, p. 36), nesse período histórico, a situação inverte-se. Nos anos da duradoura transição política brasileira, a democracia deixa de ser uma questão subjacente e ganha centralidade, enquanto as ideias sobre o desenvolvimento, quando não abandonadas, se tornam questões subjacentes. Como nos afirma Lahuerta, “observando-se a década de 1970 no Brasil é impossível deixar de perceber que nela a história política do país experimentou uma grande virada” (Lahuerta, 2001, p. 57).

Nesse período, assim como nos anos seguintes, a sociedade brasileira modificou-se e, conjuntamente, as interpretações vigentes sobre essa sociedade também se alteraram. Se no nível do pensamento político as questões do desenvolvimento e da democracia evoluem com predominância inicial da primeira sobre a segunda e posteriormente ocorre a inversão de domínio, a nosso ver,

¹⁰ Como ficará mais claro ao leitor com o avançar do texto, buscamos demonstrar o movimento mais amplo, ao longo do tempo, de mudança na história política do Brasil sem pontuar um momento específico de ruptura histórica. Daí, portanto, identificarmos cerca de duas décadas e meia como o período de mudança da história política em direção à democracia no Brasil. Contudo, se caso fossemos obrigado a pontuar uma data específica para marcar tal processo de ruptura, determinaríamos – de acordo com vasta bibliografia sobre o tema – o ano de 1974 como o momento de ruptura “geral” pró-democracia.

Como nos afirma Lahuerta: “O ano de 1974 é identificado com o início do processo de abertura lenta e gradual projetado pelos militares, mas não seria exagero afirmar que ele adquire um significado mais abrangente para a história contemporânea do país, aparecendo como uma espécie de marco de ruptura em sua cultura política. [...] A bibliografia que trabalha o processo de “transição democrática” no Brasil atribui ao ano de 1974 um significado de inflexão, não só porque nele ocorreu um fenômeno eleitoral que alterou todas as convicções políticas, mas também porque teria sido a partir dele que se iniciaria a política de distensão implementada pelo governo. [...] No entanto, é possível conceber tal inflexão num outro sentido, como uma alteração radical na correlação de forças que, além de revelar que o regime não era invencível, demonstrava que, para além das intenções aberturistas de parte do bloco dominante, estava em curso um processo de transformação societal.” (Lahuerta, 1999, p. 189)

também nos planos factuais (econômico, político, social, entre outros) os movimentos análogos de evolução, predominância e posterior inversão podem ser observados. Ou seja, estamos propondo a tese da sobreposição de formas mentais (das ideias políticas) e formas político-sociais¹¹. Para precisarmos nossa premissa, utilizando um jargão de cunho analítico, podemos afirmar a tese da dependência social das “descobertas” (realizando certa analogia com os desenvolvimentos teóricos da filosofia da ciência)¹². Assume-se, portanto, certa dependência – a nível de “contexto de descoberta” – das formas mentais em relação às formas político-sociais (materiais)¹³.

Ao se assumir a presente posição teórica, segue-se de modo indireto os fundadores das ciências sociais¹⁴. Enfatiza-se que adotar a premissa acima apresentada não nega qualquer possibilidade de agência ou livre-arbítrio dos atores, mas apenas afirma a existência de constrangimentos oriundos da

¹¹ Tendemos a seguir, em parte, Roberto Schwarz, afirmando a primazia da forma social sobre as demais. Como nos informa o autor, ao analisar as obras literárias: “Nesse sentido, formas são o abstrato de relações sociais determinadas, e é por aí que se completa, ao menos a meu ver, a espinhosa passagem da história social para questões propriamente literárias, da composição – que são de lógica interna e não de origem.” (Schwarz, 2008, p.51) É esse complexo movimento de passagem da forma social para as ideias políticas, o qual se realiza a partir de (sub)movimentos de mão-dupla, um dos pontos centrais que nosso trabalho pretende abordar.

¹² No presente trabalho estamos realizando a usual distinção realizada na Filosofia da Ciência entre “contexto de descoberta” e “contexto de justificação”. Como o próprio conceito já nos indica, o primeiro se refere ao modo como o cientista (no caso da Filosofia da Ciência) chega a sua teoria, lei ou “descoberta”. Já o “contexto de justificação” diz respeito a como tais teses são apresentadas ao público a fim de a descoberta atingir reconhecimento e legitimidade (científica) – sendo, sobretudo, essa dimensão (ao menos para os adeptos do empirismo lógico) o objeto epistemologicamente válido para a disciplina. Na presente análise, espelhamos essa distinção conceitual para o campo da “história política” como modo de evitarmos certas leituras simplistas da tese que apresentamos; contudo, não estamos propondo uma redução de importância da “descoberta”. Explica-se: a questão da adesão à democracia não pode ser corretamente compreendida se acreditarmos que tal adesão é fruto de uma “adesão de conveniência”, *ad hoc*, que tais intelectuais marxistas realizam após a compreensão do *déficit político* que as teorias marxistas apresentavam.

¹³ Ao adotarmos tal premissa, estamos afirmando que as ideias são relativas às formas em que se realizam; porém, dessa afirmação não se deriva a impossibilidade de existência de formas, ideias, e valores universais (em nível de justificação). Ou seja, a questão de a adesão à democracia ser oriunda de um particular contexto político-social não impossibilita a tese da “universalidade do valor democrático”. Como estamos propondo, tais questões estão em níveis distintos (a primeira em nível de “descoberta”, a segunda a nível de “justificação”).

¹⁴ Por um lado, Durkheim propunha a ideia de que categorias classificatórias do pensamento, como gênero e espécie, seriam fundadas socialmente, abrindo, desse modo, a possibilidade de uma epistemologia eminentemente sociológica. De outro lado, Marx também afirmava a importância do social “adquirido” (ou seja, tradição, história, etc.) frente às intenções e ações humanas. Lembra-se que nas páginas iniciais de *O Dezoito Brumário*, Marx afirma: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (Marx, 2002, p.21)

estrutura social sobre suas ações, ideias e valores. Após essa breve digressão metateórica, retorna-se ao tema de pesquisa.

Como já indicado, ao longo das décadas de 1970, assim como nos anos de 1980, a democracia passou a assumir o objetivo comum (geral) de boa parte das forças políticas no Brasil, local anteriormente ocupado pela ideia de desenvolvimento econômico. Francisco Weffort, refletindo sobre a década de 1980, afirma:

“A luta política no Brasil, hoje, é tanto uma luta pelo poder quanto uma luta em torno do significado da democracia. Em outras palavras: a democracia é o terreno onde grupos e partidos que representam interesses e ideologias diversas lutam pelo poder.” (Weffort, 1984, p.59)

Não é irrelevante lembrarmos que, “nesses anos, a sociedade brasileira viu o “desenvolvimento econômico” separar-se da democracia, realizar-se sob uma ditadura e desvincular-se de um projeto de autonomia nacional” (Lahuerta, 2001, p.57).

Não são poucos os que afirmam que essa realização histórica revela o equívoco das teses e interpretações baseadas em um arcabouço conceitual focado no nível econômico, referenciado pelo nacionalismo, no qual o centro argumentativo era a questão do desenvolvimento, cabendo à esfera política nível secundário e periférico. Contudo, a premissa teórica adotada impossibilita tal afirmação normativa. Não se tem condições de dizer que as leituras focadas no desenvolvimento econômico – as quais (em sua maioria) consideram que a democracia seria alcançada de modo derivado de tal desenvolvimento – estavam/estão erradas; mas, sim, pode-se afirmar que a nova situação da sociedade brasileira possibilitou interpretações divergentes a essas, até então, centrais. E, mais do que isso, pode-se defender que as novas interpretações, agora focadas na questão democrática, assumiram, com o passar do tempo, essa centralidade no interior do campo do intelectual e político brasileiro.

Desde os anos 1950, o desenvolvimento no Brasil foi concebido como um “objetivo que vale em si mesmo” (Weffort, 1984, p.61). Ou seja, em qualquer hipótese, o desenvolvimento era visto como a condição para a conquista de uma vida mais digna no país. Isto é, na época, “embora os políticos, os partidos e os cidadãos em geral p[udessem] divergir quanto a saber quais os melhores

caminhos para o desenvolvimento, eles est[avam], em sua grande maioria, de acordo com relação ao valor do desenvolvimento como tal” (Weffort, 1984, p.60). As preferências individuais e/ou políticas não contestavam a crença no desenvolvimento como o valor geral. Seja a partir da geração de mais empregos, ou mais investimentos, ou ocasionando melhores condições de trabalho e aumento salarial, ou, ainda, proporcionando novas oportunidades de consumo, o desenvolvimento era visto como a saída histórica (política e econômica) para o Brasil. É, justamente, essa generalidade enquanto valor, que será transferida para a democracia ao longo dos anos da transição política brasileira. Porém, ressalta-se que esses processos históricos, nos seus variados níveis, não se realizam de modo direto e simples.

O movimento no nível das ideias se caracteriza por uma elevada complexidade que é também uma das características centrais da transição política brasileira. Lembra-se, em primeiro lugar, que essa transição se caracterizou por um processo bastante longo de mudança política. Entendida de modo amplo, pode-se afirmar que a transição política inicia-se em meados dos anos 1970 e encerra-se somente na primeira metade da década 1990. Contudo, como ressalta Sallum Jr.:

“A duração, no entanto deixa de surpreender logo que se toma em conta que, mesmo não sendo um processo revolucionário de mudança, a transição política brasileira tem sido extremamente complexa, transcendendo a mera mudança institucional. De fato é a sua complexidade – o fato de a mudança ocorrer em diversas dimensões em ritmos e, às vezes, em direções diversas – que explica sua longevidade.” (Sallum Jr., 1996, p.7-8)

A mudança ocorre em diversas dimensões e em ritmos distintos e, até mesmo, em direções diversas também no nível das ideias. Pode-se considerar que uma particular cultura do período foi, ao longo desses anos, sendo desconstruída, mas ao mesmo tempo deixando suas marcas nas ideias posteriores (*cf.* Lahuerta, 2001). Não foram poucas as manifestações pró-democracia, nos anos 1970 e até mesmo posteriores, que se sustentavam em discursos, concepções e bandeiras “econômico-desenvolvimentistas”, “nacional-populares”, etc. Não havia uma nítida distinção discursiva, estando os discursos democráticos (e as ideias democráticas) borrados por características, conceitos e

jargões formulados anteriormente. Ou seja, não são poucas as expressões de defesa da democracia que utilizavam um arcabouço conceitual não estritamente político-democrático.

O principal objeto desse estudo é fonte privilegiada para tais constatações. As publicações de marxistas-comunistas, nas quais será enfocada a análise adiante, realizam um surpreendente esforço para validar a adesão à democracia de modo teórico a partir de um arcabouço conceitual predominantemente econômico (ou melhor, *pré-centralidade do político*). Mesmo assim, o “marxismo-comunismo” – ou seja, o discurso dos militantes vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – sofreu uma forte reformulação na produção de um grupo de intelectuais marxistas a partir da adesão teórico-conceitual (além de prática) à democracia política. Para essa adesão, novos referenciais teóricos serão introduzidos na obra de tais intelectuais – sobretudo, Gramsci –, assim como novas leituras de autores já centrais (em especial, Lukács e Lenin) serão realizadas. Uma reflexão política do *político*¹⁵ será construída a partir de um discurso que era centralmente (ao menos, nos anos anteriores) econômico. É inegável que o marxismo brasileiro era predominantemente focado no nível econômico. Seja ele o marxismo propagado pelos intelectuais integrantes do PCB ou o marxismo difuso presente nos diversos ambientes acadêmicos ao longo dos anos de ordem política militar-autoritária. Como nos afirma, novamente, Lahuerta¹⁶:

“A predominância do economicismo no marxismo, somada à tradição funcional e dualista do pensamento social brasileiro, deixaria pouco espaço para o desenvolvimento de uma reflexão propriamente política.” (Lahuerta, 2001, p.60)

Contudo, esses intelectuais vinculados – direta ou indiretamente – ao marxismo são atores políticos que ganharam destaque na luta pela democracia no Brasil em tal conjuntura. E, mais do que isso, utilizando o arcabouço conceitual e teórico que possuíam e validavam (ou seja, marxista), tais intelectuais buscaram

¹⁵ Em distinção ao discurso político do (sobre o) *econômico*.

¹⁶ Ao afirmar a questão da tradição dualista no pensamento político brasileiro, Lahuerta está se baseando no trabalho de Paulo Eduardo Arantes (1992), *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*.

desenvolver discursos em que a bipolaridade entre prática e teoria – tão frequente ao longo da história política brasileira – deixasse de existir. Isto é, os intelectuais brasileiros, nos anos de transição política, adequaram discurso e prática, realizando para isso um monstruoso esforço de reformulação teórica das vertentes marxistas, as quais se filiavam.

Tais posições políticas pró-democracia foram desenvolvidas de modo pioneiro tanto por Carlos Nelson Coutinho e um grupo de intelectuais comunistas – entre os quais, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira –, assim como também estão presentes, mas de modo distinto (não com menor importância e centralidade) na produção de um grupo de intelectuais, oriundos da Universidade de São Paulo (USP), que fundaram, em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e, em 1976, o Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (Cedec), entre os quais se destacam Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort.

Portanto, são justamente essas posições e discursos pró-democracia desses intelectuais – estruturados, sobretudo, em bases conceituais marxistas – que pretendemos analisar a seguir, enfocando no movimento conceitual (em sentido mais amplo das ideias) que possibilitou a justificação dessa adesão à democracia política. Porém, antes de avançarmos para a apresentação das ideias desenvolvidas por tais intelectuais, nos debruçaremos brevemente no contexto político-social da época, dado a centralidade dele para a nossa principal hipótese de pesquisa.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CONJUNTURA POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Como destacado anteriormente, acredita-se que, de modo amplo, a introdução da temática democrática no debate político brasileiro, assim como o processo de adesão política à democracia de determinados atores vinculados a uma específica vertente marxista-comunista, são fenômenos político-sociais que

só podem ser corretamente compreendidos ao levarmos em consideração a conjuntura econômica, política e social específica do período histórico.

O cenário político brasileiro passou por grandes alterações ao longo das décadas de 1960 até os anos 1990. O golpe de 1964 marcou a história política brasileira ao assinalar uma modificação decisiva na função política dos militares no país. Observando *a posteriori*, pode-se afirmar que a ação militar que rompeu com o regime democrático anteriormente estabelecido no país (1946-1964), assumiu características distintas às ações anteriores, pois não operou com um objetivo preciso que assegurasse a rápida transitoriedade de tal intervenção (Codato, 2005, p.84). Pelo contrário, tal intervenção se caracterizou pela longa duração. Pode-se afirmar de modo esquemático que o regime militar autoritário instaurado no Brasil se estendeu por, ao menos, dez anos de um regime ditatorial (1964-1974) somado a um longo período de transição política à democracia.

Se a década de 1980 pode ser considerada, de modo geral, como a década dos processos de transição política na América Latina, no caso brasileiro, tal transição à democracia supera esse limite temporal. Pode-se interpretar que a transição política brasileira teve início em 1973, quando a cúpula do regime militar escolhe o General Ernesto Geisel para ocupar a Presidência da República, e só se encerra após o final da década de 1980, pois mesmo depois da eleição direta do Presidente da República, em 1989, esse não governou sob uma ordem institucional expressiva de um pacto político estável (Sallum Jr., 1994, p. 133).

Contudo, não se pode compreender por completo esse processo que caracterizou a transição política brasileira, iniciado em 1973/1974, sem se realizar uma distinção entre “democratização” e “liberalização”¹⁷. Seria errôneo afirmar que um processo de “democratização” se realizou a partir de 1974 no Brasil, mas sim, pode-se afirmar a existência de um processo de “liberalização” a partir desse ano, iniciado pelo regime autoritário. Esse processo de “liberalização” envolveu mudanças políticas e sociais, entre elas, a redução da censura à imprensa brasileira, uma ampliação das possibilidades de organização de atividades autônomas da classe operária, a reintrodução de importantes salvaguardas legais

¹⁷ Segundo Stepan: “Liberalização refere-se fundamentalmente à relação entre o Estado e a sociedade civil. A democratização refere-se fundamentalmente à relação entre o Estado e a sociedade política” (Stepan, 1988, p. 13). Ou seja, a democratização inclui a liberalização, mas é mais ampla. O contrário não se verifica: liberalização não engloba necessariamente democratização. A respeito da questão, ver Skidmore (1988), entre outros.

e individuais, tais como *habeas-corpus*, a libertação de parte significativa de prisioneiros políticos, o retorno de exilados, e o maior grau de tolerância à oposição política. É justamente essa liberalização controlada, iniciada em 1973, que resultará, mais de uma década depois, no processo de democratização, também controlado, sobretudo inicialmente, pelos detentores do poder autoritário (Stepan, 1988, p.12-13)¹⁸.

Como nos afirma Skidmore, “[n]enhum observador da política contemporânea da América Latina pode deixar de impressionar-se com a transição relativamente lenta com que o Brasil se afastava de um regime de dominação militar” (Skidmore, 1988, p. 69). Ao contrário da redemocratização ocorrida na Argentina, por exemplo, com Alfonsín, o processo brasileiro caracterizou-se por um elevado gradualismo somado a um caráter explicitamente endógeno. Segundo Lamounier, em artigo do final da década de 1980, “[m]esmo em comparação com a Espanha, cuja redemocratização foi também um processo político endógeno, isto é, não marcado por derrotas militares graves que afetassem a coesão e a credibilidade das Forças Armadas, o caso brasileiro diferencia-se, digamos assim, por sua longevidade e por seu caráter ainda inconcluso” (Lamounier, 1988, p.122).

E, mais do que isso, o processo brasileiro de abertura política adquiriu características extremamente particulares devido ao papel crucial e, ao mesmo tempo, paradoxal¹⁹, exercido pelas eleições. Nas palavras de Lamounier:

“No Brasil, começando em 1974, o processo eleitoral foi de fato um teste de forças e de legitimidade, e não o símbolo e o coroamento de um pacto de transição já acertado noutras bases entre os atores relevantes. Foi quase o ponto de partida do processo. Os resultados de 1974 sinalizaram o desejo de mudança que se vinha formando no seio da sociedade, impulsionaram a

¹⁸ Torna-se relevante destacar que parte significativa da bibliografia sobre o período busca também realizar um corte distintivo fundamental entre o processo de transição que ocorre no país durante os anos 1970 e o “projeto de abertura” (cf. Vianna, 1986b; Sallum Jr., 1997).

Como nos afirma Lahuerta sobre essa questão: “Sobre o tema, vários autores têm insistido, procurando destacar que há um processo de transformação de base da sociedade, quase imperceptível, molecular, passivo, que revoluciona e altera radicalmente sua estrutura” (Lahuerta, 1999, p. 150).

¹⁹ Paradoxal, pois, ao contrário do que se pode imaginar em primeiro olhar, a existência de eleições não representava o resultado final da transição política brasileira. Ou seja, um processo eleitoral razoavelmente independente e justo (sobretudo, a nível legislativo) não significou no país a implementação de um regime democrático substantivo. Como nos afirma Lamounier, as eleições significaram mais um ponto de partida do que um ponto de chegada do processo de transição política à democracia no Brasil (cf. Lamounier, 1988).

organização de oposições variadas em um partido político (o MDB) e forçaram a disposição inicial do governo Geisel de implantar um projeto de liberalização controlada, que encontrava resistências nos setores mais intransigentes do regime.

Este processo de abertura *pela via eleitoral* é, como disse, algo singular.” (Lamounier, 1988, p. 122)

Além dessas características, a transição política brasileira foi dotada por uma particular complexidade, pois conjuntamente a um movimento de mudança política ocorreu uma grave crise econômica no país. Tal crise foi central para a configuração de uma nova política econômica ao país.

Realizando um esforço de síntese, pode-se esboçar uma divisão da economia brasileira do período em três fases: (1) durante os anos de 1968 até 1973, a economia brasileira se caracterizou pelos anos do “milagre econômico”, os quais corresponderam a um elevadíssimo crescimento e uma sensação de prosperidade; (2) já nos anos de 1974-1978 buscou-se o “ajuste” a partir de variadas políticas econômicas que não geraram o sucesso e a estabilidade econômica desejada e, por fim, (3) um período (pós-1978) crítico, durante o qual as súbitas mudanças de política foram incapazes de evitar o colapso cambial e a renegociação da elevada dívida externa no final de 1982 que foi adquirida ao longo dos anos (Bacha; Malan, 1988, p. 200).

Como nos indica Fishlow, em março de 1974, quando Ernesto Geisel assumiu a presidência do Brasil, a euforia do “milagre econômico” dos cinco anos anteriores ainda reinava. O crescimento econômico de surpreendentes taxas superiores a 10 por cento ao ano gerava visões de grandeza no país. Contudo, após dez anos, a euforia frente à situação econômica do país revela-se inversa. Durante o mandato de João Baptista Figueiredo (1979-1985), a inflação havia crescido de 40 por cento a bem mais de 200 por cento (Fishlow, 1988, p.137-138). O Brasil passou a ter a maior dívida externa entre os países em desenvolvimento do mundo (Stepan, 1988, p. 11).

Esse rápido endividamento externo não foi, em tal momento histórico, um fenômeno particular da economia brasileira, mas, pelo contrário, de grande parte dos países em desenvolvimento. A década de 1960 foi o período do ressurgimento dos mercados de crédito internacional (Bacha; Malan, 1988, p. 199-200). Outro fator significativo para se compreender essa reversão dramática

que a economia brasileira sofreu no período foram as mudanças na economia mundial após 1973. Nas palavras de Fishlow:

“O choque do petróleo de 1973-74 mal havia sido absorvido quando, a partir de 1979, houve novas elevações do preço do petróleo, surgiu uma severa recessão nos países industrializados e as taxas de juros internacionais atingiram níveis recordes, criando dificuldades adicionais. (...)”

O Brasil, sendo o terceiro maior importador mundial de petróleo, foi atingido duramente pelas elevações de seu preço. O Brasil, sendo o maior devedor dentre os países em desenvolvimento, também foi abalado pela rápida subida das taxas de juros nominais e reais após 1970.” (Fishlow, 1988, p. 138)

Contudo, como esse mesmo autor afirma, uma interpretação que só leve em consideração a ruptura da economia mundial ocorrida no período dá uma excessiva ênfase a tal ponto. Outros países com economias semelhantes ao Brasil se encontravam em situações comparativamente melhores, bem adaptadas à deterioração do ambiente econômico externo (Fishlow, 1988, p. 139-140). Portanto, uma interpretação plausível para se entender a situação econômica crítica em que o país se encontrava tem que levar em consideração as questões políticas que estavam em jogo na ocasião.

Nesse período, ocorre uma crise na própria concepção do papel do Estado, visto até o momento como principal agente motor do desenvolvimentismo. Essa concepção marcou as ações políticas e econômicas no Brasil desde os anos 1930²⁰.

O Estado brasileiro assumiu, ao longo das décadas, a função de centro dinamizador capitalista industrial e polo organizador da sociedade, incorporando os variados setores sociais relevantes em sua estrutura corporativa. Foi, justamente, essa concepção de Estado e políticas estatais, que o regime militar não só reproduziu, como também, intensificou na sua forma autocrática e no seu conteúdo intervencionista. O setor produtivo estatal sofreu um aumento muito expressivo ao longo das décadas do regime militar²¹. Conjuntamente a essa

²⁰ Essa constatação está presente em variadas análises, entre as quais, destacam-se as realizadas por Werneck Vianna e Sallum Jr..

²¹ Como nos afirma Bertoncelo: “Entre 1964 e 1986, foram criadas cerca de 118 empresas estatais, 83% do total [das empresas criadas no período]. Somente entre 1964 e 1973, foram criadas 60 empresas estatais, 42% do total [de empresas criadas nesse período] (Abranches, 1992: 142). O II PND, implementado durante o governo Geisel, foi talvez a forma mais acabada dessa modalidade desenvolvimentista de intervenção estatal.” (Bertoncelo, 2007, p.33)

expansão, ocorreu uma diversificação (dependente e desigual) do sistema econômico brasileiro.

Desde a década de 1950, transformações estruturais conduziram a sociedade brasileira a outro patamar de urbanização, industrialização e diversificação, que ocasionaram uma modificação profunda nos aspectos sociais relevantes do país.

Na década de 1950 a associação do Brasil a um “país essencialmente agrário” não pode ser considerada equivocada. Do total de domicílios existentes no país em 1950, 62,8 por cento classificavam-se como rurais; 78,5 por cento da população residiam em áreas rurais, vilas ou cidadezinhas de menos de 20.000 habitantes e a participação das ocupações ligadas à agropecuária e à extração, no total das ocupações, atingia a cifra de 57,81 por cento. No que tange à estrutura da economia, basta assinalar que as vendas de café constituíam cerca de 60 por cento do total exportado pelo país, e a PEA (População Economicamente Ativa) agrícola representava 59,9 por cento da PEA do país – enquanto, em contraste, a PEA na indústria de transformação girava em torno de 9 por cento do total –, o que autoriza a associação do Brasil a um país agrícola apresentada acima (Faria, 1984, pp. 184-185).

O contraste com o Brasil dos anos 1980 é revelador. Nessa década (1980), o Brasil já ocupava um lugar entre as 10 maiores economias industriais do mundo, sendo um país urbano (68,9 por cento dos domicílios no país já se caracterizavam como urbanos, estando mais de 45 por cento da população residindo em cidades com 200.000 habitantes ou mais). Ou seja, a economia brasileira alterou-se significativamente nesse período. A contribuição das vendas de café para o total exportado pelo país, por exemplo, caíra para 13,4 por cento, enquanto a participação dos produtos industrializados no valor total exportado atingiu 56,5 por cento. A participação da PEA no setor agrícola e extrativo também foi reduzida (para 29,93 por cento), ocorrendo um significativo aumento da população no conjunto do setor secundário (24,37 por cento da PEA total) (Faria, 1984, p. 187).

O crescimento da economia brasileira entre os anos 1950 e 1980 atingiu uma taxa média de 6,8%, superior à taxa da maioria dos países industrializados (Carneiro, 2002, p. 30). A estrutura da produção industrial também foi modificada

profundamente ao longo desses anos de crescimento. As indústrias de bens duráveis de consumo e de bens de capital sofreram um crescimento significativo em relação aos outros setores, assim como as indústrias de transformação.

Conjuntamente ao crescimento econômico e a urbanização ocorreu conseqüentemente, nesse período, a diversificação dos empregos e ocupações, assim como uma complexificação das esferas de trabalho. Novos grupos ocupacionais surgiram no país, assim como um processo de intensa mobilidade social oriundo dessa mudança na estrutura dos empregos. Ou seja, podemos afirmar que, sobretudo nos anos do regime autoritário-militar, ocorreu o florescimento de uma “sociedade civil”²² no Brasil, o qual se reflete de modo direto nas ações e reivindicações políticas. Segundo Stepan, é notável esse florescimento da “sociedade civil”, em especial, nos anos 1970:

“Em meados da década de 1970, o Brasil testemunhou um aparecimento histórico de novas formas de criatividade social e resistência virtualmente em todos os componentes da sociedade civil, tais como empresários, a imprensa, as associações de advogados, as organizações da Igreja [Católica], os sindicatos e os grupos de mulheres.” (Stepan, 1988, p. 17)

São justamente esses componentes da “sociedade civil” crescente que assumiram papel decisivo na luta pela “bandeira da democracia”, assim como reivindicavam soluções para os novos problemas da sociedade brasileira. A pobreza urbana – somada a latente desigualdade social, agora escancarada na vida das grandes cidades – também foi a pauta de reivindicação do período. Como afirma Bertoncelo:

“Pode-se argumentar que os profundos deslocamentos produzidos na estrutura social e a alteração do peso relativo de seus diferentes grupos pelo processo de industrialização, urbanização e complexificação ocupacional não apenas impulsionaram a renovação dos padrões associativos e mobilizatórios (pela mediação de outros processos sociais, [...]), como constituíram ou ampliaram certos campos de conflito, especialmente em torno da estrutura urbana (...) e – esse é o ponto que quero destacar – da ampliação da autonomia política de amplas camadas sociais.” (Bertoncelo, 2007, p.59)

²² A expressão “sociedade civil” foi amplamente utilizada no período. Essa categoria, sobre a qual tanto se falava nesse período de transição política, é aquela tal como interpretada por Bobbio em “Gramsci e o conceito de sociedade civil”. Resumidamente, pode-se afirmar que é uma visão de sociedade civil associada à superestrutura e não à estrutura, o que pode ser considerado (bastante) controverso e acarreta em implicações políticas.

Tais mudanças na estrutura social, conjugadas a uma particular conjuntura política marcada por um regime militar caracterizado por uma forma autocrática, intervencionista e violenta (sobretudo, em particulares momentos históricos) são fatores decisivos para a introdução da questão democrática como principal bandeira dos mais variados atores políticos do período²³.

Atores políticos das mais variadas linhagens políticas – entre elas, liberais, “nacionalistas”, “populistas”, marxistas e comunistas –, entre os quais “novos” atores sociais (até então marginalizados ou inexistentes na arena política), defenderam a bandeira da democracia política como *necessidade e solução política* urgente para o país. Ressalta-se que essa “bandeira democrática” não se restringia a reivindicações de ordem puramente política, mas sim, englobava reivindicações de solução de problemas sociais, tais como a crescente pobreza urbana e a inexistência de condições razoáveis de trabalho no campo.

A pressão democratizante, que pode ser observada tanto nos resultados eleitorais como nos variados modos de expressão da “sociedade civil” – empregando-se novamente a expressão de uso corrente na época – incidiu de maneira imediata nas mudanças políticas do período. É justamente nesse contexto econômico, político e social que devemos compreender os desenvolvimentos políticos dos intelectuais que serão examinados nos capítulos posteriores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Milhares de vozes, nem sempre gritando a mesma melodia ou seguindo uma harmonia, propiciaram na arena político-social brasileira uma verdadeira *polifonia democrática* ao longo das décadas 1970 e 1980.

Como buscamos apresentar nesse capítulo, a partir de meados da década de 1970 e ao longo da década de 1980, ocorreu um deslocamento na temática

²³ Bolívar Lamounier, ao buscar ressaltar a centralidade da *via eleitoral* e do calendário eleitoral para a transição política brasileira, também apresenta um diagnóstico semelhante a respeito da importância que a renovada estrutura econômico-social assume para se compreender o fenômeno da luta pela democracia no Brasil. Em suas palavras, “a complexidade da estrutura social, o grau de urbanização do país e a importância de sua história político-eleitoral tornam perfeitamente viável a pressão democratizante pela via eleitoral (...)” (Lamounier, 1988, p. 123).

dos debates políticos no Brasil. A questão democrática transformou-se na questão central no debate político do período.

Se, como afirmado, os movimentos no plano das ideias se realizam de modo sobreposto a movimentos das formas econômico-sociais, coube a nós – como forma de validar tal hipótese ampla – indicar as significativas mudanças da estrutura econômica e social do país. Apresentamos algumas breves considerações sobre a conjuntura econômica e político-social do Brasil, assim como buscamos destacar as significativas mudanças que o país sofreu em um limitado período de tempo, as quais permitem apontar que o tema da democracia adquiriu centralidade ao longo desse período.

A sociedade brasileira, de modo geral, mudou²⁴. As ideias políticas mudaram. Ao longo dos anos 1950, 1960 e, até mesmo, início dos anos 1970, os principais atores políticos assumiam a questão do desenvolvimento econômico como principal pauta a ser atingida no Brasil. A partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, a questão da democracia assumiu a centralidade do debate político no país.

Se em um país fortemente agrário, como o Brasil da década de 1950, lutar na arena política pelo desenvolvimento econômico como principal agenda, deixando a questão da democracia em um plano secundário, terciário, ou mesmo fora de pauta, fazia sentido para diversos atores políticos que pregavam que o desenvolvimento econômico traria democracia, essa mesma reivindicação começou a carecer de sentido no final dos anos 1970 e 1980²⁵. A mudança econômica aconteceu, o nível de desenvolvimento econômico que o país atingiu elevou-se significativamente, contudo as possíveis associações diretas – anteriormente realizadas –, a nível teórico entre desenvolvimento econômico e democracia, não estavam se realizando. Ou o “verdadeiro” patamar de desenvolvimento (o qual acarretaria, *coeteris paribus*, em democracia) não teria sido ainda alcançado no país, ou algum outro fator não previsto estava influenciando na relação ou, ainda, essa postura teórica que privilegiava o desenvolvimento econômico estava fadada ao fracasso – ao menos, aos olhos de um democrata.

²⁴ Como buscamos explicitar a partir dos dados apresentados no item anterior do Capítulo.

²⁵ Deve-se ressaltar, porém, que esse movimento conceitual possui maior abrangência do que a abordada no Capítulo, envolvendo, entre outros debates, o realizado em torno das teorias da modernização. Ao longo do Capítulo 3, nas páginas dedicadas à análise do livro de Cardoso, *Autoritarismo e Democratização*, retoma-se pontualmente essa questão.

Não cabe a nós relatar quais dessas hipóteses se validaram, mas sim destacar que grande parte dos atores políticos, sobretudo de esquerda, deslocaram suas forças para outra bandeira política, ao longo desses anos, a bandeira democrática.

A pauta da democracia ganhou força com as mudanças oriundas, em grande parte, do desenvolvimento econômico dependente e fortemente incentivado pelo Estado. Em algum aspecto, lutar pela democracia ganha mais sentido quando se vive em uma ordem política autoritária, tal como a existente no Brasil. Ou seja, a própria experiência do autoritarismo ocasionou a valorização da democracia (Lahuerta, 1999, p. 205). Além do mais, ressalta-se que a própria concepção de Estado, tal como personificada nos discursos dos militares brasileiros, fortemente focada na questão econômico-desenvolvimentista, e pouco preocupada (se é que podemos observar tal preocupação em alguns momentos) com a questão democrática foi impossibilitada de se manter tanto no campo das ideias (enquanto defesa da proposta) como factualmente.

A particular conjuntura político-social brasileira propiciou aos variados atores políticos do período a possibilidade de formulações e defesas da democracia como valor político central. Dessa forma, destaca-se que a defesa da democracia (ou, ao menos, a preocupação sobre a questão democrática) tendeu a ocorrer nos discursos dos mais variados atores políticos do período²⁶.

Após esse exame mais geral, no qual foi indicado o contexto econômico e político-social amplo, assim como algumas premissas teórico-metodológicas e uma hipótese ampla de pesquisa, a análise terá como foco a produção teórico-política de um grupo de marxistas-comunistas que aderiram e defenderam a democracia política nessa particular conjuntura.

Apresentar-se-á uma hipótese de “momento decisivo” em torno da questão democrática para tal vertente marxista, assim como será exposta uma interpretação sobre a justificação teórica da adesão à democracia no Brasil presente na obra de tais intelectuais. Ou seja, se como indicado neste capítulo, ocorreu um movimento mais geral na arena política de valorização da democracia

²⁶ Ou seja, até mesmo, os contrários à instituição da democracia política no Brasil tinham que se manifestar publicamente a respeito dessa questão.

no Brasil, buscar-se-á, no próximo capítulo, compreender como esse movimento se realizou nas ideias de certos atores políticos de esquerda do país.

Aumenta o interesse e relevância pela análise, ao lembrarmos que tais atores políticos podem ser enquadrados dentre os pioneiros a explicitarem e legitimarem tal movimento de adesão à democracia na arena política – particularmente de esquerda (marxista). Reitera-se ainda que tais intelectuais eram *comunistas*, o que dota de maior complexidade a justificação de uma possível adesão à democracia política dentro dos limites conceituais de sua linguagem teórico-política.

CAPÍTULO 2. INTELECTUAIS COMUNISTAS E A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NOS ANOS DA TRANSIÇÃO

“A dialética desse duplo movimento de alianças corresponde, precisamente, à articulação da democracia de massas por que lutamos: uma democracia que, ao mesmo tempo, conserva e eleva a nível superior as conquistas da democracia puramente liberal ou formal.”

Carlos Nelson Coutinho

1. INTRODUÇÃO

Imersos na conjuntura político-social do período, um grupo de intelectuais comunistas destacou-se dentre outros atores políticos. Oriundos, sobretudo, do interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tais intelectuais – entre os quais: Carlos Nelson Coutinho, David Capistrano Filho, Gildo Marçal Brandão, Ivan de Otero Ribeiro, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira – introduziram a temática da questão democrática tanto no debate interno ao partido, quanto no campo mais amplo da esquerda política brasileira, sobretudo de orientação teórica marxista.

Manifestando suas opiniões em semanários, revistas e jornais, vinculados (direta ou indiretamente) ao PCB, tais intelectuais apresentaram inovações teórico-políticas, sem buscarem apresentar, ao menos intencionalmente, uma clara ruptura com a tradição mais influente na esquerda política brasileira²⁷.

Na produção da esquerda política brasileira, a *democracia*, assim como outras temáticas, é apresentada como uma *questão*. Porém, de modo distinto a outras temáticas, o tema democrático, de forma geral, é um assunto não óbvio,

²⁷ Os integrantes de *Presença – Revista de Política e Cultura*, por exemplo, na “Apresentação” da Revista manifestam o desejo de dar *continuidade* à tradição de outras publicações brasileiras, tais como a *Revista Estudos Sociais* e a *Revista Brasiliense*.

No mais, revela-se aqui o problema teórico em torno da *intencionalidade* dos atores. A nosso ver, a intenção inicial de um dado ator pode se distanciar do resultado e/ou impacto de suas ações ou discursos. Como nos lembra Nietzsche, em “Do Pálido Delinquente” (*Assim falava Zaratustra*): “Uma coisa, porém, é o pensamento, outra a ação, outra a imagem da ação. A roda da causalidade não gira em torno delas”. Como também afirma Weffort: “Não falo de intenções, mas das ações. Nada mais inútil, em política, do que a tentativa de desvendar as intenções “de foro íntimo” dos protagonistas. Em política a única intenção que vale é aquela que aparece na ação real” (Weffort, 1984, p.76). Portanto, o presente trabalho tende a se distanciar da literatura e metodologia focada em questões de *intencionalidade* dos atores.

sobretudo no interior das correntes marxistas, sendo – de certo modo – uma inovação; no mais, além de tal não obviedade, enfatiza-se que a *questão democrática* era uma questão que possuía uma resposta em aberto: não havia consenso na adesão (ou não) à democracia e suas instituições (sobretudo nos debates de matriz marxista da época)²⁸.

Contudo, se a temática democrática é apresentada como uma questão no interior da esquerda política brasileira, na produção dos intelectuais acima citados é possível se observar uma *clara resposta* a essa questão que torna evidente a posição política do grupo: a adesão à democracia política (e a suas instituições) no período de transição é defendida de modo explícito. Ou seja, a *democracia* é apresentada não só como um “problema teórico”, mas também como a melhor solução para os problemas que o país enfrentava, assumindo, assim, uma particular posição teórico-política dentro de parte do marxismo (comunista) brasileiro. Soma-se ainda uma nítida renovação do repertório teórico-conceitual utilizado pelo grupo (anteriormente citado) em comparação com outras produções comunistas do período, assim como demais produções do campo mais amplo da esquerda brasileira.

No presente capítulo, buscar-se-á examinar o modo a partir do qual esses intelectuais comunistas aderiram política e conceitualmente à democracia. Apresenta-se, primeiramente, uma hipótese, a nível histórico, de que a publicação realizada por Coutinho do ensaio “A democracia como valor universal”, em 1979, é o momento decisivo em torno da adesão à democracia por intelectuais marxistas, particularmente vinculados ao comunismo, no Brasil. Examinar-se-á, posteriormente, a argumentação apresentada pelo autor nesse ensaio, assim como as principais críticas a tal argumentação expostas na época.

Em sequência, será apresentada uma interpretação a partir da qual se buscará evidenciar o movimento teórico-conceitual realizado por Carlos Nelson Coutinho, assim como pelos outros intelectuais comunistas que aderiram à democracia no período. Propõe-se que sincronicamente à luta política pela democracia realizada pelos intelectuais aqui analisados, ocorreu a adesão a

²⁸ Se tal consenso chegou a se estabelecer posteriormente (afirmação que é problemática, até mesmo nos dias atuais), esse é fruto, em grande parte, da argumentação construtiva realizada pelos intelectuais aqui analisados.

novos referenciais teóricos, em especial Gramsci e, em parte, Lukács²⁹, assim como a “redescoberta” de teóricos já centrais para comunistas brasileiros, como Lenin. Como procuraremos demonstrar mais a frente, os dois movimentos conjuntos – (1) de valorização da democracia e (2) de renovação teórica³⁰ – não se caracterizam como uma relação necessária, estando a ocorrência de ambas combinadas, mas com a presença de certo grau de contingência³¹. Já um terceiro movimento – (3) uma nova interpretação teórica da história, como também (de certo modo, conseqüentemente) da conjuntura político-social brasileira –, em grande parte decorrente de um particular uso conceitual e possível compreensão das obras desses novos referenciais, associa-se ao primeiro movimento (valorização da democracia), sobretudo na dimensão de justificação teórica.

Conceitos como *revolução passiva*, *via prussiana* de modernização, *revolução-restauração* e *modernização conservadora* passam a ser constantemente utilizados pelos intelectuais em suas interpretações da história e da conjuntura política brasileira, as quais justificam (e potencializam para a esfera nacional³²) a adesão à *democracia*. Grande parte desses conceitos são provenientes da obra de Antonio Gramsci. Surge daí, portanto, a última indagação a ser enfrentada no capítulo, a qual está presente em vários estudos da temática: por que a utilização de conceitos especificamente oriundos da obra do pensador sardo? Qual uso dos conceitos é praticado? Isto é, como Gramsci é

²⁹ A introdução de Lukács é anterior a de Gramsci no país. Contudo, julgamos que a leitura inovadora realizada pelos intelectuais analisados (conjuntamente, com Gramsci e “certo” Lenin) autoriza-nos citar tal referência como inovadora no período.

³⁰ Aqui, uma possível ressalva, que pode ser levantada pelo leitor, de que o movimento de renovação teórica é anterior à valorização da democracia (ou o inverso), negando certa sincronia que estamos propondo, a nosso ver, não prejudica o desenvolvimento da nossa argumentação central, dado que não estamos desenvolvendo nossa argumentação no plano de relações factuais.

Salvo exceções destacadas ao longo do texto, desenvolvemos nossa argumentação a partir de um processo histórico hipotético (“como se”). Ressalta-se a distinção entre tal argumentação e a baseada em um processo hipotético não histórico. Como nos informa Rawls: “Em ambos os casos, o processo é hipotético no sentido de que não ocorreu efetivamente, ou pode não ter ocorrido. Mas processos históricos hipotéticos podem ocorrer; não se supõe que leis sociais fundamentais ou fatos naturais excluam essa possibilidade. (...) Já um processo hipotético não histórico, (...), não tem como ser realizado.” (Rawls, 2011, p. 313)

³¹ Como desenvolveremos de modo mais acabado posteriormente, a leitura das obras dos novos referenciais teóricos não conduzem (necessária ou obrigatoriamente) a uma adesão da democracia (sobretudo, como *valor universal*). Ou ainda, mais do que isso, somente uma *particular leitura* dessas obras possibilita – dá margens (até mesmo) estreitas – para a valorização da democracia política como valor fundamental.

³² Embora de caráter contraditório, ao menos se observado de modo rápido, na defesa da *democracia como valor universal* realizada pelos intelectuais aqui analisados há uma nítida ênfase da “especial validade” da tese para o caso brasileiro (devido à característica *prussiana* particular da história brasileira).

compreendido e seus conceitos utilizados no Brasil? Ou, sinteticamente, por que Gramsci? E qual Gramsci?

2. UMA HIPÓTESE

A nosso ver, o momento decisivo em torno da questão democrática no campo da esquerda brasileira – sobretudo, marxista (em especial, comunista) – foi a publicação, em março de 1979, do ensaio “A democracia como valor universal” de Carlos Nelson Coutinho na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Deve-se reconhecer que, ao longo de sua longa história, o PCB manteve uma relação, ao mínimo, ambígua com a democracia política, apresentando em variados momentos um quadro instável de bipolaridade entre teoria(s) e prática(s). Em diversos períodos, o partido assumiu uma postura teórica revolucionária não democrática, ao mesmo tempo em que parte de seus quadros defendia e praticava uma ação política democrática. Ou seja, pode se considerar uma marca de grande parte da história do PCB um descompasso entre ação e discurso, entre prática e teoria³³.

Ainda na década de 1950, nos anos posteriores ao suicídio de Vargas (1954) – e em especial após os debates sobre o stalinismo de 1956-1957³⁴ –, já é possível se observar uma espécie de “praticismo ilustrado” em que a valorização da ação política democrática assume certa centralidade na prática do partido.

É também de notável destaque a posição assumida pelo partido nos anos pós-1964, direcionada, em parte, para a defesa da centralidade das liberdades democráticas e luta pela democracia política. Parte significativa desses esforços pró-democracia pode ser observada nos diversos periódicos ligados (direta ou indiretamente) ao partido, assim como nos esforços editoriais de Ênio Silveira. A defesa da importância de eleições e a aposta na democratização política do país, assim como a luta pela constituição de uma frente única democrática – que resultará na participação dos comunistas no Movimento Democrático Brasileiro

³³ Como identifica Brandão (Brandão, 1997, cap. 7).

³⁴ Ressalta-se o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em fevereiro de 1956, sobre as posições assumidas pelos comunistas brasileiros.

(MDB) –, são feições da experiência política pró-democrática na qual grande parte dos comunistas brasileiros (e o próprio PCB) assumiu posição de destaque.

Ao direcionarmos a análise a aspectos de cunho teórico é possível se identificar a presença de movimentos que se dirigem a certa postura democrática, com certa *preocupação democrática*, em mais de um documento do PCB da década de 1950. Entre esses, destaca-se a *Declaração de Março de 1958*, na qual – a partir de um léxico teórico plenamente interno ao marxismo-leninismo³⁵, é apresentada uma visão distinta da situação do Brasil, a qual possibilita uma ressignificação do papel disponível à democracia no interior das ações políticas dos comunistas brasileiros. Contudo, enfatiza-se que a questão democrática aparece como questão secundária à questão nacional e à luta contra o imperialismo.

Também uma distinta visão do “capitalismo brasileiro” – em que *soluções positivas*, tais como “reformas de caráter nacionalista e democrático” (ou seja, “anti-imperialistas”) oriundas da união pluriclassista são defendidas – que rompe com o usual “estagnocismo” comunista do período, em que o país era visto como uma “formação estagnada”, é apresenta de modo inacabado³⁶ na *Declaração de Março*.

Essas novas possibilidades da *democracia* no Brasil, no interior das teses comunistas, continuam a serem manifestadas, em parte, nas teses do V Congresso do PCB (1960). Em algumas publicações desse período, mesmo que as referências centrais continuem a respeito da ordem econômica (e não política), assim como a principal temática (a defesa da luta contra o imperialismo e a favor da modernização) continuava a mesma, é possível se verificar certa “tendência democratizante” (Segatto; Santos, 2007, p.25).

Marco Aurélio Nogueira, também reconhece que, de modo surpreendente, “no interior do PCB tenha se desenvolvido – a partir de 1958 – uma formulação política engenhosa, sensível à concreta realidade brasileira, favorável à elaboração de programas democráticos amplos e unitários, aberta aos temas

³⁵ Com certo grau de “maoísmo”, tal como pode ser observado nos usos da categoria *contradição principal*, nacional (Segatto; Santos, 2007, p. 24).

³⁶ Como Segatto e Santos ressaltam, não é possível se observar uma completa teorização sobre o Brasil (urbanizado e moderno da década de 1950) em tal declaração (Segatto; Santos, 2007, p.19). No mais, qualquer desenvolvimento “metateórico” sobre a teoria marxista também não está presente em tal documento.

institucionais e de governo, ao pluralismo e aos direitos básicos da cidadania” (Nogueira, 1985, pp. 143-144)³⁷.

Contudo, ressalta-se que os movimentos teóricos no interior do comunismo brasileiro não se caracterizam por uma linearidade pró-democracia; ou seja, ao longo dos anos, eventuais retrocessos frente à valorização da democracia política podem ser verificados. Ao longo desses anos e seguintes, grande parte dos comunistas brasileiros continuava a defender uma visão na qual a democracia era considerada um instrumento das classes dominante.

De modo abrangente, como nos afirma Toledo:

“Até meados dos anos 60, a esquerda brasileira, até então hegemônica pelo PCB, estava mobilizada em torno das reformas sociais, das campanhas nacionalistas e da defesa do desenvolvimento econômico. A questão democrática, até recentemente, aparecia ora subordinada, ora com uma importância secundária na reflexão teórica e na luta ideológica. Não se deixava de afirmar a necessidade da defesa da legalidade democrática diante da permanente ameaça golpista da direita, mas nos anos 50 e 60 – a questão nacional – como afirmavam os isebianos, a luta pela constituição da Nação – tinha inteira primazia. (...) Enquanto o desenvolvimento econômico e as reformas estruturais não se efetivassem, a democracia política não deixaria de ser “formal” ou “abstrata” para o conjunto dos trabalhadores e das massas populares.” (Toledo, 1994, p.114)

Dessa forma, o mesmo movimento observado no pensamento político brasileiro em geral – tal como buscamos indicar no capítulo anterior – também é observado no interior do pensamento político de esquerda no país: inicialmente há uma centralidade da questão do desenvolvimento em relação à questão democrática, ocorrendo posteriormente uma inversão, a partir da qual a democracia ganha centralidade. No mais, conjuntamente a essas duas questões, destacam-se a questão nacional e a questão agrária como preocupações também presentes no interior do pensamento político brasileiro, em especial de esquerda.

³⁷ Surpreendente, de certo modo, dado a estrutura e a orientação teórica marxista-leninista (III Internacional) assumida pelo Partido. Como nos afirma Nogueira: “Tal formulação – o chamado “caminho brasileiro para o socialismo”- contrastará muito da estrutura autoritária e excludente do partido (embora sem nunca conseguir resolvê-la) e permitirá aos comunistas uma considerável ampliação de sua influência na sociedade. O PCB ficará assim atravessado por uma grave disjunção: sua estrutura organizativa condicionará e chegará mesmo a desmentir a sua generosa orientação política, impedindo-a de produzir resultados orgânicos significativos. *Grande* na elaboração política, o PCB jamais deixará de ser um *pequeno partido*.” (Nogueira, 1985, p. 144)

Esse diagnóstico crítico realizado por Nogueira – mesmo que com algum caráter controverso – nos possibilita, novamente, identificar o descompasso e a bipolaridade entre ação e teoria política presente ao longo de grande parte da história do PCB.

Nos desenvolvimentos apresentados pelo PCB e por seus intelectuais, essas questões – sobretudo a questão nacional – dividiam centralidade, e, até mesmo, se confundem, com a temática do desenvolvimento em variados momentos históricos. Tal importância das questões agrária e nacional é preservada mesmo após o deslocamento da temática central para a questão democrática³⁸.

Portanto, mais do que uma “concepção verdadeira” da história da relação do PCB com a democracia ao longo desses anos ou mesmo uma defesa normativa de uma possível interpretação e/ou corrente interna a esse partido³⁹, o que estamos buscando propor é que as questões desenvolvidas no artigo de Coutinho, “A democracia como valor universal”, não são uma espécie de “raio em céu azul” no comunismo brasileiro, ou ainda – como parte da bibliografia sobre o tema afirma – “mera importação” das ideias do “eurocomunismo”⁴⁰. Se há importantes inovações, assim como referências e inspirações nos partidos políticos e teóricos marxistas europeus (em especial, italianos), essas refletem, em parte significativa, um debate já existente no interior do comunismo brasileiro⁴¹.

Como esboçado acima, desde, ao menos, meados da década de 1950, a temática da democracia já era apresentada no interior dos desenvolvimentos teóricos marxistas no país, e a valorização da ação política democrática era realizada por parte dos comunistas brasileiros. Porém, a nosso ver, o momento fundamental em que a questão democrática deixa de ser uma temática secundária ou derivada de outras questões – tais como a questão nacional, a questão agrária, o anti-imperialismo – para se tornar central se realiza, de modo

³⁸ Sobretudo a questão agrária possuirá posição privilegiada em torno dos debates sobre democracia.

³⁹ De certo modo, como os próprios autores assumem publicamente (e honestamente) nas páginas iniciais do artigo, essa segunda postura – da qual tendemos a nos afastar na presente análise – foi adotada por Segatto e Santos (2007).

⁴⁰ Felipe Toledo Magane (Magane, 2007) tende a considerar os desenvolvimentos teóricos apresentados por Carlos Nelson Coutinho e, de certo modo, demais intelectuais comunistas brasileiros que aderem à democracia, como mero movimento de importação das ideias do “eurocomunismo”. Se o uso conceitual de “importação”, a nosso ver, já carrega importantes prejuízos à análise, o uso impreciso da categoria “eurocomunismo” realizado pelo autor visa mais um “ataque normativo” do que ganhos interpretativos à análise. No mais, também não julgamos esclarecedor aderir à tese de que tais intelectuais se aproximam do pensamento e das instituições “liberais” como se tal afirmação possuisse grande valor analítico e explicativo.

⁴¹ A questão da democracia já está presente no interior do pensamento comunista brasileiro, de modo explícito, desde – ao menos – as publicações de Elias Chaves Neto na *Revista Brasiliense*, da qual foi editor. Esses artigos encontram-se reunidos no livro *Sentido dinâmico da democracia* (Chaves Neto, 1982).

inovador, no ensaio de Coutinho. Ou seja, muito mais do que uma inovação do tema, o que se verifica é um realocamento⁴² das questões abordadas, deslocando-se a centralidade da tese para a questão da democracia, a qual deixa de ser subjacente⁴³.

E, mais do que isso, propõe-se que, sobretudo a partir dos desenvolvimentos teóricos presentes no ensaio de Coutinho, a teoria marxista (comunista) brasileira e a prática política dessa vertente política frente à democracia se conciliam. Ou ainda, o descompasso característico entre ação e discurso, prática e teoria, presente no interior da linguagem comunista sobre a questão democrática começa a ser solucionada a nível nacional. Mesmo que de modo difícil, a conciliação entre essas duas esferas – sobre a democracia – passa a ser proposta no interior de uma linguagem comunista.

2.1. A tese de Coutinho

Partindo do possível vínculo entre o socialismo e a democracia, o qual estaria, segundo Coutinho, presente no processo de formação do pensamento marxista, o autor defende explicitamente a tese de que a democracia possui valor estratégico e universal, não possuindo, portanto, um valor apenas instrumental e tático aos socialistas.

Segundo o marxista brasileiro, a questão do valor universal da democracia é o eixo motriz de diversas controvérsias no interior do marxismo, estando na base da controvérsia entre “revisionistas” e “ortodoxos”, assim como reaparecendo nos debates pós-Revolução de Outubro (entre Rosa Luxemburgo em oposição a Lenin e Trotsky). No mais, ressalta Coutinho que a rejeição da universalidade do “modelo soviético” também seria oriunda do enfrentamento da questão democrática.

Realizando uma apropriação de uma formulação de Berlinguer⁴⁴, Carlos Nelson Coutinho enfatiza a relação de não ruptura (plena) entre socialismo e

⁴² Esse sim, de caráter radical e inovador – ao menos para o público mais amplo – se pensado a partir da linguagem comunista brasileira do período.

⁴³ Tal realocamento é acompanhado de uma renovação conceitual, como será demonstrado, a seguir, na parte 3 do presente capítulo.

⁴⁴ O discurso de Berlinguer, citado parcialmente por Coutinho, foi pronunciado em Moscou em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro. A passagem presente no

democracia, defendendo a universalidade, em termos práticos e geográficos, da democracia. Ou seja, opondo-se às correntes teóricas que afirmam que a democracia política – *por sua própria natureza* – seria uma forma de dominação da classe dominante (burguesia), Coutinho disserta que há um vínculo intrínseco entre socialismo e democracia e, mais do que isso, tal vínculo possuiria especial significação para o caso brasileiro. Nas palavras do autor:

“Em primeiro lugar, tentaremos indicar como o vínculo socialismo-democracia é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo; e, em segundo, mostraremos como a renovação democrática do conjunto da vida social – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada apenas como objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira.” (Coutinho, 1979, p. 35)

Se a demonstração de um vínculo entre democracia política e socialismo já não é tarefa de fácil realização ao se levar em consideração a teoria marxista reinante no interior da esquerda comunista da época, soma-se ainda maior dificuldade ao trabalho de Coutinho, dado a particular vertente do pensamento marxista em que o autor buscará demonstrar a centralidade e universalidade do valor da democracia: o pensamento marxista oriundo de Lenin⁴⁵.

Para o marxista brasileiro, Lenin – em polêmica com Kautsky – não negou a existência do valor universal da democracia, mas sim buscou ressaltar que o *substantivo* democracia sempre, na dimensão do real, aparece *adjetivado*, dado que regimes estatais sempre possuem conteúdo de classe determinado (salvo mínimas exceções temporais). Ainda, segundo Coutinho, a autonomia relativa das superestruturas no seio da totalidade social não é negada por Lenin, visto que o último valoriza a *práxis* política. Se, para a perspectiva marxista, é inegável que as liberdades democráticas – em sua forma moderna – tenham sua *gênese histórica* nas revoluções burguesas, o movimento teórico que Coutinho busca

artigo de Coutinho é: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.

⁴⁵ Como se observará a frente, esse será o alvo das críticas realizadas por José Guilherme Merquior. Segundo esse crítico, Coutinho seria muito próximo do “marxismo crítico” (Lukács, Gramsci, entre outros), porém de modo equivocado busca em vão democratizar a imagem do leninismo. A única justificativa para isso seria, segundo Merquior, seu posicionamento interno no PCB. Em suas palavras, “mistério, sem dúvida, ligado a esses surdos combates internos, a essas obscuras guerras de religião, que constituem a histórias dos partidos comunistas e das suas respectivas intelligentsias” (Merquior, 1981, p.237).

questionar, para assim validar a democracia como um valor permanente, é a identidade mecânica entre *gênese* e *validade* no interior do materialismo histórico (Coutinho, 1979, p. 35-36) ⁴⁶.

O respeito da pluralidade e da autonomia deve permanecer vigente no socialismo, dado que interesses divergentes continuariam a se manifestar na sociedade socialista. Mas enfim, o que seria essa democracia socialista, mera extensão da “democracia liberal”? De modo sintético, Coutinho responde, não. Não é mera continuidade ou progresso da democracia liberal, mas sim, o movimento se caracteriza pela superação dialética (*Aufhebung*). Segundo Coutinho:

“A relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (*Aufhebung*): a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda.” (Coutinho, 1979, p. 40)

Não se caracteriza somente por continuidade, visto que “a democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou a mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica” (Coutinho, 1979, p.37).

Em seu entender, a democracia socialista combinaria os mecanismos de representação indireta com mecanismos de representação direta nos quais sujeitos políticos coletivos atuariam, visto que o socialismo, para Coutinho, se realiza a partir da socialização dos meios de produção assim como dos *meios de governar*. Como descreve:

“Em outras palavras: o socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – ou deve eliminar – a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo. A superação da alienação econômica é condição necessária mas não

⁴⁶ Lincoln Secco, ao se referir ao artigo de Coutinho, afirma: “Apesar do pequeno tamanho do artigo “A democracia como valor universal”, Coutinho demonstrou que o fato da democracia liberal ter uma origem burguesa, localizada nos movimentos revolucionários que levaram a burguesia ao poder, não impede que certos institutos da democracia política tenham validade permanente. Não há no marxismo coincidência absoluta entre *gênese* e *validade*, pois o fato de a arte de Homero ser a expressão do mundo grego antigo, há muito desaparecido, não impede que seu encantamento seja eterno, como dizia Marx.” (Secco, 2006, pp. 139-140). Esse ponto da tese de Carlos Nelson é criticado por Márcio Neves, que nega a validade da tese de Coutinho. O artigo de Neves, “Contribuição ao Debate sobre a Democracia”, foi publicado em *Temas de Ciências Humanas*, nº 10, 1981. A respeito dessa crítica, ver tópico seguinte deste Capítulo.

suficiente para a realização do humanismo socialista: essa realização implica também a superação da alienação política.” (Coutinho, 1979, p.38)

No mais, uma diferença fundamental se apresenta no conceito gramsciano de *hegemonia*, a qual seria exercida pelo conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos. Novamente, nas palavras de Coutinho:

“Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos.” (Coutinho, 1979, p.40)

Ocorrendo, segundo o marxista, em longo prazo, a absorção do Estado pelos organismos autogeridos da *sociedade civil*.

Além do mais, a tese do valor da democracia política ganha, segundo Coutinho, uma dimensão ainda mais concreta no caso brasileiro. As vicissitudes da história brasileira transformaram a questão da democracia em uma tarefa urgente, prioritária e decisiva. Dado a tendência dominante na história brasileira de ser portadora de um caráter elitista e autoritário, na qual movimentos de conciliação são praticados, assim como medidas de “cima para baixo”, a renovação democrática assumiria função-chave, pois se caracterizaria como uma alternativa histórica à *via prussiana* que marca grande parte da história brasileira e é radicalizada até seu ponto mais alto no regime militar pós-1964.

Caberia, portanto, à oposição ao regime militar conceber a *unidade* como um valor estratégico, constituindo, assim, um *bloco democrático* a partir do qual se praticaria a *guerra de posições* frente às tentativas de golpismo (internas à própria oposição ou do regime militar), alcançando um *consenso majoritário* com a incorporação permanente – e “antiprussiana” – de novos sujeitos políticos individuais e coletivos. Desse modo, caberia à oposição lutar pela renovação democrática no Brasil, a qual se desdobraria em dois planos principais:

“Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembléia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo lugar, trata-se de constituir

as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e antiimperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política.” (Coutinho, 1979, p.45-46)⁴⁷

2.2. As críticas

As proposições apresentadas por Carlos Nelson Coutinho no ensaio “A democracia como valor universal” receberam críticas formuladas por autores dos mais distintos espectros políticos. Se, por um lado, José Guilherme Merquior questionou o problema da compatibilidade do leninismo com a democracia, criticando o excessivo leninismo – ou, ao menos, a constante referência ao autor – no interior da proposta de Coutinho⁴⁸, de outro lado, Adelmo Genro Filho e Márcio Naves questionaram a validade da tese do “valor universal da democracia” para o marxismo.

De modo claro, Merquior ressalta as qualidades da oposição realizada por Coutinho frente à concepção instrumentalista da democracia; contudo, ao mesmo tempo, o autor realiza fortes críticas ao marxismo-leninismo presente no ensaio do comunista brasileiro. Em suas palavras:

“Carlos Nelson denuncia, constante e louvavelmente, a concepção tática, instrumentalista, de democracia, esposada pelos marxistas que não reconhecem o perene valor humano e social das liberdades democráticas e as reduzem a simples instrumento da revolução. Contudo, o Lenin democrata invocado em seu livro [*A democracia como valor universal*] é exatamente o tático de *O Estado e a Revolução* (1917) ou o líder do comunismo de guerra, dos anos da luta pela sobrevivência do regime, quando o apoio das massas proletárias e camponesas era simplesmente vital.” (Merquior, 1981, p.233)

⁴⁷ A frase citada possui ligeira alteração quando publicada em livro, *A democracia como valor universal e outros ensaios* (Coutinho, 1984). A passagem “lógica e cronologicamente” é abandonada. A nosso ver, a crítica de Genro Filho realizada diretamente a esse ponto, acusando-o de “não dialético” refletiu na alteração realizada por Coutinho. No mais, enfatiza-se que diversas mudanças e acréscimos no ensaio de Coutinho podem ser observados ao realizarmos uma leitura comparada do seu artigo originalmente publicado em *Encontros com a Civilização Brasileira* e a versão em livro.

⁴⁸ Anos mais tarde, Coutinho reconhecerá tal questão como um “problema” optando por não republicar seu ensaio. Optamos por privilegiar a exposição das críticas realizadas por Merquior e Genro Filho, dentre outras, seguindo a indicação de Carlos Nelson a respeito da relevância dessas (Coutinho, 2008, p.13).

E, de modo ainda mais direto, afirma o crítico:

“A questão, nítida e factual, é saber se esse mesmo antidemocratismo refletia ou não o cerne da política de Lenin. E a resposta é uma só: refletia.” (Merquior, 1981, p.235)

Portanto, Merquior afirma a incompatibilidade entre leninismo e democracia, ou ainda, a incompatibilidade entre a “política do partido”, tal como defendida por Lenin, e as liberdades democráticas.

De certo modo, a crítica de Adelmo Genro Filho pode ser considerada a outra face da crítica de Merquior. Fundamentalmente, o argumento é o mesmo, mas com apelo normativo inverso. Se, por um lado, José Guilherme Merquior busca explicitar a incompatibilidade – prática e, mesmo, teórica – entre leninismo e os valores democráticos para, desse modo, defender um abandono do primeiro em defesa das liberdades e conquistas democráticas, de outro lado, Genro Filho realiza o mesmo movimento de explicitação da incompatibilidade, mas para declarar a adesão à teoria revolucionária leninista.

Afirmando que “a abordagem simplista de Coutinho torna-se, na prática, reformista”, e que o equívoco desse comunista “tem sua síntese mais perfeita no próprio título [de seu ensaio]: “A Democracia como Valor Universal”, Genro Filho busca contrastar sua tese já pelo título de seu artigo, considerado uma resposta a Coutinho, “A Democracia como Valor Operário e Popular”⁴⁹.

A seu entender, ao contrário das proposições de Coutinho:

“A teoria leninista do Estado como “comitê executivo da burguesia” e da revolução como ruptura forjada por um contra-poder que destrói o aparelho estatal é, ainda, o cerne racional do marxismo revolucionário.” (Genro Filho, 1979, p.199)

Não deve, portanto, o marxismo, devido aos erros do stalinismo, “tomar emprestado o espelho da democracia burguesa para mirar-se nele” (Genro Filho, 1979, p.201). E, mais do que isso, dado a inexistência da democracia em geral, o único valor a ser defendido é “a mobilização constante da classe operária e demais camadas populares no exercício direto do poder” (Genro Filho, 1979,

⁴⁹ Presente em *Encontros com a civilização brasileira*, nº 17.

p.202), visto que o socialismo implicaria uma *ruptura fundamental* com os valores capitalistas e liberais.

Dessa forma, as tarefas da esquerda brasileira não se caracterizavam pela busca das liberdades e valores democráticos, tal como defende Carlos Nelson Coutinho. Para Genro Filho:

“A revolução burguesa já ocorreu no Brasil de forma completa, paralela mesmo ao processo de internacionalização da economia. Não podemos, portanto, nos limitar as tarefas da luta operária pelos critérios do liberalismo emedebista: Estado de Direito, eleições livres, liberdades sindicais e Assembleia Constituinte.” (Genro Filho, 1979, p.200)

Seria, portanto, um equívoco se preocupar com a universalidade do valor da democracia política.

Substancialmente, essa crítica também é realizada por Naves a partir de um desenvolvimento teórico distinto. Como nos afirma esse crítico, se a questão do projeto revolucionário surge como a questão da democracia há um problema, pois a última questão imprime uma lógica não condizente com a verdadeira luta de classes. Verificar-se-ia, assim, um equívoco teórico na transformação de anseios de liberdade em uma forma jurídica apropriada. Equívoco explicitado nas propostas eurocomunistas, as quais redimidas dos pecados do golpismo, da ortodoxia e do sectarismo, proporiem a comunhão da democracia e do pluralismo (Naves, 1981, pp. 111-112). Figuras da ideologia jurídica burguesa – tais como Estado de direito, sufrágio universal e legalidade – propiciariam a ocultação ou a dissimulação da luta de classes. Nas palavras de Naves:

“A “Democracia” faz silêncio sobre a luta de classes, dissolve o caráter de classe do Estado; torna impensável a ruptura revolucionária e superado o conceito de ditadura do proletariado.” (Naves, 1981, p. 113)

Ou seja, a proposta de Coutinho de transformar a democracia em um “protagonista exclusivo” da política era equivocada, pois, em efetivamente, equivaleria a “recuperação” da democracia burguesa. Se alguma democracia deveria ser valorizada, seria somente a da classe proletária, ou para usarmos termos mais precisos, a ditadura do proletariado. Ainda, segundo o autor:

“A ausência de distinção entre o conteúdo de classe da democracia burguesa e da democracia operária (ditadura do proletariado), e a recusa em perceber o vínculo necessário entre democracia e reprodução das condições econômicas, políticas e ideológicas para a acumulação do capital, permitem a Coutinho pensar a democracia como uma eterna continuidade que se vai aperfeiçoando na história.” (Naves, 1981, p.113)

Esse procedimento equivocado realizado por Coutinho propiciava o entendimento de que a democracia poderia ser desvinculada de sua gênese (histórica) e adquirir valor universal. Dado essa universalidade, a democracia deveria ser conservada tanto na luta pelo socialismo como no próprio socialismo – outros dois equívocos sequenciais, segundo Naves. Pois, a tese da não-identidade entre gênese e validade era uma generalização equivocada, a nível metodológico, de um desenvolvimento específico de Marx referente à arte grega não possuindo validade geral e, além do mais, a proposta de universalidade do valor democrático era derivada da utilização equivocada do conceito de “superação dialética” (*Aufhebung*) no interior da teoria marxista⁵⁰. Nas palavras do autor:

“O conceito de “superação” [*Aufhebung*] é constitutivo do campo ideológico da filosofia hegeliana, *não integra a teoria marxista*. Marx teve que *romper com a problemática ideológica* para poder fundar o conhecimento científico da história.” (Naves, 1981, p. 116)

O que merece ser ressaltado aqui é como a crítica realizada por Naves busca explicitar que a escolha por uma “via democrática” frente a uma “via autoritária” ou “golpista” seria equivocada, visto que esse problema “seria exterior ao campo da luta de classes e à sua história”, ou ainda, uma aplicação reducionista fruto de se “subordinar o marxismo revolucionário às categorias abstratas da “ciência política” burguesa” (Naves, 1981, p.118). Assim, segundo o crítico, a democracia adquire uma função mágica (que autoriza a associação dessa com o projeto socialista) na proposta de Coutinho. Obscurece-se, desse

⁵⁰ O presente trabalho não visa realizar uma exegese do trabalho de Marx e, mais do que isso, o pesquisador não possui as qualidades necessárias para tal tarefa. Contudo, merece ser ressaltado que uma leitura dos *Grundrisse*, sobretudo sua “Introdução”, possibilita notar a plausibilidade desse ponto da proposta de Coutinho no interior da teoria marxiana.

modo, a relação existente entre a *democracia* e o *capital*, entre os “valores democráticos” e as condições da produção capitalista⁵¹.

Tanto essas críticas à tese do valor universal da democracia, quanto os desenvolvimentos apresentados por Coutinho, se realizam em torno da utilização de usos conceituais particulares. Se, por um lado, usos conceituais inovadores oriundos, sobretudo, das obras de Gramsci e de Lukács, caracterizam a proposta democrática de Carlos Nelson, assim como de outros intelectuais marxistas que aderiram a tese da “democracia como valor universal”, por outro lado, é, justamente, a recusa da legitimidade dessa inovação (e justificação) teórico-conceitual dentro de uma linguagem marxista a tarefa que os principais críticos buscam realizar, demonstrando como o marxismo-leninismo não possibilitaria tais conclusões democráticas.

São esses usos conceituais de categorias oriundas, sobretudo, das obras de Gramsci e Lukács – os quais marcam a tese da “democracia como valor universal” e são claramente criticados pelos autores avessos a essa tese – que pretendemos abordar abaixo.

3. USOS CONCEITUAIS: UMA INTERPRETAÇÃO

Como já indicamos anteriormente, defendemos a tese de que sincronicamente à incorporação da questão democrática, ocorreu a adesão a novos referenciais teóricos, assim como um movimento de redescoberta de teóricos já centrais para os comunistas brasileiros. Carlos Nelson Coutinho utiliza esse novo repertório conceitual ao apresentar sua proposta democrática. Entretanto, esse movimento de renovação do repertório conceitual marxista também pode ser observado nos demais autores que constituem o “grupo” que aderiu à democracia aqui analisado.

⁵¹ Baseando-se em Bernard Edelman, Naves sustentará que “a liberdade e a igualdade são criadas pelo processo do valor de troca”, sendo que ao cria-las, tal processo também cria a ilusão de que tal liberdade e tal igualdade são reais. Nesse processo o direito e a ideologia jurídica cumpriram papel decisivo. A partir disso, Naves direciona seu ataque a tese de Coutinho: “Não reconhecendo essa relação entre o movimento do capital e a “sociedade” democrática fundada nas leis naturais da liberdade e da igualdade (Edelman), C. N. Coutinho pode então pensar a via revolucionária e o próprio socialismo como um *alargamento* da democracia.” (Naves, 1981, p. 121)

Resta saber até que ponto a proposta de Coutinho pode ser entendida como um *alargamento democrático*. Como poderá ser verificado a frente, julgamos tal leitura insuficiente.

Conceitos oriundos das obras de Gramsci, Lukács e de certo Lenin, são apresentados e utilizados de modo inovador nas publicações de Coutinho, Werneck Vianna, Leandro Konder, Ivan de Otero Ribeiro, Marco Aurélio Nogueira, entre outros. Presentes tanto em manifestos, análises conjunturais do período (nas quais constantemente a importância da luta pela democracia é reafirmada), como também em trabalhos de caráter acadêmico, esses conceitos se aglutinam num arcabouço conceitual renovado que é parte estruturante da compreensão teórica da história, como também da conjuntura político-social, defendida pelo grupo. Destaca-se, em especial, o conceito de *via prussiana*, o qual pode ser considerado, a nosso ver, como o conceito-núcleo da argumentação apresentada por esses intelectuais. Tal categoria (*via prussiana*) foi originalmente utilizada nos estudos agrários realizados por Lenin, em *O programa agrário da social democracia-russa*, em contraste com a *via norte-americana*. Como nos afirma Werneck Vianna, referindo-se a tese de Lenin:

“Os tipos básicos de transformação do mundo agrário, sob hegemonia da burguesia, consistiriam no que se chama de modelo prussiano e no seu oposto, o norte-americano. O primeiro corresponde à situação em que a modernização e o capitalismo transformam a economia feudal – e se poderia dizer de forma mais geral, as relações sociais agrárias – tendo como agente decisivo a grande propriedade de renda da terra. A liquidação das antigas relações de propriedade no campo não se faz num só processo, mas por uma adaptação progressiva, mais lenta nuns casos do que noutros, ao capitalismo. O tipo norte-americano depende de uma articulação diversa, em que a pequena propriedade camponesa joga um peso considerável, acabando por eliminar revolucionariamente a excrescência do latifúndio feudal do organismo social, desenvolvendo-se, a partir, daí em direção a economia capitalista.” (Vianna, 1999, p.163-164)

Alocado de modo particular na reconstituição da história brasileira, o conceito de *via prussiana* de modernização conjuntamente com as categorias *revolução passiva*⁵², *revolução-restauração* e *modernização conservadora* constituíram o eixo da nova compreensão histórica e conjuntural do país⁵³.

⁵² A expressão “revolução passiva” foi usada por Vincenzo Cuoco, em *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*, que a utilizou para descrever a ausência de participação popular na Revolução Napolitana de 1799. Gramsci, nos *Cadernos*, reelabora a categoria na compreensão do *Risorgimento*, adotando os seguintes sentidos para tal expressão: (1) em alguns aspectos remete-se ao original, significa uma revolução sem participação popular, devido, em grande parte, a uma “direção conservadora”, como é do *Risorgimento*; (2) exprime uma transformação social “molecular” que avança sobre a sociedade quando a classe progressista não pode avançar livremente, podendo ser considerada como uma solução mais regressiva que progressiva, sempre

Retomemos a hipótese apresentada anteriormente. A nosso ver, conjuntamente com o movimento (1) de valorização da democracia, podemos observar (2) uma renovação teórico-conceitual. Esses movimentos (1) e (2) se retroalimentam de forma particular, mas, sobretudo, de modo indireto⁵⁴. Há um terceiro movimento – (3) uma nova interpretação da história brasileira e da conjuntura brasileira – presente na teoria dos intelectuais comunistas que aderiram à democracia, esse, sim, é em grande parte decorrente do (2) movimento de renovação teórico-conceitual.

O movimento (3) pode ser subdividido em (3*) uma nova interpretação da história brasileira (de modo mais amplo), o qual possibilita (3**) a nova interpretação da conjuntura político-social brasileira. Esse movimento geral (3) justifica e valida o movimento (1), de adesão à democracia⁵⁵.

voltada para a preservação da ordem e para a valorização da tradição (cf. Hore; Nowell-Smith, 1992).

⁵³ O uso conceitual de *via prussiana* também foi realizado – de modo inovador – por José Chasin, em *O integralismo de Plínio Salgado*. Contudo, não analisamos tal obra no presente trabalho – assim como não consideramos esse intelectual parte do grupo aqui estudado – dado suas posições políticas e teóricas distintas.

⁵⁴ Diferente de parte da bibliografia sobre o tema, não consideramos a passagem de (2) para (1) como direta, imediata, ou, mesmo, evidente ou óbvia. No mais, como explicitamos no Capítulo 1 da presente dissertação, o contexto particular de tal momento histórico é decisivo em tal adesão à democracia política.

⁵⁵ Como pode ser observado, no fluxograma abaixo a partir das setas (quanto mais grossa a seta, mais evidente/explicito é o movimento). Acreditamos que a adesão à democracia, no interior das teses dos marxistas brasileiros, é justificada, sobretudo, a partir do movimento (3**) de compreensão da conjuntura política brasileira.

De modo gráfico:

Ou seja, o que estamos buscando explicitar é como esse grupo de comunistas brasileiros apresenta uma renovada interpretação da história brasileira a partir de usos conceituais inéditos, e, mais do que isso, deriva-se dessa nova interpretação da história uma renovada interpretação da conjuntura política nacional, a qual legitima a adesão à democracia. Compreendendo, de modo geral, a história brasileira a partir, sobretudo, das categorias de *via prussiana* de modernização, *revolução restauração*, *modernização conservadora* e de *revolução passiva*, tais intelectuais deslocam a situação do Brasil perante a teoria marxista da história ressignificando o valor da democracia⁵⁶. O Brasil é, fundamentalmente, visto como um país capitalista moderno, o qual é caracterizado por uma história repleta de elos de continuidade com o seu passado, nessas teses. As mudanças históricas são realizadas *pelo alto*, centralmente pelo Estado, ocorrendo a manutenção das elites e a exclusão das classes populares ao longo da história do país.

Como afirma Leandro Konder:

⁵⁶ Um leitor crítico poderia (re)afirmar que, nas teses desses autores, a democracia não possui “valor universal”, mas sim, valor local (histórico-geográfico). Tendemos a concordar, em parte, com essa crítica; porém, a valorização local não impede a universalidade desse mesmo valor político.

“Na evolução da sociedade brasileira, as transformações não resultam de revoluções, não foram a consequência direta de movimentos populares.

(...)

As mudanças eram realizadas mediante acordo entre os grupos economicamente dominantes. Ao Estado cumpria ensejar tais acordos e manter as massas afastadas da vida política (para isso, eram constantemente fortalecidos os aparelhos burocráticos de dominação direta).

Quando era necessário, produzia-se entre nós uma “modernização conservadora”. Esse caminho foi chamado por Lenin de “caminho prussiano” (ou “via prussiana”, como se prefere dizer agora); a partir do exame da evolução da economia agrária alemã, Lenin descobriu a universalidade dessa “via”, sua função de evitar a revolução. Lukács analisou os efeitos da “via prussiana” sobre a supra-estrutura política e cultural da Alemanha e da Hungria. Nestes últimos anos, diversos pesquisadores vêm observando as formas assumidas pela “via prussiana” no Brasil.

(...)

Tanto em decorrência da fraqueza da sociedade civil como por força da sua função de legitimação da “via prussiana”, a ideologia dominante (que, como notaram Marx e Engels, é sempre a ideologia das classes dominantes) difundia, entre nós, de maneira sistemática, preconceitos antidemocráticos; e culpava o povo por ter sido este marginalizado.” (Konder, 1980, p.17-21)

Essa leitura do país, sintetizada por Konder, abre caminho para a adesão à democracia. Aderir à democracia agora, segundo esses intelectuais, significa uma forma de ruptura com o decorrer da história brasileira (com a *via prussiana*), a qual manteve marginalizado o povo, e assumiu seu ápice no regime militar pós-1964 brasileiro. E, mais do que isso, significa romper com os “preconceitos antidemocráticos” presentes na ideologia local propiciando nítidos ganhos (materiais) às classes subalternas⁵⁷.

⁵⁷ A nosso ver, o eixo central dessa tese é sustentado até os dias atuais pelos intelectuais estudados, ocorrendo somente o abandono do que poderíamos nomear de (sub)teses marxista-leninistas.

No entanto, é necessário ressaltarmos uma exceção: Luiz Werneck Vianna, em *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil* (Vianna, 2004), sobretudo na parte final de seu artigo *Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira* ressignifica a questão da “revolução passiva”, marca da nossa história, buscando apresentar a categoria de modo *positivo*. Explica-se: ao contrário do que até o momento foi apresentado, nessa obra Werneck Vianna considera que as características particulares da história brasileira podem *favorecer* o desenvolvimento da democracia política (e social) no país.

Álvaro Bianchi tende a diagnosticar como equivocada a possível posituação da “revolução passiva”, tal como formulada por Gramsci. No mais, busca dissociar uma leitura fidedigna da obra gramsciana da qual foi introduzida no Brasil pelos intelectuais aqui analisados. Como nos afirma o autor, a respeito da difusão da obra do pensador sardo: “No contexto da difusão da obra da Gramsci no imediato pós-guerra, essa imagem permitia transformar Gramsci em um antecessor da “via italiana para o comunismo”. Assim, Togliatti, no 20º aniversário da morte de Gramsci pronuncia em discurso no Comitê Central que o PCI “soube compreender e seguir o ensinamento de seu fundador, recolheu sua herança e nela tem tido fé.” O contexto do discurso é de grande importância, pois apenas um ano antes, em seu VIII Congresso, o PCI havia formulado

Os próprios intelectuais que realizaram essa nova formulação teórica reconhecem o papel decisivo da renovada compreensão da história do país em suas teses. Como nos informa Nogueira, ao dissertar a respeito da influência do marxismo italiano no Brasil:

“[O] marxismo italiano – e, aqui, sobretudo, o gramscismo – estimulará uma expressiva revitalização dos estudos sobre a história brasileira. Agregará novas categorias e perspectivas ao entendimento do caráter prussiano, autoritário e elitista assumido pelo processo de formação da nacionalidade e de desenvolvimento capitalista no Brasil, facilitando a compreensão de diversos de seus componentes superestruturais. As análises gramscianas do *Risorgimento* e do fascismo italiano (das quais derivam, entre outros, os conceitos de “revolução passiva” e “revolução-restauração”), por exemplo, ajudarão sobremaneira a explicitar nuances decisivos da modernização conservadora reforçada pelo regime resultante do golpe militar de 1964, requalificarão o conhecimento sobre o “atraso” brasileiro e iluminarão questões – o fortalecimento da sociedade civil, a nova forma do Estado, o “transformismo” dos políticos, etc. – até então pouco consideradas pela intelectualidade.” (Nogueira, 1985, p. 140)

Não deixa de ser interessante realizarmos, novamente, o contraste com a teoria dominante no pensamento de esquerda até a época. Como sintetiza Aarão Reis, ao realizar um diagnóstico mais amplo da história política brasileira, as esquerdas no Brasil até esse período histórico privilegiavam as questões relativas à justiça e a soberania nacional, considerando a democracia uma consequência dessas questões primeiras. Nas palavras do historiador:

“As esquerdas no Brasil, de seu lado, e até meados dos anos de 1970, tenderam a privilegiar, em seus programas e lutas, questões relativas à justiça social e a soberania nacional. Em consequência, em seu âmbito, conformou-se uma cultura política nacional-estatista: o trabalhismo e o comunismo foram expressões e fatores dessa cultura, e não gratuitamente constituíram-se como as principais forças das esquerdas até 1964. Nessa formulação, a autêntica democracia, para existir, teria, como pré-requisitos, a igualdade social e a “segunda” independência,

politicamente a especificidade dessa via e afirmado uma estratégia de avanço democrático em direção ao socialismo. A herança gramsciana se expressaria, assim, na nova política reformista do PCI, “a nossa estratégia [do PCI] e nossa tática, na luta pelo desenvolvimento da democracia italiana em direção ao socialismo.”

Foi a partir dessa leitura que alguns intérpretes apropriaram-se do conceito gramsciano de revolução passiva, atribuindo-lhe um significado programático. A idéia, que esse conceito pretendia expressar na obra de Gramsci, de uma transformação molecular (gradual e reformista) da sociedade, converte-se, assim, para tais intérpretes, em estratégia política das classes subalternas, que deveria apropriar-se dessa forma do movimento político da burguesia com o intuito de subvertê-la, invertê-la ou modulá-la.

A estratégia gramsciana caminha, entretanto, no sentido oposto dessa positivação. É uma estratégia de anti-revolução passiva.” (Bianchi, 2006, p. 2)

a real e efetiva, a econômica. Sem isso, a democracia seria uma farsa. Assim, as esquerdas deveriam lutar por reformas e, se fosse o caso, pela revolução, para ganhar a igualdade e a soberania. Como resultado desse processo, teríamos então a democracia, a verdadeira.” (Aarão Reis, 2006, p.13)

Desse modo, a tese formulada pelo grupo de intelectuais aqui analisado realiza uma completa inversão causal do “modelo clássico” das formulações das esquerdas brasileiras – entre as quais, as realizadas pelo próprio PCB, partido ao qual esses intelectuais eram filiados – sem, romperem, contudo, com um tipo de linguagem e desenvolvimento argumentativo-conceitual marxista “tradicional”.

Se anteriormente existia uma análise causal que afirmava a *necessidade* de “justiça social” e “independência nacional” para a ocorrência da *verdadeira democracia*, a nova formulação, proposta por Coutinho e demais intelectuais, vê na democracia o ponto de ruptura que levará à justiça social.

Ressalta-se que, na nova interpretação realizada pelo grupo de intelectuais estudados, a questão da verdadeira democracia continua a existir, mas, agora, de modo diferenciado. A questão agrária, por exemplo, é ressignificada na questão da “urgente” reforma agrária, enquanto a questão nacional torna-se um pressuposto argumentativo (presente na reformulada proposição da especificidade da história brasileira, i. e., na *via prussiana* de transição ao capitalismo). Já o enfoque na questão nacional/independência frente ao imperialismo perde centralidade (ao menos, direta) enquanto uma questão a ser resolvida de modo independente⁵⁸.

Ou seja, na nova argumentação apresentada, a democracia política⁵⁹ se tornou o centro argumentativo, ocorrendo uma clara inversão de causalidade: se, anteriormente, a verdadeira democracia era vista como uma consequência, agora passa a ser considerada uma “causa primordial” no caminho ao socialismo.

Sem dúvidas, a passagem da democracia para o socialismo não está (ainda) desenvolvida de modo claro nos trabalhos desses intelectuais⁶⁰. Além

⁵⁸ É possível se imaginar que tal questão tende a ser solucionada de modo decorrente para a verificação de uma “verdadeira sociedade democrática” no Brasil.

⁵⁹ Estamos considerando “democracia política” como núcleo conceitual da categoria mais ampla “democracia”, nos desenvolvimentos teóricos de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e demais adeptos de tal posição.

⁶⁰ Não, necessariamente, isso deve ser considerado um problema. Não são poucos os teóricos contemporâneos vinculados, de alguma forma, ao marxismo ou à teoria crítica que defendem a não-teorização da mudança/revolução, visto que a ação, a *práxis* (pura), deveria

disso, como afirmado anteriormente, em tais propostas podemos observar a ocorrência remitante de uma clara associação entre democracia política e justiça social, porém com inversão de vetores⁶¹. A luta pela democracia política direcionaria a sociedade à justiça social, ao caminho adequado ao socialismo.

Ao voltarmos às críticas realizadas por teóricos marxistas às teses desse grupo de intelectuais, pode-se explicitar a inovação realizada por Coutinho e demais intelectuais. Como afirmado, na nova formulação proposta, a conquista política da democracia se realizaria como uma ruptura frente a história prussiana de marginalização das classes populares.

É justamente essa proposição da aquisição da democracia, em si, como uma ruptura positiva frente à história brasileira que é negligenciada por críticos, tais como Naves⁶². Para o autor, verifica-se justamente o inverso, o problema da proposta marxista pró-democracia (de Coutinho e, consequentemente, dos demais marxistas) seria a ausência de uma ruptura essencial. Em sua crítica a proposta de Carlos Nelson, evidencia-se tal questão:

“O que o discurso de Coutinho não é capaz de produzir é a noção de *ruptura*. Desse modo fica impossibilitado de estabelecer tanto uma demarcação entre a democracia burguesa e a democracia socialista, como também torna-se incapaz de pensar uma estratégia revolucionária, liberta do domínio da ideologia burguesa. Daí decorre a concepção de que a democracia se constitui em um *objeto estratégico*, (...) e que traduz, antes de mais nada, uma grave confusão entre *poder de Estado* e *forma de Estado*, pois o objetivo perseguido pela classe operária na luta de classes, a sua meta estratégica é a *conquista do poder político* (poder do Estado), e não uma das *formas pelas quais esse poder é exercido* (formas de Estado).” (Naves, 1981, p. 122)

Ou seja, o que Naves diagnostica é a determinação do conteúdo a partir da forma; isto é, a forma de Estado (Democracia) em Coutinho teria anterioridade em relação ao poder de Estado, determinando *a priori* a conquista e o funcionamento

assumir um papel dominante (não limitado por uma teoria anterior) em situações de efervescência político-social.

⁶¹ Se anteriormente, o pensamento marxista dominante afirmava que a justiça social traria, de modo consequente, a democracia, estes teóricos passam a defender que a democracia política encaminhará a sociedade brasileira a patamares adequados de justiça social. Em nenhum momento, tal associação – que, ao menos, nos dias atuais não é evidente (basta pensarmos na sociedade brasileira) – é colocada claramente em dúvida. Talvez, daí, decorra a questão da constante adjetivação da democracia. Caso não ocorresse justiça social em uma dada democracia, tal democracia não seria *verdadeira*. No mais, é necessário ressaltar que a conjuntura político-social e a postura política dos intelectuais influenciavam diretamente nessa questão.

⁶² Assim como por Genro Filho (1979). Ver pp. 13-14 da presente dissertação.

do poder. Em outras palavras, “a Democracia surge como *elemento fundante* do Estado proletário” (Naves, p. 1981, 122), desaparecendo o papel da luta de classes.

Contudo o que Naves não reconhece (ou, mesmo, não deseja reconhecer) é o deslocamento da noção de *ruptura* no interior da teoria de Coutinho se comparada com as teses marxistas-leninistas tradicionais. Como afirmado, Naves – assim como Genro Filho – enfatiza a incapacidade da tese de Coutinho produzir (e/ou levar em consideração) uma *ruptura fundamental* entre o socialismo e os valores capitalistas presentes na democracia burguesa. Porém, o que tais marxistas não levam em consideração é que tal *ruptura* está deslocada na proposta de Coutinho. Se, de fato, não se verifica uma distinção nítida – mas, sim um processo de superação dialética – entre democracia (não adjetivada) e socialismo na proposta de Carlos Nelson Coutinho, a *ruptura* se daria entre uma nova situação democrática e a história e conjuntura política de caráter prussiano em que se encontrava o Brasil – ápice de um amplo movimento de revolução passiva, com componentes de transformismo, no qual um Estado ampliado buscava sufocar, o quanto possível, a emergente sociedade civil.

Portanto, enfatiza-se que, é a partir desse movimento de interpretação da história brasileira (e, também, da conjuntura política do período) que a adesão à democracia é justificada pelos intelectuais comunistas aqui analisados. Desse modo, a partir de tal “realocamento histórico” do Brasil no interior da teoria marxista⁶³, o grupo de comunistas apresentou uma particular conciliação do relacionamento (tenso, ao menos, até esse momento) entre marxismo e democracia política. Além do mais, não há, conseqüentemente, uma alteração no núcleo (*core*) da teoria marxista para realização desse movimento conciliatório. De modo distinto a outros grupos de intelectuais marxistas que aderem aos valores democráticos, os comunistas brasileiros não realizaram uma mudança fundamental no núcleo conceitual da linguagem marxista⁶⁴, mas, sim, realizam

⁶³ O desenvolvimento teórico em torno das histórias nacionais que possibilitou tal realocamento cognitivo foi realizado, sobretudo, por Gramsci, a partir da proposição de uma dicotomia *Ocidente – Oriente*, da qual se deriva diversos outros usos conceituais, tais como *guerra de posição – guerra de movimento*. Sobre essa questão, ver parte 4 do presente Capítulo.

⁶⁴ Entre outros grupos oriundos do marxismo que aderem à democracia e realizam mudanças fundamentais no núcleo conceitual marxista, podemos citar alguns intelectuais oriundos do grupo “Socialismo ou Barbárie”, em especial Lefort e Castoriadis, assim como os “marxistas analíticos”.

usos de “acréscimos conceituais”, os quais – como procuramos demonstrar – foram utilizados em compreensões da história e da conjuntura política do Brasil que legitimam o movimento democrático.

Ressalta-se ainda, ao contrário do que em um primeiro momento pode se pensar, a contribuição teórica dos comunistas brasileiros não é inferior a dos demais intelectuais que aderem aos valores democráticos realizando alterações fundamentais na linguagem marxista. Pelo contrário, se entendermos o comunismo como opção que abrange todas as esferas da vida – uma ética da convicção que abrange a totalidade da existência (cf. Hobsbawm, 2003) –, a qual o indivíduo carrega ao longo de todo o seu viver, tal como os próprios comunistas gostam de enfatizar, as realizações dos intelectuais brasileiros ganham importância ainda maior. Sem abandonarem o materialismo histórico – continuando a alocar um rígido conceito de *verdade* na História (*Weltgeschichte*) –, o grupo comunista valida teoricamente, no interior do marxismo (não distante do clássico)⁶⁵, a adesão à democracia política, suas instituições e, até mesmo, a valores liberais⁶⁶. Se, como estamos afirmando, ler Gramsci – ou mesmo Lukács e, sobretudo, Lenin – não determina obrigatoriamente, nem de modo direto ou imediato, a conversão de um comunista a democrata, os intelectuais aqui analisados produziram uma significativa contribuição teórica. Tal contribuição ocorreu por meio da apropriação desses autores e da realização de usos conceituais a partir das referências teóricas para, do interior de um *repertório marxista*, validarem a adesão à democracia política⁶⁷. A ocorrência na Europa,

⁶⁵ Ou seja, não abandonando o materialismo histórico, a teoria do valor trabalho, entre outras características centrais da obra de Marx.

Deve se ressaltar que os autores considerados “eurocomunistas” – em especial, os marxistas italianos agrupados em torno do Partido Comunista Italiano – também aderem a democracia política ser realizarem nítidas rupturas com o núcleo teórico marxista.

⁶⁶ A relação entre o marxismo e as conquistas liberais é ponto de análise por diversos autores. Entre outros, destaca-se Steven Lukes (Lukes, 1982) que tende a negar que um marxista valorize como um valor, em si, os direitos humanos, e Christine Sypnowich que afirma que uma sociedade socialista necessita de instituições legais para julgar disputas entre cidadãos (e comunidades) (Sypnowich, 1992). No mais, sobre a questão dos valores é interessante notar como Coutinho, na segunda edição de seu ensaio, empenha-se em afirmar que sua concepção de valor não é kantiana, mas sim, *uma categoria ontológica-social*, tal como presente no pensamento de Lukács e, em especial, em Agnes Heller.

⁶⁷ Dado a qualidade (e, também, quantidade) dos trabalhos acadêmicos brasileiros que buscam estruturar a partir de uma leitura de Gramsci a defesa de valores democráticos e liberais, tornou-se certo consenso no meio acadêmico brasileiro a leitura “liberal-democrática” do autor sardo. Contudo, a nosso ver, tal movimento “liberal-democrático” não é o único possível de se realizar a partir de uma leitura interna do autor. Uma possível validação da nossa hipótese, no

em especial na Itália (com o Partido Comunista Italiano (PCI)), de um movimento teórico-político semelhante, não reduz a *inovação* política e conceitual dos intelectuais brasileiros.

No plano conceitual, por exemplo, observa-se que a utilização combinada dos conceitos de *revolução passiva* e de *via prussiana* (com demais categorias agregadas) permitiu aos intelectuais brasileiros superarem as limitações do uso restrito da noção de “via prussiana”. Dado que o conceito de Lenin concentra-se nos aspectos “infraestruturais”, ele impossibilita a compreensão plena dos eventos, pois as características “supraestruturais” que acompanham, podendo até determinar, essa modalidade de transição não podem ser analisadas. Daí, a utilização conjunta da terminologia de Lenin – que já é alocada de modo distinto por Lukács – com a noção gramsciana de “revolução passiva”. A utilização dessa última, que se concentra nos aspectos “supraestruturais” (em especial políticos), potencializou a análise dos comunistas brasileiros. No mais, o inverso também é válido: o uso articulado dessas categorias também favorece o entendimento, se comparado apenas com o uso da terminologia gramsciana, pois essa não pode ser lida de modo positivo, mas apenas como um “critério de interpretação”⁶⁸.

Além do mais, há uma elevada complexidade em torno dos usos conceituais realizados pelos intelectuais analisados neste estudo que invalida as teses que defendem que os intelectuais comunistas brasileiros que aderiram à democracia a partir dos anos 1970 realizam uma *apropriação* (em níveis absolutos) das teorias do chamado “eurocomunismo”. Como indicado anteriormente, podemos observar o uso de uma determinada *linguagem conceitual comum* entre os variados intelectuais brasileiros e seus referenciais teóricos, tais como Gramsci e Lukács, a qual também pode ser encontrada em parte das obras “eurocomunistas”, sobretudo ligadas ao PCI. Contudo, a verificação de uma *semelhança de linguagem* não nos autoriza validar uma

campo do pensamento político brasileiro, se encontra na particular leitura do autor sardo (dissidente da dos intelectuais aqui analisados) realizada por Oliveiros Ferreira em *Os 45 cavaleiros húngaros*, que atribui ao elemento de *força* uma centralidade tanto no pensamento gramsciano como na política. A respeito da questão, ver tópico 4 do presente capítulo.

⁶⁸ Essa qualidade dos usos conceituais conjuntos foi observada pelos próprios intelectuais, em especial por Coutinho (Coutinho, 2007). No mais, como nos afirma Koselleck (Koselleck, 2006), o uso de um conceito social e político normalmente é combinado com outro(s), o que é verificado no caso analisado.

identidade completa entre as ideias apresentadas por Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, com as de um intelectual “eurocomunista”.

Dessa forma, legitima-se a afirmação de Marco Aurélio Nogueira:

“O eurocomunismo não foi imitado ou grosseiramente copiado, mas tratado como elemento de vanguarda da moderna teoria socialista, uma espécie de ponte que permitiu saltar as armadilhas do “marxismo-leninismo.” (Nogueira, 1985, p. 139)

Como buscamos apresentar, é justamente um movimento *inovador*, não encontrado em demais obras marxistas, de um enquadramento histórico do Brasil em uma *via prussiana* (obviamente, não encontrado na obra de intelectuais vinculados ao PCI, por exemplo) que valida e justifica a adesão política à democracia no interior das teses dos comunistas brasileiros.

Ou seja, ao realizarem uma realocação⁶⁹ dos conceitos-chave, como também, de modo geral, das ideias, cada um dos intelectuais brasileiros realiza uma *reconstrução* particular da teoria, a partir de um *uso* particular das referências teóricas, as quais também são realocadas e reconstruídas constantemente. Os usos de Gramsci no debate brasileiro são distintos dos presentes no debate argentino, ou mesmo italiano, por exemplo⁷⁰. Como Benedetto Fontana observou, “parece haver tantos pontos de vista sobre Gramsci quantos são seus intérpretes” (*apud* Germino, 2003, p. 127)⁷¹.

A verificação de uma *semelhança de linguagem* não nos autoriza a validar uma *identidade* completa nos usos conceituais dos próprios intelectuais comunistas brasileiros. Se, de modo mais abrangente, podemos validar a hipótese de que há um movimento comum nos usos conceituais a partir do qual

⁶⁹ A nosso ver, a realocação se dá tanto a nível teórico, como também nos ambientes sociais. Ou seja, estamos abertamente nos opondo àqueles que propõem ou aceitam a “apropriação” de ideias ou conceitos, pois tal uso conceitual considera as ideias e conceitos como categorias não mutáveis, externas à conjuntura político-social e ao pensamento do autor.

⁷⁰ Além disso, deve-se considerar que as leituras de uma determinada referência teórica variam de um intelectual para outro. Em relação aos usos distintos do pensamento de Gramsci estamos nos baseando, sobretudo, nas obras de Portantiero e Aricó (Portantiero, 1977; Aricó, 1988). Algumas questões a esse respeito serão desenvolvidas no tópico seguinte do Capítulo.

⁷¹ Portantiero, em *Los Usos de Gramsci*, também ressalta a variedade dos usos que Gramsci recebeu na América Latina. O autor diagnostica que Gramsci transformava-se em “um novo pensador com características distintas” a cada uso que era destinado. Em um momento, Gramsci era considerado um intelectual culturalista, já em outro defende a primazia da política, num outro a importância da questão nacional e da formação do bloco histórico. Em uma fase Gramsci é considerado espontaneísta, utópico, enquanto, em outra fase, é favor de um partido “jacobino”, de uma revolução dirigida por uma vanguarda, por um Partido, e assim por diante.

os comunistas brasileiros justificam a adesão à democracia, o que merece ser destacado aqui é como uma análise conceitual detalhada revela os usos distintos (não antagônicos) dos conceitos.

Ao voltarmos o enfoque ao ensaio “A Democracia como Valor Universal”, podemos observar, sobretudo em “O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à ‘via prussiana’” (parte final desse ensaio), como as proposições de Coutinho em grande parte se enquadram no movimento que estamos buscando demonstrar. Como já afirmamos, enfatizando a característica “prussiana”, de conciliação, da história brasileira, o autor busca explicitar que a tarefa prioritária aos brasileiros é a de renovação democrática, a qual seria uma alternativa histórica à “via prussiana”.

Utilizando-se de ampla gama de conceitos gramscianos (e, de modo mais indireto, de conceitos oriundos de Lukács), Coutinho evidencia o crescimento da “sociedade civil” que abriria possibilidades concretas de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política⁷², a qual deveria se caracterizar pela *hegemonia* dos trabalhadores, das classes populares. Contudo, a nosso ver, o que pode particularizar os usos conceituais do autor perante os demais intelectuais brasileiros é sua proximidade teórica a certo pensamento de cunho republicano, em especial, Rousseau⁷³. Associando a categoria de *hegemonia*

⁷² No artigo “Alternativas da transição”, publicado em *Presença*, nº 3 (maio de 1984), Coutinho realiza um melhor desenvolvimento dessa questão recusando a nomeação teórica do regime instaurado no Brasil pós-1964 de “fascista”. Segundo o autor, exatamente ao contrário do desenvolvimento de um regime fascista – que busca conquistar setores da sociedade civil existente, para posteriormente se realizar a tomada do poder do Estado –, o qual depende de um partido de massas ativo e altamente mobilizador, no Brasil o sucesso do regime instaurado pós-1964 foi a debilidade da sociedade civil da época, que com o passar dos anos vem se fortalecendo.

⁷³ Michel Zaidan Filho, em resenha publica em *Presença*, nº 9 (Fevereiro de 1987), também nota certa proximidade de Coutinho com a teoria de Rousseau, mas na obra posterior de Coutinho (*As esquerdas e a democracia*), em suas palavras: “Coutinho propõe que a defesa da democracia como valor universal impõe aos marxistas conseqüentes uma leitura **rousseauniana** de Gramsci: ou seja, **pensar a hegemonia como contrato**, uma vez que mesmo no legado gramsciano é difícil compatibilizar hegemonia com pluralismo.” (Zaidan Filho, 1987, p.173, grifos do autor). Tal proximidade, a nosso ver, já está presente em *A democracia como valor universal*, sobretudo, de modo mais evidente, em sua primeira versão.

Em 1986, Coutinho afirmou que estava se dedicando a “uma tentativa de fazer uma leitura de Gramsci a partir de sua relação com Rousseau, mostrando como o conceito de hegemonia em Gramsci tem muito em comum com o conceito de contrato no sentido de Rousseau, ou seja, do contrato que tem como pressuposto e como resultado a “vontade geral”.” Continuará ainda Carlos Nelson, “minha proposta está muito ligada à necessidade, que me parece existir, de uma distinção entre liberalismo e democracia. (...). A democracia, decerto, é mais do que o liberalismo; é mais, porém, precisamente porque incorpora o liberalismo.” (Garcia, 1986, p.97). Porém, essa proposta teórica não foi finalizada.

(Gramsci) ao uso conceitual de *vontade geral* de Rousseau, Coutinho busca solucionar problemas centrais a teoria marxista (cf. Coutinho, [1994], 2008). Por exemplo: como conciliar interesses conflitantes no socialismo? Caberia ao parlamento realizar uma “síntese política”, porém os demais sujeitos coletivos possuiriam importância na construção do “consenso” democrático⁷⁴.

Ressalta-se o movimento entre os conceitos: democracia política → hegemonia dos trabalhadores → consenso. Porém, antes de realizarmos apressadas conclusões que levariam a demonstrar uma teoria com possível cunho totalitário, explicita-se que na tese de Coutinho há um evidente humanismo socialista⁷⁵.

Já nas demais obras e artigos de Coutinho, assim como em grande parte das obras e artigos de Leandro Konder, os usos conceituais oriundos de Gramsci e Lukács ganham uma inclinação para o campo estético e simbólico, em especial literário, assim como estão focalizados na questão do papel dos intelectuais na sociedade⁷⁶.

Esses usos conceituais podem ser contrastados com os realizados por Luiz Werneck Vianna, em *Liberalismo e Sindicado no Brasil*, originalmente tese de doutoramento defendida em 1976 na Universidade de São Paulo⁷⁷. Todavia, ao contrário do que em primeiro momento se pode imaginar, tal trabalho de Werneck

No mais, não deixa de ser importante destacar que o último livro do autor (2011) foi intitulado de *De Rousseau a Gramsci – ensaios de teoria política*. Contudo, a nosso ver, tal movimento entre as teorias dos autores não é demonstrado – ao menos, de modo completo – em tal obra.

⁷⁴ A questão da relação entre democracia e consenso se torna evidente na crítica, realizada em nota presente somente na primeira publicação do ensaio, que Coutinho realiza a Fernando Henrique Cardoso, dado que para o último caberia à democracia o reconhecimento da legitimidade do conflito, pois quem buscaria consenso é um regime autoritário.

⁷⁵ Deve-se reconhecer a problemática relação entre democracia política e socialismo. Enquanto a primeira se caracteriza pela incerteza (Przeworski), pelo lugar vazio do poder (Lefort), o socialismo é diretamente associado a um princípio normativo fundamental que deve *sempre* ser respeitado: a igualdade (não, somente, a nível político). Deriva-se daí a tensão entre ambos. No entanto, *tensão* não significa obrigatoriamente opção entre um ou outro valor.

Sobre a temática do humanismo no marxismo, ver Fausto, “Dialética marxista, humanismo, anti-humanismo”.

⁷⁶ A nosso ver, na produção desses dois intelectuais brasileiros a referência central, mais do que Gramsci, é Lukács. Sobre tudo na contribuição de Leandro Konder tal verificação é nítida. Já em relação às produções de Coutinho, pode-se afirmar que é possível se propor um movimento do principal referencial teórico: em uma primeira fase (sobretudo nos estudos estéticos), ocorria uma nítida marca de Lukács e, posteriormente, de modo gradual, as referências a Gramsci ganhou preponderância.

⁷⁷ Outro autor que também se utiliza de conceitos gramscianos de modo pioneiro no Brasil é Marco Aurélio Nogueira, em *Joaquim Nabuco e as desventuras do liberalismo no Brasil* (originalmente, também tese de doutorado defendida em 1976 na Universidade de São Paulo).

Vianna, mais do que uma tese acadêmica ou monografia especializada, pode ser considerado – utilizando-se das palavras do próprio autor – “um ato de resistência”, “um documento político em forma de tese” (Vianna, 1999). Se de modo amplo a tese apresentada nessa obra é, novamente, similar ao movimento conceitual mais geral que apresentamos aqui, os desenvolvimentos internos são distintos. Fortemente inspirado pela obra de Lenin, Werneck Vianna busca apresentar uma compreensão distinta da Revolução de 1930 presente na bibliografia histórica brasileira. Concordando com a hipótese formulada por Lenin, que “o caráter específico de uma formação social do modo de produção capitalista depende de como a burguesia encaminha a resolução da questão agrária e das vicissitudes da realização desse encaminhamento” (Vianna, 1978, p.128), Werneck Vianna busca em seu trabalho explicar como no Brasil o capitalismo se desenvolveu de modo particular.

Segundo sua tese, sob a égide do Estado corporativo de 1930, ocorreu no Brasil uma “revolução sem revolução”, que possibilitou a modernização capitalista brasileira. Utilizando-se de conceitos de Lenin e Gramsci – ao desenvolver sua análise a respeito da Revolução de 1930, da formação da classe operária no país, das vinculações da burguesia agrária com a burguesia industrial, do Estado Novo, como também das complexas relações entre liberalismo e autoritarismo no Brasil –, Werneck Vianna busca explicar (e explicitar) os elos de continuidade que marcariam a história brasileira até o momento de defesa de sua tese⁷⁸. Como nos afirma o autor, na apresentação de seu outro livro (*A revolução passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*), publicado em 1997:

“Retomar a década de 30 [como se procedeu em *Liberalismo e Sindicato no Brasil*], no momento em que se impõe a estrutura burocrático-autoritária sobre o sindicalismo brasileiro, em pleno auge da ditadura militar dos anos 70, importava, desde logo, ter como evidentes os elementos de continuidade entre aqueles dois ciclos autoritários, quer pela preservação do corporativismo sindical, quer pelo regime repressivo às liberdades públicas, quer, ainda, pela opção de ambos de conduzir a expansão capitalista a partir do Estado, mediante a mobilização da violência política, sem falar dos objetivos territorialistas de grande potência que os animavam. Não havia mais o que buscar numa revolução burguesa, na expectativa de que, em nome do moderno e do desenvolvimento das forças produtivas materiais, se chegasse a uma ruptura

⁷⁸ Ou seja, a tese mais abrangente de Werneck Vianna, de *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, enquadra-se plenamente no movimento teórico-conceitual que apresentamos anteriormente.

com o “atraso” e o arcaico – a revolução burguesa já seguia, há tempos, o seu curso, e seus compromissos com a velha ordem social não eram em nada incompatíveis com a aceleração da acumulação capitalista, como, de resto, o chamado “milagre econômico” comprovava [...]. Assim, estudar os anos 30 da perspectiva dos anos 70 [...], importava considerar o processo da revolução burguesa autocrática como de longa duração. Não era outro o argumento desenvolvido pelo Gramsci dos *Quaderni*, cuja análise estabelecia uma linha de continuidade entre o *Risorgimento* e a emergência do fascismo na Itália, forma política de imposição autoritária do americanismo naquele país.” (Vianna, 2004, p.39-40)⁷⁹

Preocupação também semelhante, mas de ordem diferente, está presente nos artigos de Ivan de Otero Ribeiro⁸⁰. Utilizando-se, sobretudo, do conceito de *via prussiana*, Ribeiro apresenta um nítido posicionamento no debate em torno da questão da terra, da propriedade agrícola e da reforma agrária. Sempre ressaltando a urgência e a centralidade da reforma agrária para a transição e consolidação da democracia no Brasil, Ivan Ribeiro dialoga, em especial, com a literatura de enfoque econômico e histórico. Entre essa bibliografia, destaque merece ser dado ao debate em torno da transição do feudalismo para o capitalismo travado entre Dobb e Sweezy, mas envolvendo também Polanyi, Takahashi, Hilton, Lefebvre, Hobsbawm, entre outros⁸¹. Se, como o último autor (Hobsbawm) busca ressaltar, não há obviedade na aceitação, caracterização e generalização de um modo de produção, é interessante de se observar como dentre variados estágios de desenvolvimento histórico relacionados por Marx, “o feudal e o capitalista foram aceitos sem problemas sérios”. Porém, “por outro lado, o problema da transição do feudalismo para o capitalismo provavelmente deu origem a discussões marxistas mais numerosas do que qualquer outro relacionamento com a periodização da história mundial” (Hobsbawm, 2004, p. 201). E é justamente esse debate que, a nosso ver, interfere indiretamente em todo o grupo de intelectuais comunistas analisados, mas, em especial, nas teses de Ivan Ribeiro. Se a definição histórica, a nível teórico, de uma dada conjuntura político-social como feudal e/ou capitalista não é óbvia nem simples, a solução

⁷⁹ Essa passagem foi selecionada por Werneck Vianna e também está presente no prefácio à 4ª edição de *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (Vianna, 1999).

⁸⁰ Ivan de Otero Ribeiro publicou vários artigos em *Presença – Revista de Política e Cultura*. Grande parte de seus artigos está publicada na coletânea póstuma organizada por Carlos Nelson Coutinho e Maria Beatriz de Albuquerque David, *Agricultura, Democracia e Socialismo* (Ribeiro, 1988).

⁸¹ No Brasil, parte desse debate foi publicada em *A transição do Feudalismo para o Capitalismo* (Sweezy, 2004).

que caracterizou os desenvolvimentos teóricos dos intelectuais brasileiros é ainda menos óbvia, pois se utiliza de uma categoria, a de *via prussiana*, não abrangente – ao menos em primeiro momento⁸² –, a qual, em nível extremo, afirmaria a presença de um passado feudal no Brasil.

Por fim, ainda a respeito de usos conceituais, o que merece ser ressaltado é como, conjuntamente a essas renovações conceituais apresentadas no interior da compreensão da história e da conjuntura política brasileira, ocorreu uma ressignificação da importância da política (do *fazer política*, para utilizarmos a expressão que se tornou usual na linguagem comunista do período). Se na experiência teórica marxista, o nível econômico é usualmente mais valorizado, enfocando-se as relações entre sociedade e economia, cabendo à política um enfoque, de certo modo, secundário, já na teoria apresentada pelos intelectuais brasileiros o nível político ganhou centralidade, dado que a *democracia política* seria a ruptura fundamental a ser realizada. Ou seja, a partir da *política* se conquistaria vitórias a nível econômico, e não o contrário, como ocorre em grande parte das teorias marxistas que chegam a pensar sobre a esfera do político. E, mais do que isso, é esse “marxismo político” – uma das características particulares da “alma positiva” do comunismo brasileiro, a qual se manifestou em parte dos quadros internos do PCB ao longo de sua história – que esse grupo de intelectuais buscou reavivar e explicitar, buscando uma conciliação (a nosso ver, inovadora) entre prática democrática e teoria política marxista, no interior do comunismo brasileiro.

Desse modo, podemos chegar a propor que tais intelectuais buscam (e, até mesmo, conseguem) romper com a clássica dicotomia entre *reforma* e *revolução* presente no pensamento de esquerda⁸³. O que seria, aos olhos de alguns marxistas, “reformismo democrático”, no caso brasileiro, adquiriria um caráter revolucionário frente a história de caráter prussiano característica do país, se a hipótese que formulamos aqui for válida. Ou seja, ao levarmos em consideração a análise apresentada pelo grupo de intelectuais comunistas brasileiros que

⁸² A questão da generalização de tais vias de transição do feudalismo para o capitalismo já está presente em Lenin. Basta lembrarmos que, em polêmica com os *narodniks* sobre a questão agrária, o autor afirmava que qualquer uma dessas vias (prussiana ou americana), dessas formas de passagem, era possível de se realizar nas condições russas.

⁸³ O artigo de Robert Barros (Barros, 1986), já citado anteriormente, apresenta um diagnóstico sobre essa dicotomia e as esquerdas na América Latina.

aderiram à democracia, a questão da simples dicotomia reforma/revolução se desfaz e, mais do que isso, as próprias categorias são completamente ressignificadas, fazendo com que os significados usuais das duas categorias careçam de sentido (ou se tornem completamente externos) se aplicados às teses formuladas pelos integrantes de tal grupo.

4. POR QUE GRAMSCI? QUAL GRAMSCI?

Contudo, se como afirmado acima, a obra de Gramsci não conduz obrigatoriamente a uma leitura pró-democracia, por que então Gramsci foi utilizado como principal referência teórico-marxista pelo grupo de intelectuais comunistas brasileiros que aderiu a democracia no período histórico estudado?

A introdução do pensamento gramsciano na América Latina ocorreu cedo, sendo a primeira tradução dos *Cadernos do Cárcere* uma realizada para língua espanhola – é verdade que ainda parcial – em 1958 e 1962, em Buenos Aires. Além do mais, destaca-se que as edições mais completas (não italianas) das obras do pensador sardo são as publicadas na América Latina. Já as traduções brasileiras também apareceram em anos seguintes (1966 e 1968) oriundas de uma iniciativa memorável do esforço editorial realizado pela Editora Civilização Brasileira. Em 1966, apareciam *Concepção dialética da história* e as *Cartas do Cárcere*; em 1968, era a vez de *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, de *Literatura e vida nacional* e de *Os intelectuais e a organização da cultura* (Coutinho, [1979] 1984, p. 69).

Todavia, como nos afirma Coutinho, “num primeiro momento, as consequências dessa iniciativa editorial foram bastante modestas. As primeiras edições dos textos de Gramsci esgotaram-se com lentidão e dificuldade: a influência dos mesmos na produção intelectual brasileira daqueles anos foi praticamente inexistente ou, em poucos casos, subterrânea” (Coutinho, 1985, p. 104).

Também no caso argentino, a introdução do pensamento de Gramsci foi uma atividade alheia à tradição e a cultura dos comunistas que comprometeu um setor muito limitado de intelectuais. Nesse país, H. Agosti foi o precursor da introdução de Gramsci, dirigindo a publicação das principais obras de Gramsci a

partir da metade da década de 1950, e, mais do que isso, foi o responsável por introduzir os jovens comunistas argentinos em “uma leitura dos Cadernos que se tratou de ser sempre uma “tradução”, quer dizer, um modo particular de transformar em uma linguagem nacional aqueles instrumentos de interpretação histórico-políticos que se presumiam aptos para iluminar zonas de nosso passado que a profundidade de uma crise fazia florescer” (Aricó, 1988, p. 33). Agosti foi diretor de uma publicação cultural dos comunistas argentinos, *Cuadernos de Cultura*, e do semanário *Nuestra Palabra*. Nesses, mais do que desenvolver e apresentar a obra de Gramsci, ocorreu uma difusão da cultura marxista italiana⁸⁴, assim como apresentava os problemas enfrentados pelo comunismo. Merece destaque a publicação do artigo de Togliatti, “O antifascismo de Antonio Gramsci”, nos *Cuadernos de Cultura*. Segundo Aricó, a difícil situação vivida pelos argentinos de certo modo facilitou uma “eficaz” leitura de Gramsci realizada pelos comunistas, os quais acabam entrando em confronto com uma posição ortodoxa assumida pelo Partido Comunista (cf. Aricó, 1985). Em 1963, nasce *Pasado y Presente*, revista trimestral fruto da experiência de um grupo de intelectuais de Córdoba expulso do Partido. Essa publicação, que nasceu em abril de 1963, encerrou sua primeira série em setembro de 1965⁸⁵. Sem dúvidas, tais publicações, em especial a última citada, podem ser consideradas como um marco na recepção de Gramsci na América Latina.

Já no caso brasileiro, a partir de 1975-1976, “as ideias de Gramsci serão então “socializadas”, transbordarão as fronteiras universitárias e passarão a integrar o corpo conceitual com que os comunistas, liberais, socialistas e cristãos começariam a interpretar a realidade do país” (Nogueira, 1985, p. 130). Como sintetiza Marco Aurélio Nogueira, nesse período, pode-se afirmar que o “gramscismo veio à luz do dia com força de um vulcão” (Nogueira, 1985, p. 130). Se nos anos 1960 e início dos anos 1970 a recepção de Gramsci no Brasil não gerou frutos significativos, seja devido as desfavoráveis condições políticas institucionais (em dezembro de 1968 ocorreu a decretação do AI-5), seja também pela própria cultura de esquerda dominante no país, fortemente influenciada pelo

⁸⁴ Não deixa de ser interessante notar como Portantiero, em *Los usos de Gramsci*, chega a propor a existência de uma fase “culturalista” da recepção de Gramsci na Argentina – a qual valorizava a crítica do teatro e da literatura, por exemplo.

⁸⁵ A Revista retomou as atividades em um breve período de abril a dezembro de 1973.

marxismo-leninismo da III Internacional, a partir da metade dos anos 1970 tal situação se reverteu. Como nos descreve Coutinho:

“A estranha (mas não paradoxal) convergência entre as posições mais reacionárias da ditadura e a orientação terceiro-internacionalista do marxismo brasileiro explica as dificuldades registradas, num primeiro momento, à recepção da obra de Gramsci. Não é assim casual que o declínio da ditadura e a crise da velha esquerda estejam na raiz do espetacular crescimento da influência gramsciana no curso da última década [1980]: a partir da metade dos anos 70 – ou seja, simultaneamente ao início (ainda tímido) do processo de abertura política e à crise cada vez mais explícita das organizações marxistas tradicionais –, os escritos de Gramsci começaram a ser amplamente estudados e discutidos.” (Coutinho, 1985, p. 105)

Entretanto, resta saber qual a motivação para a adoção de Gramsci dentre os principais referências teóricas realizada pelo grupo de comunistas brasileiros (assim como, por outros atores políticos do período). Já em 1979, Carlos Nelson Coutinho se deparava com essa questão:

“O imenso e inegável interesse que sua obra [de Gramsci] vem despertando não seria fruto de mais uma “moda intelectual”, ou – o que é pior – não resultaria da tentativa de impor ao nosso País modelos de transição mais uma vez copiados de situações com as quais pouco temos a ver?” (Coutinho, [1979] 1984, p. 85)⁸⁶

Como o próprio filósofo baiano buscou demonstrar, em vários de seus textos, a contribuição que a leitura e os conceitos de Gramsci propiciaram aos comunistas brasileiros superou uma simples “moda intelectual” ou mesmo uma plena “importação” de modelos externos as situações e história nacional. A resposta de “por que Gramsci?” é realizada – direta ou indiretamente – a partir de um movimento de demonstração de como o marxista italiano auxiliou na correta compreensão da história e da conjuntura política brasileira, assim como auxiliou o modo de agir politicamente frente a tal conjuntura. Ou seja, o movimento conceitual demonstrado anterior se repete, mas agora com maior complexidade, na demonstração da importante contribuição de Gramsci nas análises marxistas no país.

⁸⁶ Em outro texto de sua autoria, Coutinho também levanta a mesma questão de modo distinto: “Mas o que explica essa “adoção” brasileira de Gramsci, de um autor que – nas mais de duas mil páginas dos *Cadernos* – refere-se ao Brasil uma única vez?” (Coutinho, 1985, p. 105).

Coutinho busca desmontar a aparente polaridade entre o marxista sardo, o “teórico da revolução no Ocidente”, dos países capitalistas avançados, e o Brasil, “país atrasado, onde a sociedade civil é débil e desarticulada, em contraste com um Estado secularmente forte e autoritário” (Coutinho, [1979] 1984, pp. 84-85), demonstrando que só se pode considerar o Brasil um país “atrasado”, levando-se em conta que esse “atraso reside no fato de que o progresso das forças produtivas e a modernização da estrutura social se fizeram – segundo uma velha tradição brasileira – através da conciliação entre frações das classes dominantes, “de cima para baixo”, com a conservação do latifúndio, da dependência ao imperialismo e, sobretudo, com a tentativa de marginalizar as forças populares das grandes decisões políticas nacionais” (Coutinho, p. 86, [1979] 1984)⁸⁷. Ou seja, como já afirmamos acima, Coutinho entende o Brasil como um país em que a modernização ocorre, seguindo Lenin, a partir de uma “via prussiana”, conceito não utilizado por Gramsci. Mas a questão permanece: em que Gramsci auxilia os teóricos brasileiros?

Para o autor, Gramsci seria capaz de elaborar com grande finura as consequências políticas de processos históricos de modernização conservadora, tal como o Brasil enfrentou. Em suas palavras:

“Assim, a partir de uma análise concreta da sociedade italiana, de uma sociedade capitalista “atrasada”, ele [Gramsci] elaborou – ao definir as implicações superestruturais da “via prussiana” – os conceitos de “revolução passiva” (para destacar a ausência das massas no processo de transformação) ou de “revolução-restauração” (para sublinhar os dois lados do processo: o desenvolvimento das forças produtivas e a reprodução de elementos atrasados das relações de produção).” (Coutinho, [1979] 1984, p.86)

E, mais do que isso, Gramsci teria identificado um dos principais modos pelos quais a classe dominante conquista a “hegemonia” nos regimes resultantes de tais situações históricas: o “transformismo”. Ou seja:

“Mediante processos de cooptação dos dirigentes políticos e/ou intelectuais das camadas subalternas, que se tenta conservar à margem das grandes decisões, ou das camadas aliadas, que se tenta manter em posição de inferioridade no seio do bloco no poder, a classe dominante esvazia as condições de luta

⁸⁷ O Brasil não seria atrasado, portanto, no sentido de ser uma sociedade agrária essencialmente pré-capitalista, com algumas ilhas de capitalismo industrial – tal como, defendido por alguns intelectuais de esquerda.

política, “decapita” os seus inimigos reais ou eventuais e, desse modo, enfraquece a sociedade civil e a mantém ligada umbilicalmente ao Estado.” (Coutinho, [1979] 1984, pp. 86-87)

Esse movimento somado à violência seria o modo como se daria a articulação da hegemonia e da dominação nesses quadros históricos. Contudo, ainda pode restar uma dúvida: qual a contribuição de Gramsci para a esfera política, além das contribuições conceituais a nível historiográfico?

Para Coutinho, essa contribuição estaria na teoria do Estado Ampliado de Gramsci, na sua visão do Estado como síntese de “sociedade civil” e “sociedade política”, de hegemonia e dominação. Justamente essa contribuição conceitual auxiliaria a ação política de esquerda no país. Se no caso italiano, a Assembleia Constituinte era um instrumento de consolidação da derrota do fascismo e da vitória da transição para a democracia, no caso brasileiro, o fortalecimento da embrionária sociedade civil, e a conquista da hegemonia das forças democráticas no âmbito dessa (sociedade civil) seria a base para a formação de um novo regime político (Coutinho, [1979] 1984, p. 89).

Não deixa de ser interessante notar que Portantiero, em *Los usos de Gramsci*, também ao buscar responder a questão de “por que Gramsci na América Latina?”, apresenta uma resposta semelhante à formulada por Carlos Nelson. Segundo esse autor, Gramsci ao escrever “para una Italia de hace cincuenta años, em sus textos reconocemos una respiración que es la nuestra, en otra punta del tiempo y del mundo” (Portantiero, 1977, p. 88).

Para o marxista argentino, a obra teórica de Gramsci deveria servir de base para a ação da esquerda na América Latina, pois Gramsci, em alguns de seus trabalhos, teria superado a visão de um simples par de oposição entre o “Ocidente” e o “Oriente” – no qual a América Latina não é identificada de forma imediata com nenhum dos dois – ao definir que existiriam dois tipos de países capitalistas: os de capitalismo avançado e os de capitalismo periférico. No primeiro, a classe dominante possui reservas políticas e organizativas (em oposição ao caso da Rússia), enquanto no segundo, o Estado estaria menos consolidado e o suas forças menos eficientes, existindo nesses países um amplo espectro de classes intermediárias.

Portantiero propõe que é possível se pensar em dois grandes tipos de sociedade ocidentais em Gramsci. O “Ocidente puro” e o “outro Ocidente”, aquele que não seria nem a situação ocidental pura, onde a lógica do liberalismo reina, nem o Oriente⁸⁸. Seriam “sociedades em que a política tem uma influência enorme na configuração dos conflitos, modelando de algum modo a sociedade, em um movimento que pode se esquematizar como o inverso do anterior [do Ocidente]. Aqui a relação entre economia, estrutura de classes e política não é linear, senão descontínua” (Portantiero, 1977, p. 67).

Essas sociedades, de capitalismo tardio, periférico, ainda não são “maduras” como o Ocidente Puro, sendo elas dinamizadas pelo Estado e pela política, nas quais o Estado é muito mais “bonapartista” que “despótico-oriental”. Nesse modelo de sociedade se enquadraria os países da América Latina, nos quais, como já falado, o Estado e a política modelariam bem mais a sociedade do que o oposto. Desse modo, a história política da América Latina seria uma história da “dialética inclusão-exclusão” de setores da sociedade, na qual aos poucos vai se constituindo “uma vontade nacional-popular como expressão histórica da realização das classes subalternas” (Portantiero, 1977, p. 70). Assim, aos poucos, as classes populares emergem. Todavia, o que Portantiero busca ressaltar constantemente é como a complexidade das situações históricas reais impede a aplicação de fórmulas prontas e, dado isso, revelar-se-ia a grandeza do pensamento de Gramsci, que seria “uma obra aberta a cada história nacional, concepção para a teoria e para a prática política que busca expressar-se em “línguas particulares” para experimentar a sua certeza, aparecer como um estímulo útil, como um instrumento crítico permeável, afastado de esquemas impávidos” (Portantiero, 1977, p. 72).

Ou seja, o que tanto os intelectuais brasileiros quanto os intelectuais argentinos buscam enfatizar é que a adesão de Gramsci justifica-se no plano

⁸⁸ De modo geral, como Coutinho reconhece, os intelectuais brasileiros estão de acordo com a conclusão apontada por Portantiero. Ou seja, eles aceitam a caracterização dos países latino-americanos como “outro Ocidente”. Uma divergência que pode ser verificada, contudo, diz respeito, sobretudo, a nível terminológico – dado a preferência de Coutinho e outros marxistas brasileiros a identificar um Oriente em processo de ocidentalização (ao invés do inverso – um Ocidente com algumas características Orientais). Nas palavras de Coutinho: “Creio que o fato indubitável da “ocidentalização” desses países não exclui que, num certo período da sua história, eles tenham apresentado traços essencialmente “orientais”, ainda que – como tento demonstrar para o caso brasileiro – estejamos diante de um “Oriente” bastante peculiar, dada a presença desde a Independência, de elementos ocidentais.

teórico-conceitual, pois ilumina os pontos decisivos da peculiaridade das histórias nacionais dos países latino-americanos, propiciando auxílio e guia às ações políticas. Se reconhecermos certa plausibilidade nessa demonstração das importâncias dos “usos de Gramsci” – não colocando em questão certa circularidade presente na justificação (metateórica) desses usos conceituais – resta ainda compreender, especificamente para o caso brasileiro, “qual é o Gramsci usado pelos intelectuais comunistas aqui analisados?”

Se o caminho argumentativo até o momento apresentado for válido, é fidedigno afirmar que os conceitos de Gramsci introduzidos no debate e na argumentação dos intelectuais marxistas brasileiros – e, até mesmo, em nível geral, no debate político da época – funcionaram como elementos centrais para a legitimação da adesão à democracia política no país. Ao se realizar uma leitura de um parágrafo-síntese das argumentações em torno de Gramsci realizadas por Carlos Nelson Coutinho, pode-se evidenciar tal questão:

“Creio assim que o pensamento de Gramsci é capaz de fornecer sugestões não somente para a interpretação de nosso passado, mediante conceitos de “revolução passiva” e de “transformismo”, mas também para a análise de nosso presente, através da noção de “Estado ampliado”, e para a elaboração de uma estratégia de luta pela democracia e pelo socialismo, concebida como busca de uma nova hegemonia através da “guerra de posição”.” (Coutinho, 1985, p. 126)

Contudo, merece ser enfatizado que a passagem da “interpretação de nosso passado” para a elaboração estratégica da luta pela democracia e disputa de uma nova hegemonia através de “guerra de posição” não é evidente e, mais do que isso, não é “automaticamente” democrática. Ou seja, somente ao contextualizarmos a introdução da obra de Gramsci no Brasil, em um particular momento histórico em que essa introdução desempenhou um papel fundamental no “processo de autocrítica e de modernização que envolve a esquerda brasileira” (Coutinho, 1985, p. 126), é que podemos compreender como a questão da adesão à democracia é herdeira da leitura de Gramsci no país. Se, por um lado, Gramsci é um discípulo da obra de Lenin, o qual soube interpretar com majestade a inovação introduzida pelo último ao marxismo (*cf.* Vianna, 1978b), por outro lado, “Gramsci foi decisivo para arejar o pensamento de esquerda no Brasil, até então globalmente subordinado ou às formas clássicas do “marxismo-leninismo”,

ou aos dogmatismos mais sofisticados de Althusser, ou a variantes funcionalistas do radicalismo liberal” (Nogueira, 1985, p. 135). Contraditório em primeiro momento, mas compreensível se lembrarmos de que:

“O pensamento de Gramsci no Brasil ganhou força e expressão vinculado à elaboração teórico-política do Partido Comunista Italiano: à “democracia progressiva” e ao “partido novo” de Togliatti, ao “eucomunismo” e à tese do “valor universal da democracia” de Berlinguer, à “democracia de massas” de Ingrao – em suma, ao nexo entre *socialismo* e *democracia* da metade dos anos 70. (...) Não foi certamente por acaso que quase simultaneamente à reedição da tradução brasileira das obras de Gramsci – que ocorre em 1976 –, exista como que um *boom* eurocomunista no mercado editorial brasileiro. (...) Foi um período de ouro para a elaboração teórica do PCI e para a renovação mesma do marxismo, aí incluído o brasileiro.” (Nogueira, 1985, p. 136)

Portanto, a contribuição conceitual de Gramsci que funcionou como a principal força renovadora – e, mesmo, revitalizadora – de parte da teoria política marxista brasileira está associada ao marxismo italiano dos anos de 1970, às elaborações políticas dos teóricos vinculados ao PCI (Partido que funcionou como inspiração política (prática) aos intelectuais brasileiros), entre os quais, ressaltam-se as figuras de Togliatti, Berlinguer, Ingrao, Napolitano, Gruppi, Radice, entre outros. Isto é, sinteticamente, pode-se afirmar que é essa *particular* leitura de Gramsci – influenciada pelos intelectuais vinculados ao PCI e inserida em um movimento político de renovação mais amplo – que possibilitou introduzir a temática democrática ao interior de uma linguagem marxista-comunista e, mais do que isso, possibilitou também legitimar a adesão à democracia política no caso brasileiro, realizada por esses intelectuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente capítulo, buscou-se apresentar uma interpretação do movimento de adesão à democracia política realizado por um grupo de comunistas brasileiros ao longo da década de 1970.

Buscou-se validar a hipótese de que a publicação do ensaio “A democracia como valor universal” pode ser considerada como o momento decisivo dessa adesão à democracia do interior de uma linguagem marxista-comunista. Contudo, ao contrário do que em primeiro momento pode se supor, afirmou-se que em tal

ensaio verifica-se uma realocação dos temas já desenvolvidos anteriormente no interior de publicações comunistas. É verdade que a questão da democracia já estava presente em parte da produção e dos debates internos ao comunismo brasileiro desde meados da década de 1950. Todavia, essa questão era apresentada quase sempre subordinada a outras, tais como a questão do desenvolvimento econômico, a questão agrária, do imperialismo. No mais, a questão democrática era sempre colocada em debate, essencialmente, a nível econômico e/ou social, mas quase nunca enquanto questão política do *político*. Alguns anos após a publicação de seu ensaio, Coutinho afirmaria que o objetivo de sua publicação era reavaliar essas questões. Em suas palavras:

“Primeiro, eu pretendia discutir uma concepção, que me parecia estreita, do que é democracia e da importância da democracia para o socialismo. E, segundo, buscava abandonar essa visão da realidade brasileira como a de um país atrasado, semicolonial, ainda carente de uma revolução de libertação nacional. Acho que caberia aqui um parêntese, um pouco autobiográfico, para lembrar que o ensaio se insere numa polêmica importante que se travou, no final dos anos 70, no seio do Partido Comunista Brasileiro. Formou-se no Partido uma massa crítica de pensamento renovador, uma certa preocupação que era comum a um grupo de militantes e dirigentes, no exílio e no interior, entre os quais, seguramente, estava o Armênio Guedes. O meu ensaio foi uma espécie de condensação do pensamento comum desse grupo de pessoas então ligado ao PCB, e que depois seria derrotado na luta interna.” (Garcia, 1986, p. 61)

Segundo nossa análise, foi, sobretudo, a partir de uma reinterpretação da história brasileira – e, a partir daí, da conjuntura política do período – com usos conceituais especialmente de certo Gramsci, assim como de certo Lenin e de certo Lukács, que a adesão à democracia foi justificada e validada a partir de uma linguagem marxista não distante da tradicional. A ressignificação do local do Brasil na história mundial legitimou a defesa da democracia a partir do marxismo-comunismo, chegando até mesmo a apresentar uma superação, ao menos para o caso brasileiro, da dicotomia reforma-revolução presente no interior do pensamento político de esquerda. A democracia passou a ser considerada uma forma de ruptura positiva frente às características prussianas que marcavam a história brasileira, a qual foi (re)interpretada a partir de conceitos gramscianos, com especial destaque, a categoria de revolução passiva.

Posteriormente, justificou-se a importância dos usos conceituais de Gramsci para a realização de tal movimento político-conceitual, assim como se

destacou que o uso de Gramsci “adotado” pelos intelectuais comunistas brasileiros do período estava associado à produção vinculada a intelectuais marxistas italianos vinculados ao PCI. Lincoln Secco busca explicitar que o Gramsci “adotado” pelos intelectuais brasileiros era dotado de uma nítida particularidade:

“O elemento central a ser destacado reside no fato de que o *Gramsci procurado pelos brasileiros, com exceções, evidentemente, é o teórico da revolução derrotada*, aquele que busca pacientemente organizar pacientemente não as demandas de uma revolução proletária imediata, mas de todo um conjunto de tarefas históricas processuais que envolvem num primeiro instante a redemocratização do país. (Secco, 2006, p. 146)

Ainda, como nos informa o mesmo autor:

“É fascinante vislumbrar, num contexto concreto de debate intelectual, como os conceitos de Gramsci, deslocados da trajetória europeia do PCI e transpostos para o Brasil dos anos 1970, tornaram-se, em certa medida e no interior da prática política, *outros conceitos, traduzidos* e até instrumentalizados para as finalidades imediatas de diversos agrupamentos políticos. Esses conceitos, bem ou mal traduzidos para a realidade nacional (pouco importa), uma vez assumidos por grupos sociais ativos, ganham uma dinâmica própria e independente das condições objetivas e do quadro teórico original que os gerou. Entender essa *tradução* em termos de *traição* política ou de orquestração conspiratória, pode até ter suas razões na esfera da política, manipulada pelos inimigos fidalgos do PCB, mas não na esfera da ciência. A realidade que determinados grupos sociais (como o PCB) acreditavam ver é tão real quanto a realidade que objetivamente se expressou nos fatos políticos concretos, posto que essa própria coisa gestada ou efetivamente acontecida (a *res gestae*) sofre a interferência das crenças dos agentes humanos.” (Secco, 2006, p. 147)

Foi essa uma das tarefas, limitada ao grupo de intelectuais estudados, que buscamos apresentar, de modo geral, neste capítulo. De modo amplo, concordamos com a tese de Secco de que os conceitos de Gramsci ganharam um particular significado quando introduzidos em uma realidade nacional específica. Dado isso, o que buscamos demonstrar foi como esses conceitos auxiliaram na construção (e são integrantes essenciais) de uma nova interpretação do Brasil e de sua história, a qual guiou as ações de determinados atores políticos, informando-lhes que a adesão à democracia seria o caminho correto a se seguir como forma de superar os entraves “prussianos” característicos da história política brasileira.

CAPÍTULO 3. CONTRAPONTO: A QUESTÃO DA DEMOCRACIA **EM CARDOSO E WEFFORT**

“Em poucas palavras: é preciso ir tecendo os fios da sociedade civil de tal forma que ela possa contrabalancear o Estado, tornando-se parte da realidade política da Nação. Este processo impõe uma ampla revisão de valores, e exige que as várias nuances do espectro político brasileiro, de um lado a outro, assumam a contemporaneidade da vida cotidiana atual. À ligeireza das sínteses ideológicas extremas é preciso contrapor o peso das exigências concretas de trabalho e da ação. A superação verbal fácil dos problemas reais em nome de um futuro mistificado (que seja o do Brasil Potência ou o da igualdade imediata) é preciso contrapor o desafio das reivindicações específicas, que são múltiplas e diferenciadas, de cada grupo ou setor ou classe social. Não como uma forma de escapismo ou como a aceitação passiva das atuais condições de existência, que são inaceitáveis, mas como um aprendizado para a existência política, como uma disciplina para os que dirigem e para as bases, que ensine a crer na necessidade, na possibilidade e na legitimidade da reativação da sociedade. É nestes termos que tem sentido pensar-se em redemocratização e preparar-se para ela. Como prática cotidiana e não como um gesto de benevolência de cúpulas esclarecidas que dificilmente poderão passar da intenção ao ato, se não houver estruturas reais de apoio político e formas organizadas de pressão a partir dos segmentos da sociedade que não estão encastelados no Estado.”

Fernando Henrique Cardoso
 (Autoritarismo e Democratização)

*“Meus caminhos de hoje são os mesmos de ontem,
 o que é novo em mim é o jeito de caminhar.”*

Thiago de Mello
 (citado por F. Weffort, em *Por que democracia?*)

1. INTRODUÇÃO

Os intelectuais comunistas que tiveram suas teses analisadas no capítulo anterior não foram os únicos intelectuais a aderirem, tanto teórico-conceitual quanto politicamente, à democracia no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. Como indicado no primeiro capítulo, ao longo dos anos da ditadura militar, em especial na década de 1970, grandes transformações alteraram a sociedade brasileira. Simultaneamente, as teorias vigentes sobre essa sociedade passaram

a ser questionadas, cedendo espaço a novas “interpretações do Brasil”. Nesse período, a história política do país sofreu uma grande virada. Uma renovada agenda de pesquisas e debates buscava compreender essa situação político-social brasileira. Gradualmente, as novas interpretações a respeito do Brasil passaram a se desenvolver, especialmente, com foco nas questões da democracia e da democratização.

Se, como analisamos, os intelectuais comunistas que defenderam a adesão à democracia política apresentaram uma teoria inovadora – com a utilização de um renovado arcabouço conceitual – justificando, assim, o movimento de adesão à democracia em uma linguagem marxista-comunista, esse mesmo movimento pró-democracia pode ser observado em outras linguagens. Isto é, outros intelectuais também buscaram apresentar novas teses, nas quais a questão da democracia política é analisada (e a adesão à democracia justificada), a partir de referências intelectuais específicas com as quais estavam vinculados.

O presente capítulo ambiciona ser uma espécie de contraponto ao anterior. Ao invés de intelectuais vinculados ao marxismo-comunismo, pretende-se apresentar uma análise focada na contribuição de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Corrêa Weffort. Esses dois intelectuais apresentaram renovadas formulações, nas quais a democracia foi também ressignificada e a adesão política a ela justificada a partir de uma linguagem acadêmica. No âmbito das ciências sociais, tal linguagem era composta por certo “marxismo difuso” que dominou os ambientes acadêmicos brasileiros e os “produtores de cultura” ao longo das décadas de 1960, de 1970 e anos posteriores (cf. Schwarz, [1978] 2008), mas também era dotada de elevadas doses de ecletismo teórico⁸⁹.

Inicialmente, realizar-se-á uma apresentação do movimento histórico geral em que tais intelectuais estão inseridos: oriundos da Universidade de São Paulo, integraram o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e, alguns, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), nos quais desenvolveram estudos e pesquisas que se refletiram na posição política adotada perante a questão da democracia no Brasil. Como indicaremos, as produções realizadas

⁸⁹ Considerando especificamente a linguagem acadêmica da chamada “escola paulista de ciências sociais” – a qual os intelectuais analisados no capítulo se vinculavam – pode-se observar, além de certo marxismo, a influência da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, assim como da sociologia compreensiva de Max Weber, entre outras referências teóricas.

nesses Centros extrapolaram as barreiras acadêmicas impactando sobre a “sociedade civil” vigente em tal período.

Fernando Henrique Cardoso assumiu um papel de destaque nesses anos, desempenhando uma posição de liderança interna e externa em relação aos demais intelectuais vinculados ao Cebrap. No mais, destaca-se a contribuição de suas análises sobre o caráter assumido pelo regime autoritário no país, assim como de seus desenvolvimentos sobre a democratização. Boa parte dessas contribuições inovadoras está agrupada em *Autoritarismo e Democratização*, livro publicado em 1975, que será um dos focos da análise realizada a seguir.

Já em relação a Weffort, focalizar-se-á a análise em seu ensaio *Por que Democracia?*, de 1984. Enquanto integrante do Cebrap, suas pesquisas foram centradas nas questões do populismo, assim como dos sindicatos e dos movimentos sociais. Em 1976, Francisco Corrêa Weffort afastou-se do Cebrap para fundar, com outros intelectuais, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). Nesse Centro, continuou seus estudos sobre a temática anteriormente citada, sempre mantendo como questão de fundo a problemática da democracia e da democratização. Justamente na argumentação do livro que analisaremos a seguir, o autor debruça-se especificamente sobre o problema da democracia no Brasil, buscando tanto compreender a razão de sua centralidade nos debates políticos do país, quanto justificar porque a esquerda política deveria lutar pela democracia no país. Posteriormente, apresentar-se-á algumas considerações finais.

A justificação da escolha do recorte realizado neste capítulo é tanto histórica como também teórico-conceitual. Em primeiro lugar, a opção de estudar o livro de Cardoso é fruto da particular posição assumida por esse livro na história das ideias políticas brasileira. No período histórico estudado, as contribuições de Cardoso em relação à democracia são pioneiras, podendo ser consideradas as precursoras de um movimento amplo pró-democracia – realizado em nível de ideias e interpretações do país. Nesse movimento de adesão à democracia, as teses do grupo de intelectuais comunistas estudadas anteriormente estão situadas.

A opção pelo livro de Weffort também é válida teoricamente, devido ao enfoque da pesquisa. Publicado quase dez anos depois do livro de Cardoso, *Por*

que democracia? apresenta um posicionamento a respeito da democracia e da democratização que dialoga com as produções comunistas de nosso interesse. Se os escritos de Cardoso estão situados em um período inicial da abertura política do regime autoritário brasileiro, o ensaio de Weffort, em contraste, é publicado em um estágio mais avançado da transição política brasileira. Tal distanciamento temporal anima posições políticas distintas. Um leitor que se debruce sobre as duas obras observa, com alguma facilidade, que enquanto Cardoso inaugurava teoricamente certo tipo de “espírito democrático”, de valorização da política – em oposição ao regime militar, de modo genérico –, Weffort apresenta um *posicionamento* teórico-político em relação às próprias vertentes democráticas brasileiras. Dado isso, justifica-se também a importância do estudo da obra de Weffort, visto que o debate entre as ideias apresentadas em seu ensaio e as ideias do grupo de comunistas vinculados à revista *Presença* é de especial interesse à nossa pesquisa.

2. AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O GOLPE MILITAR DE 1964

Entre 1964 e 1969, o clima intelectual brasileiro não sofreu grandes mudanças ou abalos diretos⁹⁰. As pesquisas e os temas continuavam os mesmos dos anos anteriores, a radicalização política dos intelectuais, todavia, tendia a se acentuar. Como nos afirmar Sorj:

“A continuidade do clima intelectual até 1969 liga-se às próprias características do governo militar no seu primeiro período. Embora em 1964 tenha se instaurado uma importante máquina repressiva, as margens da liberdade de expressão permaneceram relativamente amplas.” (Sorj, 2001, p. 26)

⁹⁰ Recorda-se que, no início da década de 1960, os centros produtores de Ciências Sociais no Brasil eram, se considerarmos a produção de relevância (acadêmica ou extra-acadêmica), a Universidade de São Paulo e, em menor medida, a Escola de Sociologia e Política, ambas em São Paulo, as universidades federais (do Brasil e Fluminense), assim como a Universidade Estadual e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – fechado pelo golpe militar em 1964 – no Rio de Janeiro. Existindo, também, um grupo em Belo Horizonte, em torno da Faculdade de Economia e, por fim, em Brasília, iniciava-se o processo de lançamento do projeto de um Instituto de Ciências Humanas. (Sorj, 2001, p. 24)

Para esse autor, mesmo factualmente – do ponto de vista econômico ou até político –, o contraste entre o período pós-1964 e o período anterior não era tão latente. Novamente, em suas palavras:

“Do ponto de vista econômico, os primeiros anos do governo militar viram uma agudização da crise, o que levou a acreditar numa continuidade com a situação do período anterior. Do ponto de vista político, as lideranças permaneceram as anteriores ao golpe e a tendência no seio da esquerda foi igualmente de crescente radicalização.

Portanto, entre 1964 – momento do golpe militar –, e fins de 1968 – ano do Ato Institucional n.5 e do início do período que passou a ser chamado do “milagre econômico” –, a intelectualidade democrática brasileira ainda sob o estupor e rechaço do golpe não chegou a romper tematicamente com as questões que a esquerda colocava antes do golpe militar, ou desconfiar do surgimento de profundas transformações sociais.” (Sorj, 2001, p. 26)⁹¹

Ainda nesse período, o governo militar desencadeou um processo de criação de universidades e de valorização dos cursos de pós-graduação, inclusive na área de Ciências Humanas (Lahuerta, 2001, p. 59).

Contudo, em dezembro de 1968 ocorre o Ato Institucional n.5 (AI-5). Especialmente a partir desse momento, o novo regime não só restringiu as liberdades e agiu arbitrariamente, mas atuou especificamente no ambiente acadêmico-universitário, demitindo e aposentando professores, enfraquecendo determinados departamentos considerados “subversivos”, especialmente, os departamentos vinculados às Ciências Sociais.

Sobretudo durante os anos de 1969 a 1974, a repressão agiu diretamente sobre os ambientes intelectuais e acadêmicos, tanto a partir da censura, como também através de processos de cassação de professores (ocorridas em abril de 1969) e funcionários de universidades públicas ou, ainda, perseguindo indivíduos associados (ou não) à oposição ao regime.

Desde os anos do golpe militar, tendeu-se a formar (e/ou reforçar) um *ethos* genericamente permeado por referenciais marxistas, com forte tendência revolucionarista, nas Ciências Humanas, em especial, Sociais. Não foram poucos os que defenderam, apresentando argumentos econômicos sobre a radical dependência do Brasil (e, mais genericamente, da América Latina), que a única

⁹¹ Como buscaremos indicar a seguir, se por um lado, julgamos correto o caráter de certa continuidade do período com o anterior indicado por Sorj, consideramos imprecisa a sua adjetivação geral da intelectualidade brasileira desse período como “democrática”.

alternativa de mudança dos países subdesenvolvidos seria uma revolução socialista, realizada de forma imediata.

Esse contraste entre regime autoritário e presença cultural de esquerda – essa não se limitando ao universo acadêmico –, foi o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre, ao mínimo, o período de 1964 a 1969. Como afirma Schwarz, “apesar da ditadura de direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país” (Schwarz, [1978] 2008, p. 71). Relacionada com certo “socialismo anti-imperialista” que se difundiu no Brasil no pré-1964, o qual propagava a “inviabilidade do capitalismo” no país, essa cultura de esquerda foi gradualmente conquistando a cena. Literalmente, nas peças teatrais e filmes produzidos ao longo desses anos no país, como também em “seu domínio” mais amplo, que se concentrava nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como, estudantes, jornalistas, arquitetos, parte do clero, além dos variados artistas.

Um vocabulário e um raciocínio de esquerda chegaram a se climatizar na fala cotidiana entre esses portadores de cultura no Brasil. Contudo, como nos alerta Schwarz, a “cultura brasileira”, com regularidade e amplitude, atingia um baixíssimo número de brasileiros no período (Schwarz, [1978] 2008, p. 109). E, mais do que isso, essa produção cultural era carregada de contradições e questões internas não resolvidas, entre as quais ambiguidades e tensões.

Ao sintetizar suas considerações a respeito dessa cultura do período, Schwarz afirma:

“Em seu conjunto, o movimento cultural destes anos é uma espécie de floração tardia, o fruto de dois decênios de democratização, que veio amadurecer agora, em plena ditadura, quando as suas condições sociais já não existem (...). À direita cumpre a tarefa inglória de lhe cortar a cabeça: (...) professores e cientistas vão embora, quando não vão para a cadeia. Mas, também à esquerda a sua situação é complicada, pois se é próprio do movimento cultural contestar o poder, não tem como tomá-lo. De que serve a hegemonia ideológica se não se traduz em força física imediata? Ainda mais agora, quando é violentíssima a repressão tombando sobre os militantes. Se acrescentarmos a enorme difusão da guerra boliviana, compreende-se que seja baixo o prestígio da escrivania. Pressionada pela direita e pela esquerda, a intelectualidade entra em crise aguda.” (Schwarz, [1978] 2008, p. 106)⁹²

⁹² Ressalta-se que essas considerações de Schwarz foram escritas, segundo nota do autor, entre 1969 e 1970 (Schwarz, [1978] 2008, p. 70).

Entretanto, o que merece ser enfatizado é que, com a intervenção militar de 1964, grande parte das teorias sociológicas dominantes no meio acadêmico do período foi posta em questão. Essas teorias assumiam como pressuposição fundamental que o “moderno”, em contraste com o “atraso”, era consubstancial a uma sociedade democrática, na qual os direitos humanos fossem assegurados, assim como os alicerces fundamentais da cidadania. A ordem política instituída no Brasil não era compatível com tal pressuposto: implantou-se um regime autoritário, mas modernizador (cf. Lahuerta, 1999, p. 79). Como nos indica Schwarz, o golpe podia ser pró-americano e anti-popular, mas era moderno (Schwarz, [1978] 2008, p. 84). Situação externa ao campo dos “possíveis teórico-sociológicos”: segundo os ensinamentos das teorias sociológicas, ou ainda não caminhávamos em direção ao “moderno”, ou estávamos a caminho de uma sociedade democrática. A defesa da segunda opção era factualmente inviável, portanto, ou se afirmava a primeira alternativa, ou se reconhecia que os fatos superavam as ideias sobre eles e, assim, se admitia conjuntamente que as teorias da época estavam fadadas ao fracasso. Ligado a esse quadro, surgiam, ao poucos, dúvidas em relação ao forte dualismo presente nas produções da área (cf. Arantes, 1992).

Não é de se estranhar, portanto, que muitos acadêmicos assumam posição de destaque na militância política de oposição no período. Como afirma Lahuerta⁹³:

“As próprias circunstâncias vividas pelo país criavam as condições para que se realizasse uma espécie de fusão entre ciência e militância. Diante do fracasso do arcabouço teórico que informara a vida cultural até então, a busca de procedimentos criteriosos de análise e de um certo refinamento teórico não destoava do momento essencialmente político em que se estava imerso. A radicalização ética e ideológica combinava-se assim com uma espécie de exacerbação do *ethos* científico” (Lahuerta, 1999, p. 82)

O drama no ambiente acadêmico era latente: ao mesmo tempo em que sofria com as perseguições políticas, seus integrantes não possuíam (ao menos

⁹³ Como já pode ser notado, a argumentação desta parte do presente capítulo da dissertação está baseada, em grande parte, na leitura de Lahuerta (1999; 2001), assim como de Sorj (2001).

de imediato) uma resposta ou entendimento teórico adequado para o fenômeno político-social que viviam.

Entretanto, justamente nessas condições adversas, um grupo de intelectuais vinculados à Universidade de São Paulo fundaram, em 1969, o Cebrap, com a intenção de continuarem a realizar suas pesquisas, agora inviabilizadas nas universidades devido aos processos de “cassação” que vários professores sofreram ou por outros motivos vinculados à conjuntura política do país.

2.1. O Cebrap e a inovação temático-interpretativa

No início de 1969, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti, um grupo de intelectuais com forte formação acadêmica e certo distanciamento da militância política se reúnem e fundam o Cebrap. Oficialmente, tal centro foi fundado, após algumas reuniões anteriores⁹⁴, em 3 de maio de 1969. Sob presidência de Cândido Procópio Ferreira Camargo, o Centro começou a funcionar numa casa da rua Bahia, em São Paulo⁹⁵.

Procurando uma alternativa para as dificuldades enfrentadas, esses intelectuais buscavam preservar o ambiente intelectual e a tradição de pesquisa

⁹⁴ Segundo Bernardo Sorj, a ideia de ser organizar um centro de pesquisa e debate que permitisse superar uma série de constrangimentos ligados ao clima acadêmico que se vivia na USP surgiu anteriormente às cassações produzidas pelo AI-5. De acordo com esse pesquisador: “Em 1966-67, ainda no Chile, Fernando Henrique Cardoso havia discutido com Carlos Estevam Martins e Vilmar Faria, que ali se encontravam trabalhando na Flacso e no ILPES, a possibilidade de formar um centro de pesquisas, fosse revitalizando o antigo CECID no interior da USP, fosse criando um novo centro.

Em 1968, já no Brasil, realizaram-se várias reuniões na Faculdade de Higiene em São Paulo, visando à criação de um núcleo de pesquisa que servisse de base para a organização do centro, o que explica inclusive por que o Cebrap seria integrado por professores não cassados, como J. B. Lopes e Cândido Procópio Ferreira Camargo, ligados à ideia original de criação de um centro de pesquisa. Em dezembro de 68 viria o AI-5. As cassações que sucederam em abril de 69 não só acelerariam o processo de constituição de um instituto de pesquisas – pois caso contrário, sair do país era a única alternativa profissional –, como também serviram para ampliar o grupo original de maneira a integrar os intelectuais afetados pelo governo. Imediatamente predominou entre os participantes das reuniões preliminares o princípio de que o centro a ser criado deveria acolher a todos os que tivessem sido atingidos pela repressão.” (Sorj, 2001, p. 30)

⁹⁵ Segundo Lahuerta (2001, pp. 60-61, nota 8), o grupo inicial do Cebrap era composto por Bóris Fausto, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Carlos Estevam Martins, Elsa Berquó, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Correia Weffort, Francisco de Oliveira, José Arthur Giannotti, José Reginaldo Prandi, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Octávio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso e Roberto Schwarz. Posteriormente se integrariam à instituição Vilmar Faria, Bolívar Lamounier, Vinícius Caldeira Brant, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luiz Werneck Vianna, Régis de Castro Andrade, Frederico Mazzucchelli, José Serra, entre outros.

consolidados, anteriormente, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, principalmente depois da assimilação marxismo nas agendas de pesquisa. Porém, se por um lado, a experiência do Cebrap deu continuidade a escola uspiana de ciências sociais, por outro lado, superou tal referência, pois os intelectuais vinculados ao Centro realizaram uma nítida inovação temática em suas pesquisas. Além do mais, os financiamentos das pesquisas – de modo distinto ao realizado na USP – dependiam do empreendimento dos próprios pesquisadores⁹⁶.

Os problemas políticos ganharam ainda maior centralidade na agenda de pesquisa, as interpretações usuais sobre o Brasil passaram a ser questionadas e revisadas. Visou-se, em especial, questionar as correntes teorias estagnacionistas, assim como o nacionalismo. Debates em torno do desenvolvimento dependente e associado foram promovidos. A natureza do regime militar e as transformações que o país passava sob o autoritarismo se transformaram em privilegiado objeto de análise. Sinteticamente, pode-se afirmar que um eixo importante das pesquisas do Centro era a compreensão e a qualificação do regime militar instaurado no país pós-1964. Questões a respeito da caracterização do regime autoritário, das transformações e do processo de mudança que a sociedade sofria foram respondidas nos trabalhos do grupo.

Dessa forma, é possível afirmar que a contribuição dos intelectuais vinculados ao Cebrap pode ser caracterizada como um momento de ruptura em relação à produção acadêmica anterior. Como afirma Lahuerta:

“Em realidade, os estudos desenvolvidos no âmbito do Cebrap representam momentos importantes da ruptura com a cultura política dos anos 60 e da incorporação de novos temas à agenda pública. Durante esses anos, questões que não eram minimamente valorizadas no período anterior passariam a ser tratadas com grande destaque. Da ênfase quase absoluta aos temas estruturais passar-se-ia para a análise dos aspectos institucionais da cidadania e para as questões do cotidiano. Com isso, a própria ideia de democracia ganharia novos significados.” (Lahuerta, 2001, pp. 63-64)

⁹⁶ Nos anos seguintes à fundação (de 1969 a 1976), a sobrevivência econômica do Cebrap estava associada, em grande parte, às verbas oriundas da Fundação Ford (Sorj, 2001, pp.31-32). Além da Fundação Ford, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e algumas fontes nacionais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp) também fomentaram as pesquisas do Centro. Além do mais, os pesquisadores vinculados ao centro realizavam assessorias e consultorias técnicas para órgãos públicos e para instituições da sociedade civil (Lahuerta, 2001, p. 62).

Essa nova agenda de pesquisa foi ganhando cada vez mais espaço no ambiente acadêmico-universitário, assim como os próprios integrantes da “sociedade civil” passaram a legitimá-la e valorizá-la. Aos poucos, novas “interpretações do Brasil”, sustentadas em um arcabouço conceitual fortemente pautado por certo marxismo⁹⁷, estavam se afirmando, “relegando muitas das elaborações teóricas dos anos 50 e 60 e pretendendo ser uma revisão do pensamento político no país” (Lahuerta, 2001, p. 69).

O movimento teórico-conceitual era evidente. De modo geral, abandonava-se uma concepção terceiro-mundista e o revolucionarismo, assim como a ideia de um Estado paternalista era problematizada. Assumia-se a defesa de um caminho à democracia a partir da participação nas instituições da “sociedade civil”, principal antídoto ao autoritarismo estatal. Deixava-se de lado a análise com forte viés em temas estruturais, concentrava-se a “nova” pesquisa em questões institucionais, no tema dos novos sujeitos sociais, assim como, a valorização da cidadania transforma-se em questão normativamente importante. A forma de se compreender o processo histórico político-social brasileiro é modificada e, conseqüentemente, um novo modo de agir politicamente passa a ser defendido.

3. CARDOSO: AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO

Como nos afirma Sorj, “respeitadas suas especificidades, o Cebrap pode ser visto como um exemplo e uma metáfora das complexas relações entre

⁹⁷ Tanto Lahuerta (1999; 2001), como Sorj (2001), fazem questão de enfatizar como os estudos da obra de Marx realizados pelo grupo de jovens professores e alunos da USP se refletem na produção posterior vinculada ao Cebrap. O grupo de leituras de *O Capital* iniciou-se em 1957, e parte significativa de seus membros assumirão uma posição central posteriormente no Centro. Como afirma Sorj: “A importância do Seminário de Marx, além de sua dimensão intelectual, deve ser lida de várias formas. Ele foi um elemento cristizador da identidade de um grupo geracional, ao qual deu, além de uma linguagem comum, laços existenciais e de lealdade e uma marca de origem. Quando o Cebrap foi criado, o seminário de Marx serviu como mito fundador da instituição, conferindo um sentido de continuidade no tempo e um caráter de quase predeterminação a um evento que teve muito de circunstancial. Os membros do Cebrap que participaram do Seminário encontravam-se em condições de assumir o discurso dominante na esquerda – o marxismo – sem se subordinar ideologicamente. A síntese específica entre a formação acadêmica e o discurso marxista permitiu que este grupo convergisse com o contexto ideológico da época da ditadura militar, em que as ciências sociais se institucionalizam e os cientistas sociais se radicalizam ideologicamente.” (Sorj, 2001, p. 21)

Como indica também Schwarz, ao dissertar sobre o grupo, “a ligação deliberada da leitura de *O capital* ao motor de pesquisa universitária iria modificar o quadro [da época] e deixar a cultura marxista anterior em situação difícil.” (Schwarz, 1999, p. 90)

intelectuais e política, entre saber e poder, entre conhecimento e democracia na sociedade brasileira” (Sorj, 2001, p. 11). Nessa conjuntura político-social, a imagem de Fernando Henrique Cardoso ganhou forte visibilidade. Assumindo uma postura de liderança perante os demais intelectuais, a figura do autor torna-se maior que a própria obra. Como sintetiza Lahuerta:

“Essa condição possibilita ao Cebrap exercer um papel diretivo na elaboração intelectual que terá fortes reflexos na cultura política do período e que garantirá a Fernando Henrique Cardoso uma condição de *intelectual que lidera intelectuais*, sem precedentes na história do país.” (Lahuerta, 2001, pp. 64-65)

Podemos considerar os trabalhos de Cardoso como o momento de ruptura na valorização da democracia a partir de uma linguagem acadêmica associada, de modo particular, ao marxismo. Especificamente os escritos reunidos, em 1975, no livro intitulado de *Autoritarismo e Democratização*, são um ponto de inflexão da admissão das preocupações democráticas como temáticas centrais (e independentes) na produção acadêmica do período. Como afirma Cardoso na introdução desse livro:

“Os estudos e ensaios reunidos neste livro têm dois eixos principais. Um, analítico e quanto possível fundamentado empiricamente, procura caracterizar as formas predominantes de autoritarismo e os modos pelos quais se organiza a acumulação capitalista no Brasil e, mais limitadamente, em outros países latino-americanos. O segundo eixo é claramente valorativo: busca delinear as insuficiências das soluções autoritárias e vislumbrar onde e de que forma são possíveis alternativas democráticas e igualitárias.” (Cardoso, 1975, p. 11)

É justamente a combinação desses dois eixos teóricos a principal marca da obra e, mais do que isso, essa combinação é o elemento decisivo que potencializou a originalidade da análise presente no livro. Se, por um lado, na obra há uma renovada compreensão da conjuntura política brasileira e, sobretudo, das formas assumidas pelo Estado brasileiro durante o período militar, por outro lado, pode-se observar um particular posicionamento político frente à transição que se iniciava paulatinamente nesse período. Além do mais, a obra também pode ser considerada um marco entre as análises que adotam a metodologia utilizada pelo autor. Segundo Costa:

“*Autoritarismo e Democratização* by Fernando Henrique Cardoso may be considered the first clear statement produced within historical materialist quarters in favour of the autonomy of politics. As implicit in the title, the objective of this work was to map out the chances for democratization in Brazil in the early seventies, when the country was moving out of the most repressive phase of the authoritarian cycle. Cardoso sustained the argument that the then-prevalent authoritarian “situation” could not be explained by any economic determinant, since it was the result of political choices. The way out of that “predicament” would likewise be contingent on political factors, on the acceptance by the main actors of the “legitimacy of conflict”.” (Costa, 1998, p. 87)

Contestando as compreensões de que a repressão política, assim como a supressão das demandas salariais (e o congelamento e/ou redução de grande parte dos ganhos dos trabalhadores), era *inerente* à lógica do processo de acumulação de capital, Cardoso apresenta uma inovadora interpretação da situação político-econômica do Brasil⁹⁸. A seu ver, a dinâmica do milagre não se deveu apenas ao controle da inflação “pela base”, ou seja, rebaixando os salários reais, para o que a repressão foi usada; deveu-se também ao desenvolvimento das forças produtivas e à tendência oligopólica, graças à expansão das empresas estrangeiras e estatais (Cardoso, 1975, pp. 230-231). Nessa nova interpretação da situação político-econômica do país, Cardoso centraliza suas atenções na esfera *política*, pois, na conjuntura do período, as eventuais mudanças (ou manutenções) resultariam de fatores definidos no *plano propriamente político* e não no plano econômico. Nas palavras de Cardoso:

“Portanto, na conjuntura política atual as mudanças ou o imobilismo político dependerão mais da dinâmica dos grupos ligados diretamente ao Estado do que um hipotético empresariado competitivo, que alimentaria uma concepção liberal de mercado, ou, no polo oposto, de um empresariado ávido por manter o controle salarial e da repressão sindical.

Se este argumento for correto, a dinamização da conjuntura atual vai depender mais de fatores definidos no plano propriamente político do que, de imediato, no plano econômico.” (Cardoso, 1975, p. 231)

⁹⁸ Sobre a questão da repressão, Cardoso afirma: “O argumento mais forte para solidarizar os interesses dos que exercem pressão para a manutenção de um enrijecimento político crescente com as bases de sustentação do “modelo brasileiro” estriba na alegação de que, para a taxa de crescimento, a repressão é necessária a fim de dismantelar as organizações dos trabalhadores e sua capacidade de pressionar por melhores salários. Tomando o argumento em termos da conjuntura de 1963/64, ele procede. Quando, entretanto, ele é elevado à categoria de condição estrutural indispensável para o desenvolvimento capitalista em qualquer conjuntura, em qualquer fase do ciclo econômico e em qualquer estágio do desenvolvimento das forças produtivas, o argumento torna-se enganoso. Por trás dele se esconde um erro de apreciação da dinâmica do capitalismo(.)” (Cardoso, 1975, p. 230)

Desse modo, o foco analítico da produção de Cardoso passava a estar concentrado na representação política, nos aspectos institucionais e no fortalecimento da sociedade civil como caminhos para se contrabalançar não apenas o regime autoritário, mas o tradicional autoritarismo da sociedade brasileira⁹⁹. Simultaneamente, há um afastamento pioneiro de seus trabalhos e análises em relação às dimensões estruturais, as quais eram o centro da preocupação das análises econômicas e políticas até o momento (Lahuerta, 2001, p.68).

Caracterizando o Estado brasileiro como autoritário-burocrático, dotado de um caráter modernizador – se considerado a partir de um ponto de vista econômico – que visa garantir o crescimento econômico¹⁰⁰, Cardoso recusa as teses predominantes na literatura do período sobre a política econômica nacional e apresenta uma nova tese empírico-analítica que fornecerá a base de sustentação para sua proposta valorativa. Esses trabalhos que Cardoso recusa eram as teses que afirmavam que (i) o desenvolvimento capitalista na periferia era inviável, (ii) o capitalismo dependente estaria baseado na exploração extensiva da mão-de-obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho, (iii) as burguesias locais deixaram de existir como força social ativa, (iv) a penetração das empresas multinacionais levaria os Estados locais a uma política expansionista e (v) o caminho político do Continente estaria frente a uma encruzilhada – “socialismo ou fascismo” (cf. Cardoso, 1975, cap. 1). Posteriormente, Cardoso apresenta a sua proposta valorativa, que concede maior

⁹⁹ Como afirma Baptista, Cardoso foi um dos intelectuais a apontar a dicotomia entre Estado e sociedade civil como a principal característica do pensamento político brasileiro, que se refere à primazia da ordem estatal sobre a ordem civil, ou ainda desta movendo-se autonomamente (Baptista, 2010, p. 231). Contudo, não deixa de ser interessante se notar como os trabalhos de Cardoso, assim como a maioria dos trabalhos da época, sustenta essa dissociação plena (e, até mesmo, a dicotomia) do Estado em relação à sociedade civil. Porém, em Cardoso há uma nítida colocação teórico-normativa inversa às usuais até o período: uma aposta na sociedade civil como forma de se superar o autoritarismo no Brasil.

¹⁰⁰ Dissertando a respeito da conjuntura político-econômica do Brasil, Cardoso afirma que o sistema de poder assumiu a forma burocrático-autoritária e tem funcionalmente dois eixos não excludentes, um tecnocrático e outro militar. Ainda, segundo o autor: “Por trás dele [do sistema de poder burocrático-autoritário], estão os interesses da expansão capitalista, nas suas duas vertentes, a empresa estatal e o conglomerado internacional. (...) Por outro lado, a peculiaridade da forma burocrático-autoritária no caso brasileiro reside em que, no plano das relações de trabalho e dos mecanismos de acumulação, a predominância do Estado se afirma para garantir o crescimento econômico. Dessa forma, ao contrário do que alguns teóricos disseram sobre o assunto, a institucionalização do regime e sua hegemonia vão de mãos dadas com o ciclo expansivo da economia e não com as situações de crise.” (Cardoso, 1975, p. 226)

autonomia ao *político*, defendendo o que pode ser definido como uma justificação da “democratização substantiva”, a qual se realizará, sobretudo, a partir do fortalecimento da sociedade civil.

Porém, como compreender o “modelo político” brasileiro e a possível abertura do período? É necessário levar em consideração, nos alerta Cardoso, que a ideia de “guerra subversiva”, fonte de alimentação ideológica do regime, estava perdendo sentido (em 1974) – visto que, no plano internacional, por exemplo, “a guerra fria foi redefinida” – e estava entrando em contradição com outros interesses do atual bloco de poder. Como Cardoso ressalta, “entre a situação de interesses mundiais e a ideologia oficial brasileira há uma contradição, quanto a um aspecto essencial do condicionamento do regime, ou seja, a definição do inimigo e de suas bases” (Cardoso, 1975, p. 229). Além do mais, segundo a argumentação do autor, na fase do ciclo expansivo em que se encontrava o Brasil, a rigidez totalitária não seria mais uma condição necessária para garantir o crescimento econômico.

Desse modo, “no Brasil, com mais força e de modo mais desordenado, o próprio ímpeto do crescimento está gerando condições sociais, que a vida política, para dinamizar-se, terá que expressar como uma contradição com o estilo burocrático do regime” (Cardoso, 1975, p. 232). As críticas ao regime tendiam, cada vez mais, a brotar por toda parte. Contudo, ainda seria necessário superar o “quadro sombrio de despolitização”, do qual alguns setores importantes da Igreja Católica, assim como de segmentos universitários e profissionais (entre os quais, juízes, advogados e jornalistas), bem como militantes operários, conseguiram escapar.

Todavia, afirma o autor, que a mudança política depende dos atores e forças políticas relevantes. Esses devem assumir um “compromisso múltiplo”, pois:

“Enquanto as elites dirigentes e os grupos opositores, tanto os ligados à ordem social dominante quanto os populares, não entenderem que a democratização não significa a eliminação dos conflitos pela via da adesão simbólica a valores pseudo-consensuais que estabelecem uma ordem supostamente homogênea, mas praticamente o oposto, ou seja, o reconhecimento da necessidade e da legitimidade da divergência – enquanto isto não for entendido, os riscos do totalitarismo estarão presentes.” (Cardoso, 1975, p. 237)

De modo sintético, podemos afirmar que Cardoso está argumentando, de forma geral, que as contradições existentes no próprio sistema de poder acabariam por fazer ruir o imobilismo burocrático-repressivo, se (e somente se) os grupos e classes externos ao Bloco de Poder estivessem dispostos a manter a integridade de suas visões de oposição (cf. Cardoso, 1975, p. 237-238). Sobretudo, a partir da reação organizada de grupos e classes da sociedade civil (a qual estaria em processo de (re)ativação), assim como de movimentos sociais mais ou menos espontâneos, o Brasil atingiria uma democracia, na qual a vida política daria vazão, para ser legítima, a variabilidade e a desigualdade presente no país. Ou seja, Cardoso realiza uma aposta na importância do fortalecimento da sociedade civil, “para que ela possa expressar-se na ordem política e possa contrabalançar o Estado, tornando-se parte da realidade política da Nação” (Cardoso, 1975, p. 239).

Dessa forma, Cardoso apresenta uma tese inovadora a respeito da questão da democracia no Brasil. Tarcísio Costa enfatiza a importância da obra de Cardoso, sobretudo, para a esquerda política brasileira:

“Autoritarismo e Democratização meant, for the left, the possibility of ascribing new meaning to some core political concepts. Political agency was not equated with plotting against autocrats in power, as many may have believed since the “radicalization” of the regime in 1968. Through his “praise of politics”, Cardoso was presenting political action instead as a deliberative exercise, fed by conflicting views and aiming at no specific end but the emergency of a “substantive democracy”.” (Costa, 1998, p. 91)

Quase uma década depois, Francisco Weffort também refletirá sobre a democracia política no Brasil, buscando compreender – assim como estimular o debate a respeito da questão democrática – porque tal temática ganhou tanta força ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980 no país.

4. WEFFORT: POR QUE DEMOCRACIA?

Francisco Weffort foi outro intelectual que, assim como Cardoso, apresentou grandes contribuições teóricas a vários debates relacionados à vida política brasileira. Ao longo do período em que o autor esteve vinculado ao Cebrap, seus estudos e trabalhos ganharam destaque dentre as demais

produções do Centro. Enquanto Cardoso assumiu uma postura de líder intelectual, pode-se afirmar que Weffort assumiu uma posição teórica central, incorporando e defendendo as bandeiras da “escola paulista de ciências sociais”:

“Ao eleger como objeto prioritário de seus estudos o populismo, abordando-o como prática política e sindical, Weffort dava forma acabada e politizada a uma longa tradição da “escola paulista de ciências sociais”, centrada no estabelecimento de uma “sociologia crítica” e refratária ao nacionalismo engendrado a partir da Revolução de 1930. Com seus estudos, Weffort consolidaria a interpretação uspiana do Brasil e, concentrando-se na descontinuidade histórica como principal critério de investigação da trajetória do país após 1930, elaboraria uma formulação à esquerda para completar a recusa ao nacionalismo, ao desenvolvimentismo e ao varguismo. (...)”

Para Weffort, não era apenas o Estado populista e clientelista que precisaria ser superado, mas também a tradição da esquerda comunista, recusada em bloco como cúmplice dessa forma de Estado.” (Lahuerta, 2001, 66-67)

Em 1976, Weffort afasta-se do Cebrap para fundar o Cedec. Buscando se distanciar de um possível economicismo da primeira instituição, as produções vinculadas ao novo Centro também assumiram uma importante posição dentre as elaborações de uma interpretação do país que se associava à defesa da democratização substantiva da sociedade brasileira. Em 1979, o intelectual estaria entre os fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi secretário-geral no período de 1984 a 1988¹⁰¹.

No ano de 1984, Francisco Weffort publica o livro *Por que Democracia?*, no qual busca apresentar, segundo suas palavras, “um argumento pela democracia no Brasil”. Caberia a este ensaio, ainda segundo o autor, cumprir uma função diretamente política, “estimulando o debate sobre a questão democrática entre nós” (Weffort, 1984, p. 9).

O ensaio parte de uma questão motora: “Por que a esquerda fala tanto em democracia no Brasil? Por que não revolução?”. Essa pergunta, lançada em outubro de 1983, exigia uma reflexão, pois se é verdade que, sobretudo pós-1968, os desenvolvimentos sobre a questão da revolução no país eram repletos de ambiguidades, também é verdade que a possibilidade e risco da “ruptura do

¹⁰¹ A respeito da fundação do Cedec, assim como, em busca de informações mais detalhadas a respeito da trajetória de Weffort, ver Lahuerta, 2001, especialmente “A perspectiva do “Novo Sujeito””. Sobre a fundação do PT, ver Keck, 1991.

tecido social” brasileiro eram críveis¹⁰². Pelo contrário, a transição política pacífica e coordenada pelos militares, que o país seguia, poderia ser considerada inverossímil, até mesmo pelos analistas mais otimistas: o país enfrentava uma forte crise econômica, um período de ausência de estabilidade tanto econômica como política. Nas palavras do autor:

“Uma lógica política inspirada no senso comum diria que o melhor momento para uma abertura política seria aquele em que a economia se expande. Com a transição brasileira ocorre o contrário. Tivemos “fechadura” política na época de expansão e a “distensão” política começando com a depressão econômica.” (Weffort, 1984, p. 15)

Reformulando a questão apresentada acima de modo ainda mais dramático: por que acreditar na transição política brasileira – sobretudo, ao se recordar que o perfil da transição era definido “pelo alto”, sob o comando de militares?

O que Weffort busca reconhecer e explicitar é como a situação política do Brasil, de 1974 até o período em que lança seu livro (1984), era difícil de se explicar, beirando o inacreditável. Inverossímil, especialmente ao lembrarmos que, no período, “os brasileiros – muitos de nós, pelo menos – acreditam que estamos em transição *para a democracia*” (Weffort, 1984, p.15).

Como explicar esse fenômeno político? Weffort esboça a tese de que desde 1968 até 1984 o Brasil mudou significativamente, apesar do pouco tempo transcorrido. “O país mudou e, com ele, mudamos todos” (Weffort, 1984, p. 18) – essa pode ser a frase síntese da tese de Weffort. Para o autor, especificamente a esquerda estava enfrentando um processo positivo de mudança, alterando o modo de conceber os seus valores fundamentais (a liberdade, a igualdade e o socialismo) e as relações entre eles. Ainda, como nos lembra Weffort, havia uma esperança nova no Brasil dos anos 1980, porém caberia aos atores políticos (especialmente de esquerda) assumirem seus papéis e exercerem suas tarefas,

¹⁰² Segundo afirma Weffort, essa pergunta foi realizada por um assessor da embaixada Americana: “Por que vocês falam tanto em democracia no Brasil? Ele dirigia a pergunta para a esquerda. Mas sabia, tanto quanto eu, que o alcance da questão era muito mais geral. Em todo caso, como ele tentava conversar com alguém da esquerda, a sua pergunta sobre a democracia trazia embutida uma outra: Por que não revolução?” (Weffort, 1984, pp.11-12)

pois o resultado da transição política não estava determinado, mas sim, era “*cose a fare*”.

A argumentação presente no ensaio é dividida em três partes. De modo geral, a primeira parte objetiva compreender (e criticar) a tradição política brasileira, enquanto a segunda parte do livro é dedicada a análise e entendimento da transição política brasileira. Por fim, na terceira e última parte, Weffort se dedica a apresentar as relações entre democracia e revolução, negando a possível dicotomia entre esses termos.

Segundo o autor, não eram poucos os que afirmavam, na época, que caminhávamos para a democracia, visto que dado as circunstâncias, não teríamos nenhum outro lugar para ir. Porém, o autor problematiza:

“Minha única dúvida é a de saber se um pensamento que só sabe conceber a democracia como uma imposição das circunstâncias pode ser dito um pensamento democrático.” (Weffort, 1984, p. 24)

Como já é provável que o leitor tenha imaginado, Weffort buscará recusar tal concepção, aos seus olhos, equivocada. Compreender as ações políticas como uma *necessidade histórica* seria um dos equívocos da “herança política” brasileira.

Essa tradição política brasileira seria repleta de equívocos, segundo a argumentação do cientista político. Além de não compreender o próprio sentido da política, considerando as grandes questões como exigências inelutáveis da necessidade histórica, também transformaria o agir político em um privilégio limitado a uma elite. E, mais do que isso, a tradição política brasileira sustentaria um “falso realismo político” – uma “mistura de passado, de sensibilidade conservadora e de boas intenções para o futuro” (Weffort, 1984, p. 28) –, o qual inviabilizaria o *novo* na esfera política. Esse realismo equivocado sustentar-se-ia no pressuposto de que cargos e posições são a matéria-prima do poder, sendo a política “o que se faz para conquistar (ou manter) o poder”. E o que seria o poder? “Ora, o poder é o que se faz no Estado ou a partir do Estado” (Weffort, 1984, p. 29).

Segundo a argumentação do autor, decorreria dessas concepções equivocadas e circulares, a (quase) irrelevância da distinção entre direita e

esquerda, visto que, em última instância, os indivíduos não seriam os responsáveis por suas ações políticas. Deriva-se, assim, o problema formulado por Weffort:

“O grande problema desta concepção da atividade política é que – se continuar predominando – a democracia que teremos daqui para a frente será tão capenga quanto a que já tivemos no passado. Mais ainda, a continuar prevalecendo este conceito conservador de política, se a democracia será capenga, uma revolução será simplesmente impossível.” (Weffort, p. 30)

Esse conservadorismo político propiciava uma concepção autoritária de democracia, assim como a revolução era convertida, grosso modo, em um golpe de Estado. Esse último, na história brasileira, era uma prática habitual. O legado histórico brasileiro era marcado pelo recurso frequente à violência e pela ausência da democracia¹⁰³. As ações políticas eram caracteristicamente autoritárias, havendo elevadas doses de cinismo e ambiguidade na concepção conservadora de política no Brasil. Justamente, “esta mistura complexa de ambiguidade e cinismo nos legou um conceito de democracia segundo o qual esta é apenas um instrumento de poder” (Weffort, 1984, p. 34). Um *meio*, uma espécie de ferramenta para se atingir o poder, em oposição a concepção de democracia como um fim em si mesmo.

Contudo, de modo ainda mais problemático, segundo Weffort, essa concepção da democracia como instrumento – oriunda, “em linha, do privatismo conservador, *soi disant* liberal, das oligarquias da República Velha” (Weffort, 1984, p. 35) – estaria presente, de alguma forma, nas ideias da esquerda brasileira. Num país em que o liberalismo sempre foi, em essência, um privatismo, “a esquerda é, ela própria, tributária da tradição em que combate” (Weffort, 1984, p. 37). Inserida na história brasileira hegemonicamente conservadora, teria a esquerda, de modo geral, caído na “armadilha conservadora” de tomar para si a concepção e validação – e, até mesmo, a responsabilidade (teórica e política) – da equivocada tese da democracia¹⁰⁴. Uma exceção, reconhece Weffort, seria o

¹⁰³ Conjuntamente com a violência, a lei seria utilizada no Brasil, segundo Weffort, como pretexto ao arbítrio, assim como o direito se torna um mero reflexo do privilégio dos interesses ou da força dos detentores de poder (cf. Weffort, 1984, pp. 42-45)

¹⁰⁴ Weffort é enfático ao afirmar sua oposição à tese da “democracia como forma de dominação burguesa”: “Se a ideia de democracia como forma de dominação burguesa tem muito a

“brilhante ensaio de Carlos Nelson Coutinho, que é, que eu saiba, o primeiro intelectual brasileiro a tratar com profundidade teórica o conceito de democracia como valor universal” (Weffort, 1984, p. 34).

No entanto, segue a argumentação, não seriam poucos os intelectuais de esquerda no país que clamavam o não-valor político-normativo da democracia em nome de uma revolução, entendida – também de modo equivocado segundo Weffort – como golpe de Estado. Consequentemente, a linguagem política seria diretamente afetada no país por tal concepção:

“Não se trata, aliás, de um mal exclusivo do Brasil. É de toda a América Latina, com as exceções contadas do México, de Cuba e da Nicarágua. E porque o conceito de revolução se confunde, em nossa tradição, com o golpe, não se pode dizer que se trata de um mal exclusivo da direita. Contamina, de quando em quando, mesmo os que combatem a tradição conservadora e autoritária.” (Weffort, 1984, p. 47)

Seria, portanto, necessário ir além dessa linguagem, superando tal compreensão equivocada da política brasileira. Como afirma, novamente, Weffort, “[n]enhuma democracia se constituiu jamais como simples reflexo de exigências supostamente inelutáveis da história. Tantas as democracias quanto as revoluções se constroem na luta de vontades políticas conscientes e responsáveis” (Weffort, 1984, p. 31).

Entretanto, em oposição ao diagnóstico crítico da tradição política brasileira, Weffort reconhece que, conjunturalmente, a conquista da democracia tornou-se o *leitmotiv* da política brasileira. Porém, “podemos acreditar que a democracia, mais do que um instrumento, venha a ser entendida, entre nós, como um valor em si, um valor geral?” (Weffort, 1984, p. 51)

A resposta a essa questão apresentada pelo autor é dotada de complexidade. Inicialmente, Weffort expressa certo ceticismo em relação a transição brasileira. A seu ver, essa transição política carregaria um caráter

ver com determinado período da história europeia, pouco tem a ver com a história brasileira. (...) A verdade é que em 160 anos de história independente, o Brasil não teve a oportunidade de avalizar a tese da democracia como forma, por excelência, da dominação burguesa. Se Marx fosse brasileiro, teria dito, certamente, que a ditadura é a forma, por excelência, da dominação burguesa. E talvez dissesse também que a democracia é a forma, por excelência, da rebeldia popular.” (Weffort, 1984, p. 39)

ambíguo e contraditório ao longo de sua realização. Fortes contrastes entre um “país legal”, submetido a leis e instituições anacrônicas, e um “país real”, em processo de modernização acelerada poderiam ser observados. A própria definição da transição política seria tarefa de difícil realização, aberta a polêmica. Contudo, o autor nota que um ponto de chegada em comum pode ser observado entre os variados atores políticos do período. Fundamentalmente, alerta Weffort, a grande diferença entre as oposições e o regime estaria na avaliação do *timing* da transição (Weffort, 1984, p. 58). Os variados atores de esquerda se reuniram em torno do lema das “diretas-já”, buscando acelerar o fim do processo de transição.

Além do mais, segundo a análise do ensaio, a questão da democracia no país, de modo distinto à concepção oriunda da “tradição política brasileira”, se transformaria no terreno onde os grupos e partidos lutariam pelo poder. E, mais do que isso, na medida em que se constituiria no terreno da luta, a democracia passaria a ser um objetivo geral. Segundo o autor:

“A luta política, no Brasil hoje, é tanto uma luta pela democracia quanto uma luta pela hegemonia dentro da democracia.

Quando se examina o curso da transição, desde 1974, percebe-se que algo se rompeu – ou se está rompendo – em nosso tradicional realismo político.

(...)

Na própria luta dos divergentes e dos contrários em torno do sentido da democracia, está a afirmação da democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana.” (Weffort, 1984, pp. 59-61)

Porém, o que explicaria o surgimento dessa crença da democracia como um valor em si mesmo? Fugindo do determinismo histórico, Weffort busca demonstrar que a democracia política seria uma *possibilidade* (em diferença à *necessidade*) na conjuntura político-social da época, a partir do período pós-Médici. As ações políticas dos militares caracterizadas pelo “terror de Estado” – em primeiro momento, destruindo o sistema político vigente e, posteriormente, perseguindo a oposição ao regime, assim como realizando o uso frequente e abusivo da violência – ocasionaram “uma situação de autofagia do poder”. Como lembra o autor, “[u]m Estado que pratica o terror tende a anular-se a si próprio” (Weffort, 1984, p. 67).

Ou seja, Weffort busca explicitar que a própria “lógica infernal” do regime militar – em muitos casos, uma somatória de iniciativas descoordenadas – tendeu a dispô-lo em uma situação de isolamento político. Coube a Geisel reestabelecer a disciplina e, conseqüentemente, buscar o restabelecimento do Estado de Direito – tão reivindicado pela oposição liberal – propiciando, assim, as possibilidades para a formulação da questão da democracia.

O Brasil moderno, urbano e industrial dos anos 1970 não possibilitaria, segundo a argumentação do livro, a manutenção das tradições ideológicas arcaicas. Todavia, a oposição liberal teve precedência histórica sobre a esquerda na luta pela democracia no Brasil. No campo da esquerda, as dificuldades em realizar uma ruptura com a própria tradição eram maiores do que no campo liberal. Reconhece Weffort que os comunistas agrupados no PCB, por exemplo, adotaram a questão da democracia na agenda do Partido, porém, a seu ver, “os profundos compromissos dos comunistas com sua própria história – onde o peso do autoritarismo é muito maior do que eles gostariam de admitir – só serve para atrapalhar os seus próprios movimentos” (Weffort, 1984, p. 79). Já os demais opositores do Regime também não apresentavam ainda uma posição, por completo, definida perante a democracia. Se, por um lado, o Brasil contemporâneo seria o caso raro de um país em prolongada transição do autoritarismo para a democracia, onde não se vê ações violentas da esquerda, sendo que grande parte da esquerda de 1968 aceitou que um *meio* (a “derrubada da democracia”) se tornasse um fim em si próprio; por outro lado, segundo Weffort, não havia qualquer garantia de um “final feliz” da longa transição política, visto que o Estado novamente tomou a dianteira da ação.

A nosso ver, esse é o ponto decisivo do argumento de Weffort: a descrença em relação ao papel que o Estado pode assumir na conjuntura política da transição e, mais do que isso, na sociedade democrática. Em suas palavras:

“Que o Estado tomou a dianteira já sabemos. Mas sabemos também que a novidade histórica deste momento da política brasileira não está nisso. Está na descoberta, ou redescoberta, da sociedade como espaço da política, tanto a sociedade dos de cima quanto a dos de baixo. Temos de entender que esta descoberta da sociedade, embora incapaz de mudar os rumos do jogo, caminhou muito, obrigando uma revisão geral de nossas ideias tradicionais sobre o Estado e a política.

(...)

O crédito de confiança que a tradição conferia ao Estado desgastou-se irremediavelmente.” (Weffort, 1984, p.88)

Os atores políticos deveriam, portanto, superar a concepção *positiva* de um Estado que é tudo, frente uma sociedade amorfa. Mas se por um lado, ocorre a decepção frente ao Estado, por outro, ressurgem as esperanças em relação à sociedade civil.

Porém, segundo a análise do ensaio, a sociedade civil com o avanço da transição e, conseqüentemente, com o caminhar no sentido da democracia tende a revelar (positivamente aos olhos do analista) uma sociedade de classes – aqui, novamente, outro ponto diferencial da contribuição de Weffort. Como o autor afirma:

“O grande movimento pela democracia que uniu liberais, socialistas e comunistas, bem como sindicalistas e empresários, contra o arbítrio do regime autoritário, começa a dar sinais de uma diferenciação social necessária. Quanto mais se caminha no sentido da democracia, tanto mais se definem as identidades políticas e sociais do que dela participam.” (Weffort, 1984, p. 97)

E, mais do que isso, os “de baixo” cada vez mais assumiriam – e deveriam assumir – papel decisivo na transição. Os movimentos operários e sindicais, assim como os variados movimentos sociais, que estavam em crescimento deveriam assumir a primazia do movimento de transição, “erguendo a própria voz” na arena política, segundo o cientista político.

Entretanto, um leitor crítico pode ainda cobrar uma resposta a questão motora do ensaio de Weffort, grosso modo, “por que democracia? por que não revolução?”. A resposta de Weffort é desconstruir a dicotomia pressuposta na questão. “Democracia e revolução não são conceitos que se excluam reciprocamente” (Weffort, 1984, p. 103).

Fazendo uso de Arendt, o autor recorda que as revoluções têm como motivo essencial à conquista da liberdade e se caracterizariam como fenômenos democráticos¹⁰⁵. A questão fundamental seria encontrar um meio de se conciliar os valores da liberdade e da igualdade. Ou seja, superar uma situação de escolha

¹⁰⁵ Weffort reconhece que grande parte dos regimes pós-revolucionários possuíam características autoritárias ao longo da história. Entretanto, tal ponto não autorizaria, segundo o autor, a caracterização das próprias revoluções como não-democráticas.

entre capitalismo com democracia ou socialismo sem democracia¹⁰⁶. Porém, se “a questão da democracia é uma questão geral”, devendo a democracia ser sempre valorizada, também é uma verdade histórica, nos lembra Weffort, que “nenhuma democracia passou jamais ao socialismo” (Weffort, p.110-111). O que fazer perante essa constatação? Escolher entre o reformismo democrático ou revolucionarismo?

Novamente o cientista político busca borrar as fronteiras dos conceitos (e da realização desses na história). Reforma e revolução não se realizariam de modo tão distinto na história como alguns poderiam imaginar¹⁰⁷, sendo que a questão decisiva a ser enfrentada diz respeito à participação popular. Segundo Weffort, a *participação popular* é o caminho para quem deseja realmente mudar a sociedade. Os regimes democráticos a serem atingidos deveriam, portanto, assegurar a participação popular, tanto a partir da representação como também por meios de participação direta. Seria, justamente, um regime democrático que combinasse essas formas de representação, a partir do qual os setores populares pudessem agir politicamente, que deveria ser atingido no Brasil.

Por fim, enfatiza-se que as apostas de Weffort na importância dos setores populares das oposições ao regime autoritário no Brasil são grandes, como podemos ver na passagem a seguir, a qual pode ser considerada uma espécie de síntese da proposta formulada no ensaio:

“Se entendermos que democracia, no mundo moderno, só existe com participação dos trabalhadores, a verdadeira luta pela democracia começa agora. Uma democracia moderna é uma democracia na qual a maioria do povo não esteja confinada na condição de cidadãos de segunda classe. Na qual, portanto, a maioria do povo – e não apenas uma minoria de privilegiados – tenha a condição de se tornar dirigente. Na qual todos os trabalhadores – e não apenas uma minoria dentre eles – possa vir a público “para dizer a sua própria verdade”. O programa de uma democracia moderna no Brasil é o de uma verdadeira revolução.

Caberá, certamente, aos setores populares das atuais oposições – os únicos, em verdade, que continuarão sendo oposição amanhã – um papel decisivo nesta luta. Penso aqui nos partidos ligados ao movimento operário e popular, em particular o PT. Mais também no conjunto das instituições ligadas ao movimento

¹⁰⁶ Weffort, em seu livro, faz constante referência à produção de Norberto Bobbio sobre essas questões.

¹⁰⁷ Para demonstrar a possível associação entre reforma e revolução, Weffort utiliza-se do exemplo da reforma agrária. O autor afirma: “A reforma agrária – que consta de qualquer programa revolucionário que se preze, pelo menos na América Latina – que é senão uma reforma?” (Weffort, 1984, p. 112)

operário e ao movimento popular. Seria ingênuo pensar que um só partido político, ou mesmo alguns partidos políticos possam dar conta de um programa tão vasto. Estamos entrando em etapa de amplo desenvolvimento dos conselhos populares, conselhos de empresa, sindicatos, sociedades de bairro, comunidades de base, associações profissionais, associações culturais, etc. etc. Uma democracia real em um país como o Brasil pressupõe não apenas pluralismo partidário, mas também pluralismo institucional – e, mesmo, social – dos movimentos populares. É o desenvolvimento de todo este complexo de instituições populares que permitirá, no futuro, mudar o eixo da transição.” (Weffort, 1984, pp. 130-131)¹⁰⁸

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos indicar, a questão da democracia foi assumindo centralidade em trabalhos vinculados a uma “linguagem acadêmica” no Brasil, desde meados dos anos 1970. Os trabalhos apresentados por Cardoso podem ser considerados os pioneiros a realizar um novo caminho de pesquisa, de compreensão da história e da conjuntura político-econômica brasileira, assim como a defender a democracia e a valorização da sociedade civil no processo de transição política.

Boa parte das questões apresentadas por Cardoso foi endossada e desenvolvida no ensaio de Weffort – publicado aproximadamente uma década depois do livro de Cardoso – a partir de um ponto de vista distinto. Nos trabalhos dos dois intelectuais é possível se observar a *incerteza* perante o caráter da transição política brasileira e em relação aos resultados que esse processo acarretaria. A descrença frente ao papel que o Estado pode assumir nesse período de transição, assim como na democracia, também são pontos em comum nas análises. Por outro lado, uma crença na importância da sociedade civil, em especial nos novos atores políticos, pode ser observada nas duas argumentações. Por fim, mas de grande importância, deve-se ressaltar como os dois autores buscam enfatizar a independência da *política* frente às demais

¹⁰⁸ Quanto a saber se a democracia a ser implantada no Brasil, seria (ou não) socialista, Weffort deixa a questão em aberto: “A democracia no Brasil será socialista? Sim, se os que lutam pelo socialismo *fizermos* por merecer. E uma das maneiras de merecê-lo está em compreender que não chegaremos jamais ao socialismo sem uma vastíssima e complexa luta pela hegemonia democrática. (...) O socialismo não pode ser apresentado apenas como a ideia do futuro.” (Weffort, 1984, p. 131)

formas econômico-sociais: Cardoso destacou a natureza indeterminada da política, a qual tenderia a se resolver a partir de questões e acordos *eminentemente políticos* (e não de ordem econômica, por exemplo) no período; já, Weffort afirmou a importância que a esquerda deveria assumir nas questões e debates políticos do período, dado que os resultados políticos não são necessidades históricas, mas sim, *cose a fare* (cf. Costa, 1998, pp. 98-100).

Como afirma J. A. Moisés – em um seminário realizado em 18 de abril de 1986 no Cedec a respeito das “esquerdas e a democracia” (cf. Garcia, 1986) –, em seu ensaio *Por que democracia?*, Weffort proporia que, no Brasil da época, “falar em democracia significaria, então, introduzir um critério revolucionário de transformação das estruturas políticas da sociedade” (Garcia, 1986, p. 83). Por mais que muitos pontos da argumentação apresentada no ensaio não sejam consensuais, é inegável que a contribuição realizada por Weffort pode ser considerada uma marco na produção da esquerda vinculada a uma linguagem acadêmica e, mais do que isso, identificada com os novos atores de esquerda política do país¹⁰⁹.

De modo distinto ao realizado pelos intelectuais comunistas – os quais tiveram suas teses analisadas no capítulo anterior – que também aderiram à democracia no período, Cardoso e Weffort, entre outros intelectuais vinculados a uma “linguagem acadêmica”, apresentaram novas interpretações do Brasil, nas quais a questão da democracia também assumiu centralidade durante meados da década de 1970 e ao longo dos anos 1980.

¹⁰⁹ Como diz Moisés – em relação a um dos pontos não-consensuais presente no ensaio de Weffort –, a aparente relação direta entre o movimento de maior ingresso de pessoas na política, através de mecanismos democráticos, e o fornecimento de uma base potencial para se exigir maior democratização das estruturas políticas, assim como a democratização da economia e da sociedade, pode ser mais complexa e, até mesmo, não se realizar (cf. Garcia, 1986, 83-84).

CAPÍTULO 4. A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NAS PÁGINAS DE *PRESENÇA* **– REVISTA DE POLÍTICA E CULTURA**

“Ruptura, negociação, consenso. Conciliação, confronto ou entendimento? Cidadania ampliada. As massas e o poder. Uma nova institucionalidade. Democracia e socialismo. Nunca se discutiu tanto no Brasil.”

Marco Aurélio Nogueira
(*Presença*, Nogueira, n.º. 3, 1984)

1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo, pretende-se realizar uma análise de como a questão da democracia e os desenvolvimentos teóricos ao redor dessa questão foram apresentados nas publicações de *Presença – Revista de Política e Cultura*. Simultaneamente, delinearemos as principais características da fisionomia intelectual da Revista, assim como pretendemos apresentar algumas contribuições e debates que estamparam os exemplares do periódico.

A nosso ver, a revista *Presença* pode ser entendida como o ápice e, ao mesmo tempo, uma espécie de “momento final” da valorização da democracia a partir de uma linguagem fortemente estruturada por conceitos marxistas (comunistas) clássicos. Como ilustraremos, o próprio espírito da revista, de abertura aos debates contemporâneos das mais variadas temáticas e filiações político-teóricas, proporcionou uma nítida renovação, como também uma expansão e florescimento de uma linguagem que anteriormente era pautada de modo estrito pelo marxismo-comunismo.

Se, ao publicar o ensaio “A democracia como valor universal”, “na contracorrente da cultura política da esquerda brasileira, Carlos Nelson Coutinho apresentava (...) os fundamentos do que seria uma estratégia de sociedade socialista fundada na democracia política” (Segatto; Santos, 2007, p. 36), renovando o debate em torno da questão democrática no interior do marxismo

(comunista) brasileiro, será em *Presença – Revista de Política e Cultura* que esse debate atingirá seu ponto máximo. Como afirma Caio Navarro de Toledo:

“O ensaio de C. Nelson Coutinho “A democracia como valor universal”, publicado em 1979, estaria nas origens das postulações da “esquerda moderna” no Brasil. (...)”

Embora se deva reconhecer que nem toda a esquerda brasileira se alinharia com o conjunto das teses expostas por Coutinho, particularmente pela sua confessada adesão aos teóricos italianos vinculados ao chamado eurocomunismo, é inegável a proximidade dos intelectuais da esquerda moderna com algumas de suas concepções mais substantivas. Para nomear alguns desses setores de esquerda no Brasil atual:

A revista *Presença*, editada por conhecidos intelectuais, outrora vinculados ao PCB, talvez seja o mais importante núcleo teórico-ideológico onde o tema da democracia, como a verdadeira revolução de nossos tempos, tem a sua mais ampla e incontestável hegemonia. Os principais colaboradores dessa publicação se destacam por uma intensa atividade nos debates culturais e têm sempre lugar garantido nas páginas de cultura e política da grande imprensa brasileira (por meio de artigos, resenhas, entrevistas).” (Toledo, 1994, p.129)

Presença – Revista de Política e Cultura foi publicada ao longo de quase dez anos. Esse período pode ser considerado um grande espaço de tempo se o compararmos com o tempo de vida de outros periódicos. Sobretudo, se levarmos em consideração que os fundos mantenedores da Revista eram oriundos de assinaturas e vendas de seus exemplares, esse período de publicação torna-se ainda mais destacável¹¹⁰. No mais, ressalta-se que a Revista ocupou um importante espaço político-editorial no país ao longo dos anos da transição política brasileira.

2. O CASO DE PRESENÇA – REVISTA DE POLÍTICA E CULTURA

Com o primeiro exemplar publicado em novembro de 1983 e o último, de seus dezoito volumes, em junho de 1992, a revista *Presença* insere-se no período

¹¹⁰ Tirando alguns incentivos econômicos pontuais, como a publicidade do Banespa no exemplar n.17 (Novembro de 1991), a Revista *Presença* foi auxiliada editorialmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao longo de 3 anos (a partir de 1988). Após esse período de auxílio, *Presença* tentaria se reformular, “dando início a um processo de refundação política e reestruturação editorial” (Carvalho, 1991, p. 6), extinguindo os seus Conselhos Editorial e de Redação – tal mudança se concretizaria no último exemplar (n. 18) da Revista. Como nos afirma Rezende de Carvalho, em abril de 1991: “Ademais, associada a essa indagação de fundo, a suspensão dos nossos vínculos com o CNPq – na prática, nossa única estratégia permanente de sobrevivência –, tornou imperiosa a necessidade de uma reavaliação da dimensão formal da revista (.).” (Carvalho, 1991, p.5-6).

da ampla transição política brasileira. O primeiro exemplar da Revista continha uma “Apresentação” escrita por Armênio Guedes. Essa “Apresentação”, a nosso ver, assumiu a função de uma espécie de certidão de nascimento da Revista, na qual eram expostos os desejos, as intenções e objetivos dos fundadores de *Presença*, assim como, dava condições, ao leitor atento, de situar a Revista (e seus colaboradores) no interior do campo político brasileiro.

Como pode ser observado no texto de Guedes, fundada devido à “necessidade de impedir a reprodução do autoritarismo e de trabalhar pela reorganização democrática da sociedade brasileira” (Guedes, 1983, p.7), *Presença* teria nascido, segundo as palavras do autor, como uma reflexão necessária para o nosso caminho em direção ao socialismo, sendo valores necessários à Revista os ideais de tolerância e generosidade democrática¹¹¹. No mais, enfatiza-se que a Revista buscava (e, podemos chegar a propor que conseguiu) atingir variados públicos, não se restringindo a um dado segmento em específico, seja acadêmico e/ou político¹¹², assim como propiciava uma clara abertura a colaborações.

Ao mesmo tempo em que *Presença* não se vinculava organicamente a qualquer partido político¹¹³, seus colaboradores e, sobretudo, o corpo editorial que organizava e sustentava a publicação estavam (ou estiveram) associados ao PCB. A imagem de Armênio Guedes – não só autor da “Apresentação” da Revista, mas também o jornalista responsável por *Presença* ao longo de todos os anos de publicação –, por exemplo, é quase que indissociável de certa ala “positiva” desse Partido. Recorda-se a centralidade de Guedes no que podemos chamar de “longa história do comunismo-democrático brasileiro”, assim como a importância que o autor chegou a assumir anteriormente nos quadros do PCB.

De modo amplo, podemos propor que o empreendimento em torno da Revista buscava recuperar e legitimar um “caminho próprio” de se entender e agir a partir do campo marxista, especificamente do comunismo, já delineado historicamente no país. Ou seja, os intelectuais associados à revista *Presença*

¹¹¹ Não deixa de ser interessante de se notar a ênfase no caráter de *necessidade*.

¹¹² O grande período de circulação da Revista pode comprovar isso.

¹¹³ Os editores da Revista enfatizam essa questão. Isso pode ser observado também pelo elevado número de colaboradores das mais diversas ramificações políticas.

desejavam dialogar democraticamente, defendendo uma particular posição em relação aos seus interlocutores, sobretudo, do campo da esquerda política.

Assim, já se pode identificar um duplo movimento realizado pelos intelectuais vinculados à revista *Presença*: o primeiro, ao redor da adesão à democracia política como um caminho ao socialismo e, o segundo, ao redor da valorização de uma particular vertente política comunista brasileira.

Além da figura de Armênio Guedes, outro comunista que também pode ser considerado uma imagem de referência aos intelectuais organizados em *Presença* é Astrojildo Pereira¹¹⁴. Já na década de 1940, Pereira assumiria uma postura distinta de uma visão comunista ortodoxa, organizando importantes publicações, entre as quais se destaca a revista *Literatura*, fundada (e dirigida) pelo comunista em setembro de 1946. Recordar-se que nas páginas dessa revista, ocorreu a primeira publicação de uma análise da obra de Gramsci no Brasil¹¹⁵.

Ainda a respeito de Astrojildo Pereira, merece destaque, entre outros fatos de sua intensa trajetória de participação política, a publicação da revista *Estudos Sociais* – revista de cunho teórico do PCB editada entre 1958 e 1964 na cidade

¹¹⁴ Astrojildo Pereira Duarte Silva nasceu em Rio Bonito (RJ), em 1890. Ainda jovem iniciou sua militância em organizações operárias de orientação anarquista, tendo sido um dos promotores, em 1913, do II Congresso Operário Brasileiro. No final de 1918, participou dos preparativos de uma frustrada insurreição anarquista e, por conta disso, foi preso. Solto em 1919, começou a afastar-se do anarquismo e a defender os rumos tomados pela Revolução Russa. Em março de 1922, participou do congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e foi eleito secretário-geral da organização. Em novembro de 1930, acabou sendo atingido pelo “processo de proletarianização” do PCB e foi afastado da secretaria-geral do partido. No ano seguinte, após breve período de atuação junto ao Comitê Regional de São Paulo, desligou-se do PCB. A partir de então, dedicou-se durante muitos anos aos negócios particulares herdados do pai e, já como crítico literário reconhecido, colaborou no jornal carioca *Diário de Notícias* e na revista *Diretrizes*. Em 1944, publicou *Interpretações*, obra em que reunia estudos sobre literatura, com destaque para o artigo “Machado de Assis, romancista do Segundo Reinado”. Em 1945, foi delegado do Estado do Rio ao I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, e um dos redatores da declaração de princípios do encontro, marcada por críticas à ditadura de Vargas. Ainda em 1945, retornou ao PCB e passou a colaborar intensamente com a imprensa partidária. Dirigiu as revistas *Literatura*, *Problemas da Paz e do Socialismo* e *Estudos Sociais*, e colaborou com o jornal *Imprensa Popular* e com a revista *Novos Rumos*. Em outubro de 1964, foi preso em decorrência do golpe militar e permaneceu na prisão por três meses, já em estado de saúde precário. Morreu no Rio de Janeiro, em 1965. (CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2001).

¹¹⁵ Como afirma Secco: “Um primeiro exemplo de análise da obra gramsciana apareceu em outubro de 1947, quando a revista *Literatura* publicou um artigo de E. Carrera Guerra sobre *As cartas de Gramsci*, avaliando as críticas do comunista italiano a Benedetto Croce. Guerra era um crítico literário que depois escreveria vários artigos na *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr. O seu artigo foi o primeiro que analisou algum aspecto da obra de Gramsci, superando comentário biográfico (.)” (Secco, 2002, pp. 18-19)

do Rio de Janeiro¹¹⁶. *Presença* pretendia dar continuidade a publicações de um particular espírito político, tais como essas duas organizadas por Astrojildo Pereira. Nas palavras de Armênio:

“*Presença*, apesar do seu espírito renovador, quer dar continuidade à tradição de outras publicações brasileiras que, no passado, mantiveram laços estreitos e foram porta-vozes do movimento operário e revolucionário, tais como, *Movimento Comunista, Literatura, Diretrizes, Fundamentos, Estudos Sociais, Revista Brasiliense* etc.” (Guedes, 1983, p. 8)

Ou seja, os fundadores de *Presença* reivindicavam uma tradição comunista brasileira – que pode ser considerada como “não-vitoriosa” historicamente ao longo dos embates internos ao Partido Comunista –, da qual era integrante Pereira, assim como Armênio Guedes. Ainda, ao reivindicarem uma tradição política comunista brasileira, os intelectuais ao redor de *Presença* também defendiam, de modo indireto, que o comunismo no Brasil não fora mera imitação e/ou importação de “teses” russas, ou, mais recentemente, italianas.

Concebida sob a liderança de David Capistrano Filho (Carvalho, 2007, p.278)¹¹⁷ – médico que ganhou destaque nacional pela sua batalha em nome do serviço de saúde pública e posteriormente ingressou no Partido dos Trabalhadores, pelo qual disputaria eleições municipais (sendo eleito prefeito de Santos (1993-1996)) –, *Presença* reuniu colaboradores de diversas matizes da esquerda brasileira. Contudo, devido a divergências internas entre os organizadores da Revista, David Capistrano Filho não assume posição de centralidade na confecção e organização de *Presença*, mas continua a participar dos primeiros exemplares¹¹⁸. Já em fevereiro do ano seguinte (1984), Capistrano Filho fundará outro jornal, com o apoio de João Guilherme Vargas Netto, intitulado

¹¹⁶ Sobre Astrojildo Pereira e a revista *Estudos Sociais*, ver Arias, 2005.

¹¹⁷ O artigo de Maria Alice Rezende de Carvalho (2007) é a principal referência dentre as publicações sobre a Revista *Presença*.

¹¹⁸ O nome de David Capistrano Filho consta no Conselho de Redação de *Presença* até o quinto exemplar (Janeiro de 1985). No mais, Capistrano Filho escreveu um artigo – intitulado *Doze teses sobre a conjuntura política* – publicado no primeiro exemplar da Revista, no qual defende uma postura democrática, afirmando que caberia aos comunistas subordinarem seus interesses à democracia política. Ainda, segundo Capistrano Filho, a questão da sucessão presidencial havia se tornado o centro da conjuntura política – sobretudo, após o governo ter deixado de ser um dos vetores do processo de abertura política, depois do atentado do Riocentro. Caberia, portanto, aos democratas unirem-se em uma *frente* baseada no PMDB e no movimento sindical. Por fim, o autor inverte as compreensões usuais a respeito da crise econômica, afirmando que essa crise favorecería o avanço democrático no país (cf. Capistrano Filho, 1983).

A esquerda, que circularia quinzenalmente até 1985. Esse jornal, que possuía como subtítulo “democracia rumo ao socialismo”, assumiu uma postura de combate, especialmente no ambiente comunista da época.

Inicialmente, o centro produtor da revista *Presença* localizava-se na cidade de São Paulo, sob coordenação editorial de Marco Aurélio Nogueira, com o auxílio de Milton Lahuerta. Nogueira, após o primeiro ano da publicação de *Presença*, afastar-se-ia da editoria da publicação¹¹⁹. Nesse período, Milton Lahuerta torna-se o editor responsável da Revista – publicamente a partir do quinto exemplar de *Presença* (Janeiro de 1985), sendo que no quarto exemplar (Agosto/Outubro de 1984) não consta editor responsável¹²⁰. Além de aglutinar variados intelectuais ao redor da publicação, um grupo de artistas também se vinculou à Revista, integrando um Conselho de Arte. Entre outros, destaca-se os nomes de César Teixeira, Jaime Prades, Zé Carratü, Laerte Coutinho e Milton Sogabe¹²¹.

Entretanto, com o passar do tempo, a produção da revista em São Paulo passa a enfrentar problemas, os quais acarretam em certa ausência de sustentação, transferindo-se, em 1986, para a cidade do Rio de Janeiro. A partir desse momento, Maria Alice Rezende de Carvalho torna-se a editora responsável de *Presença*, sendo possível se afirmar que se, por um lado, a Revista manteve em essência seu espírito crítico, aberto ao diálogo, e fortemente democrático, por outro lado, tendeu a ganhar um perfil renovado, com ar mais acadêmico – devido, em grande parte, a proximidade de seus colaboradores cariocas com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) –, como também adquiriu

¹¹⁹ Entre 1984 e 1985, Marco Aurélio Nogueira viajou à Europa para realizar um pós-doutoramento na Università degli Studi La Sapienza de Roma (Itália).

¹²⁰ Os primeiros exemplares de *Presença* não possuíam editor público. O sétimo exemplar (Março de 1986) de *Presença*, o qual se situa – como indicaremos – em um período de transição física da Revista para o Rio de Janeiro, tem como editores principais Marco Aurélio Nogueira, Milton Lahuerta e Luiz Werneck Vianna. Além dos nomes já citados, merece destaque também o papel desempenhado por João Quartim de Moraes, Marcos Del Roio, Ricardo Carneiro e Alberto Aggio.

¹²¹ Esse conselho de arte é desmontado quando ocorre a transferência da produção da Revista para o Rio de Janeiro (entre o sétimo e o oitavo exemplar). Destaca-se que José Luiz Carratü (no primeiro exemplar da revista o artista assina o corpo editorial como Zé Caramuru) participou conjuntamente com M. Lahuerta da editoria do sexto exemplar da Revista. Por fim, merece ser ressaltado que parte desses intelectuais foram integrantes do grupo “TupiNãoDá”, pioneiro coletivo de artistas “de rua” no Brasil.

uma maior dose de “profissionalismo”¹²². Nesse novo período, além de Rezende de Carvalho, Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna e Luiz Werneck Vianna também assumiriam um papel central nos exemplares da Revista¹²³.

Ao longo de sua história, *Presença* contou com mais de 200 colaboradores, merecendo destaque, em volume de publicação, os seguintes autores (em ordem decrescente de número de intervenções publicadas):

Principais colaboradores de <i>Presença</i>	Número de artigos
Luiz Werneck Vianna	17
Leandro Konder	13
Maria Alice Rezende de Carvalho	12
Luiz Sergio Henriques	9
João Quartim de Moraes	8
Marco Aurélio Nogueira	7
Maria Lúcia T. Werneck Vianna	7
Carlos Nelson Coutinho	6
Alberto Aggio	5
Rubem Barbosa Filho	5
Alba Zaluar	4
Cesar Guimarães	4
Ivan Ribeiro	4
Manuel Palácios	4
Marcos Tadeu del Roio	4
Marilena Vianna	4
Wanderley Guilherme dos Santos	4

Seus conselhos de redação, editorial e de arte também agregaram uma centena de colaboradores. Especificamente no Conselho de Redação, foram integrantes, ao longo dos exemplares¹²⁴:

Acácio Werneck	Alberto Aggio	Alberto Castiel
Angelo Del Vecchio	Armênio Guedes	Cláudio Guedes

¹²² É justamente em parte dessa fase da Revista que o auxílio à publicação do CNPq será fornecido. No mais, destaca-se que após a transferência da Revista ao Rio de Janeiro, *Presença* deixaria de ser uma publicação da Editora Caetés, passando a ser, a partir do seu exemplar n. 9 (Fevereiro de 1987), uma publicação do Centro de Pesquisas e Difusão Cultural.

¹²³ O memorável exemplar n.17 de *Presença* é de editoria conjunta de Maria Alice R. de Carvalho e Milton Lahuerta. Esse exemplar, no qual questões em torno do fim do socialismo real são debatidas, possui ampla parte de suas páginas dedicadas a análise da obra de Gramsci (com um suplemento escrito por Paulo Arantes sobre Gramsci e as origens do idealismo alemão).

¹²⁴ Ao longo dos exemplares verifica-se uma variação dos integrantes de tal conselho. No último número da Revista *Presença* (nº. 18), foi apresentado um conselho de redação provisório, dividido nacionalmente – o qual em grande parte continha já membros anteriores (os integrantes específicos desse Conselho não estão presentes na tabela acima – fruto da proposta de refundação da Revista (indicada no exemplar nº.17).

David Capistrano Filho	Domingos Giroletti	Francisco Brossard
Ivan Ribeiro	João Batista de Andrade	João Quartim de Moraes
Luiz Werneck Vianna	Manuel Palácios	Marco Aurélio Nogueira
Marcos Tadeu del Roio	Maria Alice R. de Carvalho	Maria Lúcia T. W. Vianna
Milton Lahuerta	Orlando Miranda	Ricardo Carneiro
Roberto Ferraz do Amaral	Ruth Tegen	Sérgio Gomes

Número significativo dos colaboradores de *Presença*, sobretudo se enfocarmos nos primeiros exemplares, foi integrante do semanário *Voz da Unidade*, periódico vinculado ao PCB, fundado em 1980 a partir do qual um grupo de jovens comunistas buscava expressar suas opiniões e pedidos de renovação da política e da estrutura partidárias.

Esse jornal, *Voz da Unidade*, foi organizado, principalmente, por integrantes do recentemente reorganizado Comitê Paulista do PCB, em grande parte, à margem do Comitê Central que se encontrava exilado. Funcionou como meio de expressão de uma vertente de comunistas que buscavam enfrentar as problemáticas contemporâneas, assim como, de modo abrangente, renovar as teses políticas comunistas.

Parte dos editores e colaboradores da *Voz da Unidade* já havia participado de outra proposta editorial que também buscava ser renovadora: a publicação da revista *Temas de Ciências Humanas*. Criada pelo editor Raul Castell, conjuntamente com um grupo de professores da Escola de Sociologia e Política e alunos de pós-graduação da USP, a Revista circulou ao longo de dez exemplares (de 1977 a 1981). Seu corpo editorial era composto por Gildo Marçal Brandão, José Chasin, Marco Aurélio Nogueira e Nelson Werneck Sodré, além de Raul Castell. Objetivando construir um espaço e uma interpretação alternativa às teses defendidas pela “velha guarda” do PCB e pelos adeptos à luta armada, assim como se opor às teses da esquerda acadêmica (reunida, em grande parte, em torno da USP e do Cebrap), em especial à “teoria do populismo”, a revista assumia um claro perfil teórico¹²⁵. Se, por um lado, a influência do Partido Comunista era evidente, basta observarmos seus integrantes, é notável a clara intenção de inovar as teses marxistas brasileiras a partir das obras de Lukács. Esse teórico marxista marca claramente a fisionomia intelectual dessa revista.

¹²⁵ Sobre *Temas de Ciências Humanas*, ver a entrevista concedida por Brandão e Nogueira sobre a Revista (presente no exemplar n.8 (1980) da publicação, republicado em Brandão, 2010), assim como Lahuerta, 1999, p 165, nota 100.

Contudo, ao longo dos exemplares, é possível se observar uma abertura a novos referenciais teóricos – ainda tímida, se comparada à grande influência de Lukács –, tais como Gramsci. Como nos afirma Brandão:

“em 1976, (...) um grupo de professores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pós-graduandos na USP resolvemos criar uma revista, *Temas de Ciências Humanas*, que entre 1977 e 1980 viria a atrair uma série de intelectuais de esquerda, alguns então exilados, que de uma ou de outra maneira eram hostis ao mundo intelectual da chamada “esquerda revolucionária” e gravitavam em torno da política frentista do velho PCB e de autores como Georg Lukács, Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti, para os quais até então tanto a esquerda acadêmica como a velha guarda do “Partidão” torciam o nariz.” (Brandão, 1999)

Entretanto, se em *Temas de Ciências Humanas* pode-se observar os indícios de uma renovação teórico-conceitual (especialmente a partir de Lukács), é no jornal *Voz da Unidade* que será construída uma guinada explicitamente pró-renovação das posturas políticas dos comunistas, caminhando em direção a uma posição claramente democrática (pró-transição política à democracia), na qual diversas temáticas serão enfrentadas. Como nos informa Rezende de Carvalho:

“(...) fruto da iniciativa, dentre outros, de David Capistrano Filho, Marco Aurélio Nogueira e Gildo Marçal Brandão, em São Paulo, bem como de Luiz Mário Gazzaneo e Ivan Ribeiro, no Rio de Janeiro, e que se viria a se constituir no principal órgão de defesa, à esquerda, da “via de transição”, assim como a ampla mobilização da militância em torno da preparação do VII Congresso do PCB, revelam a tônica de uma trajetória comunista que parecia seguir escalando o caminho da renovação, da construção de um partido democrático de massas, comprometido com a idéia de um futuro democrático e socialista para o Brasil.” (Carvalho, 2007, p.277)

Todavia, com o gradual retorno ao Brasil dos integrantes do Comitê Central, esses jovens comunistas – que se situavam, sobretudo, ao redor do Comitê Paulista e Carioca (em grande parte vinculados ao ambiente universitário) – tiveram seu espaço de ação reduzido no Partido e, posteriormente, foram afastados da direção do Semanário, marginalização que se consolidou na vitória do chamado “Comitê Biônico” no VII Congresso do PCB (1983). Assim, é sob esse “clima intelectual” que nasce *Presença*, uma iniciativa de parte do marginalizado grupo de comunistas (agora muitos desses afastados ou mesmo

fora do PCB)¹²⁶. No mais, ressalta-se que o resultado do VII Congresso ocasionou o abandono da defesa da democracia e o retorno da questão nacional como principal problemática do Comitê Central do PCB. Ou seja, observa-se um movimento de retorno à pauta anterior, que assumia a questão nacional como central e a questão democrática como secundária, ou apenas considerava a democracia instrumentalmente¹²⁷.

É nesse contexto, nesse universo da esquerda política, em especial, comunista, que a revista *Presença* se insere. Como nos descreve Brandão, ao dissertar sobre David Capistrano Filho:

“Àquela época (anos 1980), todas as esquerdas estavam destroçadas, mas os ventos começaram a mudar a favor da democracia. Por um momento, os comunistas foram particularmente beneficiados nesse processo, provavelmente por terem optado cedo pela luta política democrática e pela aposta no velho MDB.

Começamos a reorganizar o velho partido em São Paulo contra a vontade do Comitê Central exilado e David logo iria se tornar o pivô desse esforço, seu principal dirigente; e, em seguida, a cabeça política do que se convencionou chamar (inadequadamente) de “eurocomunismo” no Brasil.

Desse movimento crepuscular, mais criativo, iriam nascer iniciativas de terreno sindical, como o Comitê de Ação Metalúrgica de São Paulo, a criação de uma série de movimentos sociais e associações de bairro, sobretudo, uma rede de militantes que contribuiriam decisivamente para pôr de pé a estrutura do PMDB.

¹²⁶ Nem todos os antigos integrantes da *Voz da Unidade* ingressaram em *Presença* e/ou se afastaram do PCB. O jornal continuou a circular, coordenado por outro grupo de comunistas vinculados ao Comitê Central do Partido, até o 9º Congresso do Partido, em 1991.

¹²⁷ Maria Alice Rezende de Carvalho ressalta que esse período marca uma *contradição* no campo comunista. Em suas palavras: “De modo que, para os comunistas, o encerramento dos anos 1970 conhecerá uma contradição: se, de um lado, assistia-se à ascensão da influência do PCB na política brasileira, a partir da sua atuação nas diversas frentes em que se tratava a luta pela derrota política do regime militar, de outro lado, o retorno da direção do partido e a prescrição de um “frente de esquerda” por Prestes abriram um novo ciclo de lutas internas ao PCB culminando com a vitória, no VII Congresso (1982), de uma perspectiva contrária à chamada “via de transição” [ou seja, o grupo em torno do *Voz da Unidade*]. Contra o aprendizado acumulado pela geração de comunistas que organizou a resistência ao regime militar e concebeu a política de transição à democracia, o novo Comitê Central – dito “Comitê Biônico” – reafirma a prevalência da questão nacional, faz renascer, das cinzas dos anos 1950, a idéia de “socialismo de Estado”, com todas as perversões, no plano organizacional, que tal legado sugeria, confere sobrevida ao status quo do corporativismo sindical, distanciando-se, imediatamente, do operariado moderno e abrindo enorme fosso em relação às lutas e aspirações da sociedade brasileira, bem como em relação à sua própria história recente.

Afastando-se, então, do partido, será aquela geração que buscará resgatar sua influência no âmbito desse debate político e cultural brasileiro, entendendo serem os comunistas uma larga corrente de opinião, presente há muitas décadas no país, e a força política que melhor simbolizaria a amplitude de um sistema partidário em contexto democrático. Isso se dará, principalmente, com a criação de *Presença* – Revista de Política e Cultura.” (Carvalho, 2007, p.255-256)

Iriam nascer também revistas acadêmicas e políticas como a *Temas de Ciências Humanas* e a *Presença*, jornais como a *Voz da Unidade*, editoras como a *Oboré* e uma série de textos e livros que demonstram o quanto o marxismo de matriz comunista havia alcançado a maturidade: sua decadência não o impediu de um dos principais vetores pelos quais grande parte da esquerda brasileira fez sua opção radical pela democracia.” (Brandão, 2010, p. 247)¹²⁸

Presença – Revista de Política e Cultura é, portanto, um dos frutos intelectuais desse grupo de comunistas que aderiram à democracia ao longo das décadas de 1970 e 1980 no Brasil¹²⁹. Além desse campo marxista-comunista no

¹²⁸ Um depoimento detalhado a respeito do jornal *Voz da Unidade* está disponível em DVD incluso no livro organizado por Simone de Castro Tavares Coelho, *Gildo Marçal Brandão: Itinerários intelectuais* (Brandão, 2010).

¹²⁹ Luiz Werneck Vianna, em suas entrevistas, reconstitui tanto o período histórico, quanto o campo político, nos quais a revista *Presença* foi concebida. Transcrevemos parte da entrevista concedida, em 17 de julho de 2008, a Ângela Paiva, Maria Alice Rezende de Carvalho e Marcelo Burgos, de especial interesse a nossa pesquisa, abaixo:

“Maria Alice – E foi um contexto de muita política também, de organização dos intelectuais comunistas em torno da Revista *Presença*, de luta interna no PCB...”

Werneck Vianna – É, a relação intrínseca entre política e Ciências Sociais finalmente tinha encontrado um caminho ordenado de ser. Eu tinha um grupo político em São Paulo e outro no Rio. Então, quando eu ia dar uma aula em Campinas, já passava uma noite em São Paulo, na casa, em geral, do David Capistrano Filho, pois fazíamos parte da redação da *Voz da Unidade*, que era o jornal do Partido Comunista.

Marcelo Burgos – E aqui no Rio?

Werneck Vianna – Aqui no Rio havia uma sucursal da *Voz da Unidade* no começo dos anos 80. Formávamos um grupo de intelectuais reformadores da esquerda, digamos assim, na afortunada circunstância em que a direção do Partido Comunista Brasileiro estava no exílio. Assim pudemos montar, com base em nossas concepções, um veículo, com grande aceitação pública. O projeto de reforma podia ter dado certo. Mas, foi golpeado pela dita- dura militar. As bancas de jornal que vendiam o *Voz da Unidade* passaram a ser dinamitadas, embora a *Voz da Unidade* não chamasse ninguém para a luta revolucionária. Era um jornal de esquerda, inteligente, esperto, renovado.

Ângela Paiva – Isso foi na época das bombas, do Riocentro, por volta de 1980, 1981?

Werneck Vianna – Isso mesmo. É quando a direção do PCB volta para o Brasil. E na medida em que nós não conseguíamos vender o jornal em bancas, porque seus donos se sentiam ameaçados, nós nos fragilizamos e passamos de uma posição de autonomia em relação ao Partido, a uma relação de dependência, porque não tínhamos recursos para continuar a publicá-lo. Começamos então a criar festas. Fizemos uma festa importante no bairro de Vila Isabel, Rio de Janeiro. Foram centenas de pessoas e a organização foi muito boa, com barraquinhas e tal. Concebemos, então, um megaevento, a ser realizado no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, para um público estimado em milhares de pessoas. Era a possibilidade de nós termos recursos para enfrentar, com autonomia, a direção do PCB, que queria impor a linha, o caminho. No dia marcado, a repressão impediu a festa. Isso foi uma morte. A partir daí, o Partido intensifica sua pressão sobre a direção do jornal e nós acabamos saindo. Saímos, primeiro, do jornal, e depois do Partido.

Ângela Paiva – E então?

Werneck Vianna – Alguns irão para o PT, como foi o caso do David, que se tornou um político importante do Partido dos Trabalhadores, tendo sido eleito para a Prefeitura de Santos. Ele era médico, aliás, uma das melhores expressões do movimento sanitário brasileiro, e participou da gestão de Serra, quando Ministro da Saúde. Antes, porém, de sua ida para o PT, David teve um último gesto de resistência ainda, que foi a criação da Revista *Presença*. Mas a *Presença*, com seu grupo, durou muito pouco tempo, pois o David era o grande dirigente desse movimento e estava de saída, rumo ao PT.

qual a revista está situada, também é necessário se recordar que, como buscamos indicar no capítulo anterior, ao longo desses anos de transição política, a temática democrática também foi desenvolvida por outros intelectuais a partir de uma linguagem vinculada ao “marxismo acadêmico”. Desse modo, as teorias produzidas por esses acadêmicos, e suas ações políticas, também integravam o contexto no qual *Presença* se inseriu. Portanto, as contribuições publicadas na Revista estavam em diálogo também com essas outras teorias do período. E, mais do que isso, os intelectuais organizados ao redor de *Presença* buscavam elaborar construções teóricas alternativas às visões defendidas por esse outro grupo de intelectuais.

Além do mais, como desenvolveremos de modo mais detalhado a seguir, um forte embate ideológico – o qual superava a publicação – atravessou as páginas de *Presença*: os intelectuais ao redor da Revista se opunham, em grande parte, às posições políticas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Aos olhos do grupo de intelectuais de *Presença* seria necessário se construir um ator coletivo de esquerda alternativo, mais amplo que o PT, que possibilitasse a real democratização do Brasil.

2.1. A questão dos partidos políticos em *Presença*

Dado o contexto histórico em que a revista *Presença* se inseriu, é previsível que as questões partidárias fossem desenvolvidas com centralidade ao longo de

Ângela Paiva – E quem constituía esse grupo?

Werneck Vianna – Aqui no Rio, o Ivan, Carlos Nelson, Leandro, Gazzaneo... Em São Paulo, Gildo Marçal Brandão, Marco Aurélio Nogueira... Com esse grupo originário, a *Presença* emplaca uns dois ou três números apenas, até que David abandona o projeto. Nós, então, trouxemos o projeto *Presença* para o Rio de Janeiro e passamos a operar, daqui, a tentativa de mudança da cultura de esquerda no Brasil. Já aí, com os personagens que ficarão na *Presença* até o fim, como a Maria Alice, Maria Lúcia, Brossard...

Marcelo Burgos – Esse processo de construção da revista *Presença* é homólogo à própria transição democrática, não?

Werneck Vianna – É. A *Presença* antecede a Constituição. E, desde o início, estava claro que ela teria que ser um projeto artesanal, para o que, inclusive, as minhas múltiplas ligações universitárias muito contribuíam, porque eu viajava bastante, nessa época, e saía montando grupos políticos em torno da revista. A rede que montamos chegou a ser impressionante: Juiz de Fora, Campinas, Vitória, no Espírito Santo, Araraquara, Salvador, Campina Grande, na Paraíba, e por aí afora...” (Entrevista completa disponível no portal *Gramsci e o Brasil* (www.acesa.com/gramsci)).

seus exemplares. As questões sobre o PCB, que perpassam toda a história da Revista, giram em torno da urgente necessidade de renovação desse Partido – assim como, a própria ação política dos comunistas brasileiros, de modo abrangente, também deveria ser renovada – e, conseqüentemente, da decadência da importância do papel assumido pelo Partido¹³⁰.

Marco Aurélio Nogueira, por exemplo, em “Comunistas, comunismo: o desafio da renovação” (cf. Nogueira, 1983), artigo publicado no primeiro exemplar de *Presença*, além de explicitar essa necessidade de renovação, ressalta que a crise em torno do comunismo brasileiro possuía a particularidade de ser mais grave que a do comunismo mundial, pois continha como aspecto central a sua própria capacidade de sobrevivência. Essa capacidade estava relacionada, segundo o autor, com a questão do Partido – e do movimento comunista (como um todo mais amplo) – se inserir na institucionalidade e preencher o espaço que caberia a ele na sociedade brasileira, o qual foi perdendo espaço especialmente ao longo dos anos 1970 e 1980. A seu ver, lugar para um partido comunista na estrutura institucional democrática existiria, dado que os comunistas estariam presentes na vida política-cultural brasileira há décadas, teriam uma tradição de luta e persistência como movimento organizado, sendo parte integrante da história brasileira e, portanto, candidatos naturais de uma posição em um sistema partidário democrático livre. E, mais do que isso, o avanço da sociedade brasileira impunha a necessidade de um pluralismo, no qual a organização autônoma dos comunistas representaria a organização autônoma de todos. Mas, ainda segundo o autor, os comunistas brasileiros não preencheram adequadamente esse espaço que lhes caberia. As lutas internas eram uma constante, assim como o desgaste perante a massa. Até durante o *intermezzo* (1945-64), quando houve uma certa liberdade política, os comunistas não souberam ocupar eficazmente seu espaço e insistiram em lutar entre si e dividirem-se. Mas foi, justamente, nos anos 1960 e 1970 que os comunistas se desestruturaram organicamente, período em que a sociedade brasileira atingiu o auge da modernização capitalista. Descreve Nogueira a situação que os comunistas brasileiros enfrentavam:

¹³⁰ Em grande parte explicada pela não-renovação político-partidária, segundos os intelectuais vinculados à Revista.

“[E]m suma: por força de suas próprias fraquezas, divisões e incompreensões, da implacável perseguição e das armadilhas pregadas pela modernização conservadora do país, os comunistas ficaram relativamente despreparados para se inserir com plenitude na nova sociedade que emergia, na qual se tornou muito mais complexa a luta pela democracia e pelo socialismo. Tenderam a ficar algo deslocados numa sociedade cada vez mais impossível de ser pensada e transformada a partir de fórmulas enrijecidas e discursos cifrados, e além do mais marcada por um alto grau de exigência e sofisticação no terreno da política; uma sociedade efetivamente pluralista, em que a riqueza do corpo social exclui qualquer monopólio de representação e em que apenas partidos de massas – fortes, representativos, modernos, democráticos – têm chances como sujeitos políticos. Não surpreendeu, portanto, que do bojo do processo de fortalecimento da sociedade civil e da retomada da democratização não tenham emergido os comunistas como principal expressão partidária da classe operária” (Nogueira, 1983, pp. 92-93).

Por outro lado, conjuntamente a esse diagnóstico crítico, Nogueira ressalta que o PCB também realizou atitudes elogiosas, como ter resistido à luta armada, ter funcionado como um vetor e fonte de união do universo democrático e ter estruturado uma “sociedade civil” comunista. Mas, para o autor, a crise de identidade e de direção limitava a inserção do partido na conjuntura política contemporânea, o que comprometeria o futuro do partido. A única solução para o PCB, segundo o autor, seria um aprofundamento da luta pela renovação do pensamento e das ações comunistas, organizando todos os comunistas comprometidos com a democracia para uma atuação clara e coerente. O PCB deveria se tornar assim, “a expressão da unidade na diversidade, aberto a todos comunistas e revolucionários, enraizado nas massas e no conjunto da vida social. Um partido democrático com a sociedade e em sua organização” (Nogueira, 1983, p. 96).

As questões sobre o PCB continuaram a ser desenvolvidas ao longo de quase todos os exemplares ou, mesmo – se aceitarmos referências indiretas –, em todos os exemplares de *Presença*. De modo amplo, pode-se afirmar que as reivindicações sinalizavam para o mesmo caminho apontado por Nogueira em seu artigo do primeiro número da Revista: cada intelectual, a seu modo, buscava ressaltar a urgência de uma renovação democrática ao redor do Partido e de suas teses e ações políticas. Porém, apesar de repetitivo, é importante ressaltar que esses autores faziam questão de enfatizar que os comunistas brasileiros (e o PCB) possuíam uma história respeitável.

Entretanto, as questões partidárias não se limitavam às questões e análises sobre o PCB. Uma característica central da posição política e da fisionomia político-intelectual que a Revista assumia diz respeito aos partidos políticos: uma sociedade democrática tal como a que se desenhava no horizonte brasileiro era dependente de partidos políticos modernos que propiciassem vazão às reivindicações populares e de classe, segundo as proposta de *Presença*. Os grupos ao redor da sociedade civil, os movimentos sociais, as massas populares *necessitavam* de um partido para se expressarem e se organizarem politicamente. A importância fundamental do papel exercido pelos partidos políticos na democracia era sempre ressaltada ao longo dos exemplares da Revista. De modo distinto à argumentação de Weffort, por exemplo, apresentada anteriormente (Capítulo 3), existia por detrás das propostas dos intelectuais vinculados à *Presença* uma maior dose de ceticismo e, até mesmo, de descrença na possibilidade de uma “sociedade civil” independente, liberta de modo autônomo do Estado, a qual agiria politicamente sem o auxílio de uma organização partidária¹³¹. Se, por exemplo, os novos movimentos sociais e os movimentos sindicais eram vistos positivamente pelos intelectuais ao redor de *Presença*, também eram evidentes as dúvidas perante o futuro desses, caso os partidos democráticos contemporâneos não os englobassem de modo democrático. E, mais do que isso, o partido democrático, que a conjuntura política brasileira do período exigia, deveria ser amplo, abrangente, não se limitando a um dado segmento ou classe social, segundo a leitura mais geral dos intelectuais ao redor de *Presença*.

Dessa forma, além de questões sobre o PCB, desenvolvimentos teóricos e conjunturais sobre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) também estão presentes na Revista. Lembremos que, dada a proibição legal realizada ao PCB (extinta em 1985), grande parte dos intelectuais, que publicou suas opiniões e análises em *Presença*, realizou a chamada “dupla-militância” PCB-PMDB.

¹³¹ Contudo, não estamos acusando Weffort e outros autores vinculados a essa forma de pensar de ingênuos. Apenas acreditamos que, ao menos em *Por que democracia?*, se por um lado pode-se observar claras dúvidas sobre o futuro da transição política brasileira, por outro, pode-se notar uma clara esperança relacionada aos atores políticos associados à “sociedade civil” (tal como entendida por Bobbio), de modo mais independente da importância da função a ser exercida pelos partidos políticos.

A maior organização partidária do período¹³² também esteve presente nas análises, as quais, em grande parte, observavam de modo crítico as ações do PMDB. Esse Partido, “de caráter frentista”, sempre esteve, aos olhos dos autores, correndo o risco de se tornar uma frente “amorfa” (*cf.* Cardoso, 1983), ou ainda, administrativamente ineficaz (*cf.* Dória, 1983). Se representava inicialmente um caminho, de alguma forma, certo de se seguir democraticamente, por outro lado, não se afirmava como um partido democrático de massas com bases sólidas, se caracterizando mais como um possível germe partidário que tendia a não se realizar do modo desejável.

Porém, o que é interessante de se ressaltar é como por detrás de uma defesa de um tipo específico de partido político e de agir politicamente em um – ou a caminho de um – regime democrático, existia uma leitura particular da conjuntura político-social brasileira, a qual não era consensual no campo da esquerda política.

Como buscamos ilustrar ao longo dos capítulos anteriores, a partir de movimentos teórico-conceituais distintos, Cardoso, Coutinho e Weffort, entre outros intelectuais brasileiros do período, recusaram parte das interpretações do Brasil vigentes nos anos 1960 e 1970 – tanto as interpretações associadas ao marxismo-leninismo da Terceira Internacional (no caso de Coutinho), como as interpretações relacionadas com a teoria da dependência ou com certo determinismo histórico que pode ser expresso na relação necessária e direta entre progresso/modernização e democracia (nos casos de Cardoso e Weffort). Essas interpretações impossibilitavam a compreensão da conjuntura política associada ao regime autoritário, assim como da importância que a democracia política deveria assumir nos caminhos futuros do país. De modo genérico, as novas teses reconheciam que a “modernização conservadora” – para utilizarmos um conceito de Barrington Moore Jr. –, fortalecendo muito o aparelho de Estado, não anulou os pressupostos ou possibilidades de uma sociedade civil no país. Contudo, a partir desse ponto, é possível se observar nítidas divergências entre as teses dos autores, sobretudo entre a tese de Coutinho e demais intelectuais

¹³² Ressalta-se que o PMDB nas eleições de novembro de 1982 conquistou as seguintes vitórias: “12.305 vereadores, 1.345 prefeitos, 420 deputados estaduais, 200 federais, 20 senadores e 9 governadores estaduais” (Cardoso, 1983, p.81).

comunistas de um lado e a de Weffort e demais intelectuais que fundariam e/ou se filiariam ao PT de outro.

Se a aposta na importância da crescente sociedade civil pode ser encontrada nos trabalhos dos dois grupos, o cacife apostado no papel da sociedade civil, dos movimentos sociais, do novo sindicalismo, assim como – de modo geral – nos “novos atores políticos”, é elevadíssimo sobretudo no trabalho de Weffort. E, mais do que isso, nas teses desse segundo grupo, além da descrença no papel do Estado ser sempre enfatizada¹³³, pode se observar uma nítida intenção de se apresentar como (e/ou defender a criação de) uma alternativa de ruptura com a tradição política brasileira. Para Weffort, por exemplo, era necessário se superar a própria esquerda histórica brasileira (inclusive a esquerda comunista), dado que essa não apresentava uma mudança necessária com laços da história e da política conservadora característica do Brasil (cf. Weffort, 1984, especialmente pp. 74-99). Ainda, para esse autor, era necessário que os “atores políticos de baixo”, os novos atores políticos, assumissem papel decisivo na transição, apresentando, quando necessário, um posicionamento de classe. A sociedade civil, para Weffort, era (ou deveria ser) essencialmente uma sociedade de classes, a qual dava sinais de uma diferenciação social (de classes) necessária ao longo da década de 1980¹³⁴. Em consequência, pode-se deduzir que um novo partido político deveria representar uma classe determinada dessa sociedade.

Coutinho explicita sua divergência em relação a essas posições assumidas por Weffort – ou, mais genericamente, sua divergência em relação à postura política do PT – quando afirma, em debate, que:

¹³³ Werneck Vianna também faz questão de também enfatizar a necessidade da esquerda romper com a tradição de conceber a política pelo Estado. Em suas palavras: “A esquerda, especialmente a de extração operária, se não rompe com sua tradição de conceber a política pelo Estado – cujas raízes estão no anacronismo de uma concepção nacional-libertadora –, não terá como opor uma alternativa à nova política dos setores hegemônicos do grande capital. Ruptura que deve deslocar o eixo da sua orientação para a sociedade civil, particularmente para sua implantação nos movimentos sociais de classe operária e das classes populares.” (Vianna, 1988, p. 13)

¹³⁴ Se Weffort realiza uma valorização do posicionamento de classes, nos trabalhos de Cardoso (1975) é possível se observar uma espécie de elogio ao dissenso para a realização da democracia substantiva. Pode-se contrastar, assim, com a interpretação abrangente realizada pelos comunistas, a qual defendia a criação de um consenso em busca de se conquistar/construir a hegemonia em uma sociedade democrática.

“[P]enso que a “ocidentalização” ainda não nos dispensou de continuar colocando como uma tarefa fundamental a consolidação definitiva dessa sociedade civil. Vou propor uma polêmica que me parece interessante. Acho que o PT pensa a sociedade brasileira como sendo tão maduramente “ocidental” – ou seja, na qual já estão definidas e consolidadas essas instituições da sociedade civil – que se trataria hoje de definir a polarização de forças de modo claramente classista, ou melhor, em torno de blocos contrapostos. Em suma: já teríamos superado isso que ainda me parece uma tarefa importante, a definitiva consolidação da sociedade civil. Nesse sentido, diria que o Brasil é hoje uma sociedade ocidental, ou em processo crescente de ocidentalização, mas que a consolidação desse processo é ainda uma tarefa por concluir. E, por isso, ao contrário do que o PT supõe, vejo como ainda necessário um razoável grau de entendimento e de acordo entre a esquerda e os liberais para a consolidação desse processo.” (Garcia, 1986, p. 65)

Ou seja, Coutinho busca indicar que dado que o Brasil não possuía um perfil político “ocidental puro”¹³⁵ – não era plenamente, em todas as suas esferas político-sociais, moderno – era necessário para a efetivação da democracia no país, um partido de caráter mais amplo (não-estritamente classista) ou a construção de frentes democráticas (que incorporassem não só a esquerda, como também os liberais)¹³⁶.

Variados desdobramentos dessa temática se realizam nas páginas de *Presença*. As formas divergentes de agir e analisar a sociedade (de *Presença* em relação ao PT) estão explícitas na Revista¹³⁷.

¹³⁵ Essa questão foi trabalhada de modo mais cuidadoso, com referências ao estudo de Portantiero a respeito da América Latina, no capítulo 2. Lembra-se que justamente devido ao fato de o Brasil ser considerado “ocidental” a importância do papel a ser assumido pelos partidos políticos era elevada.

¹³⁶ Sobre a questão do moderno, não deixa de ser interessante recordar que o título do livro de Werneck Vianna, publicado em 2011, focado em análises de conjuntura da “era Lula”, é *A modernização sem o moderno*. Ou seja, esse problema continua, ou melhor, é reposto de outro modo em uma conjuntura política mais contemporânea para o autor.

¹³⁷ Dado o espírito aberto ao debate de *Presença* é possível se observar variadas contribuições divergentes. No primeiro exemplar da Revista encontra-se, por exemplo, uma entrevista concedida por Marilena Chauí a Renato Pompeu, no qual a filósofa afirma a sua posição política (vinculada ao PT). Já no segundo exemplar da Revista é publicado um artigo escrito por Acácio Werneck, “O PT e a cruzada infantil”, no qual o autor realiza críticas extremadas ao PT, as quais podem ser sintetizadas, em parte, pelo parágrafo final de seu artigo: “O PT flutua hoje no ecletismo filosófico, ideológico e político. Acaba por não possuir teoria revolucionária embora queira fazer uma revolução, que como sabemos é um movimento “não-espontâneo”, consciente, coerente, consistente-racional. Sua cruzada acaba por ser irracional.” (Werneck, 1984, p. 54)

Essas críticas são rebatidas por Marco Aurélio Garcia, no número seguinte da Revista, em “A cruzada anti-PT do Professor Acácio”, na qual o representante do PT busca explicitar equívocos históricos da análise de Acácio Werneck, assim como, apresentar a posição teórica do PT: “O PT, por certo, não possui uma teoria revolucionária. Ele não é, nem pretende ser, uma “fábrica de estratégias” (Negri). Em uma fórmula muito simples, Lula tem insistido que o socialismo que o PT deseja será definido na ação das massas contra a exploração e a dominação política.

No limite, podemos afirmar que os intelectuais ao redor da revista *Presença* possuíam a intenção de construir um ator coletivo amplo em contraposição à postura do PT, o qual (PT) com o passar do tempo começa a ganhar cada vez mais força no interior do campo político brasileiro.

Luiz Werneck Vianna, no artigo “A esquerda, a cultura política jacobina e os neoliberais”, publicado em novembro de 1989, no exemplar quatorze de *Presença*, ao realizar uma análise de maior abrangência sobre a história e a esquerda brasileira, desenvolveu algumas questões interessantes a respeito do PT. Apresentando, novamente, uma crítica aos comunistas agrupados em torno do PCB, Werneck Vianna afirma que o “tempo perdido” pelos comunistas faz com que a concorrência com o PT venha à tona. O discurso jacobino, fortemente pautado nas “vantagens do atraso” como alavanca para o salto revolucionário, professado por parte dos comunistas já não geraria efeitos em face à nova cultura política moderna de esquerda, o “sindicalismo de resultados”. Em suas palavras:

“Os comunistas do PCB, ao se agarrarem à tradição da sua cultura política, resistem à mudança, e, quando a fazem, mais tarde, obrigados pelas circunstâncias, inclusive internacionais – o peso da perestroika não foi pequeno –, o **tempo** certo foi perdido. Ao contrário da perestroika, uma verdadeira mudança política, que implicou a queda do antigo grupo dirigente e denunciou o caráter aindemocrático e antisocialista de suas práticas, o “socialismo renovado” à brasileira se instituiu como a tábua de salvação de elites partidárias curtidas no stalinismo e no conservantismo bresnevista. A perda do fator **tempo** vai trazer a concorrência do PT, que nasce com a vocação do interesse e de uma cultura política com raiz na sociedade, nas bases, na vida associativa e na representação.

O processo político da transição coincide com o desencanto do PCB, que se esvazia na medida em que a democratização avança, desconstruindo o seu discurso e cultura política com a nova mentalidade que se afirma no movimento de massas emergente.” (Vianna, 1989, p.10)

Contudo, para o autor, o risco de certo jacobinismo também reside no PT, dado esse ser uma amálgama do “moderno e do atraso das classes subalternas” (Vianna, 1989, p.14).

Todavia, é Maria Alice Rezende de Carvalho – quase 15 anos após o término da Revista – que melhor expressa a relação de *tensão* existente entre o

Este objetivo está muito longe da Jerusalém a ser libertada a que alude nosso douto professor.” (Garcia, 1984, p. 73)

grupo reunido em *Presença* e o PT, ao propor que a “nova cultura de esquerda”, em grande parte agrupada em torno do PT – Partido que buscava ser (e foi) expressão desta nova cultura –, procurava romper com a tradição e a cultura de esquerda brasileira, enquanto os intelectuais em torno de *Presença* desejavam reinterpretar e se vincular a tal tradição brasileira. Em suas palavras:

“Assim, a ideia da constituição de uma vontade popular autônoma, de uma nova intelligentsia, de um novo sistema de valores, de uma cultura da “sociedade civil” contra a velha cultura estatista brasileira, que compôs o quadro de referência do Partido dos Trabalhadores em seu nascimento, cancelou o espaço de intervenção dos comunistas reunidos em torno de *Presença*, voltados à reinterpretação da tradição brasileira, de modo a torná-la lastro de uma política hegemônica em prol da democracia e do socialismo no Brasil. **Em outras palavras, a nova cultura de esquerda preconizava um país radicalmente diferente, quando a perspectiva de *Presença* era a da refundação democrática da história brasileira, a partir do seu momento mais plural e agudo, como foi o da derrota do regime militar.**” (Carvalho, 2007, p.279 (grifos meus))

Merece destaque, contudo, que esse caráter de “novidade” que marcou o PT, foi alvo de críticas dos próprios integrantes desse Partido. Francisco de Oliveira chega a questionar essa “novidade” absoluta que singularizaria o PT frente a todos os demais partidos de esquerda, em especial o PCB, ao longo da história brasileira (cf. Oliveira, 1986).

2.2. A questão da democracia em *Presença*

Se, como afirmamos anteriormente, a democracia política foi uma questão em aberto dentro das produções marxistas, em especial comunistas, ao longo de décadas, podemos propor que, nas páginas de *Presença – Revista de Política e Cultura*, a democracia deixaria de possuir esse caráter de questão com resposta em aberto¹³⁸. Não se questiona mais sobre se devemos ou não aderir à democracia no Brasil, mas sim, afirma-se invariavelmente uma posição democrática. Em outras palavras, não restava mais dúvidas para os intelectuais associados à Revista: a democracia política é o caminho a ser seguido no Brasil.

¹³⁸ Como indicado anteriormente, o ensaio de Carlos Nelson Coutinho seria o momento decisivo dessa nova compreensão da democracia a partir de uma linguagem marxista-comunista, a qual se radicalizaria nas páginas de *Presença*.

Ou seja, estamos sugerindo que nos exemplares de *Presença* já não se realiza mais, com centralidade, um debate de justificação do porquê de se aderir à democracia. Em última instância, a justificação dessa adesão era uma questão pressuposta, a qual, de outros modos, era repostada em novos debates e problemas. Agora, os questionamentos ao redor da democracia passariam a se realizar, sobretudo, a partir de questões conjunturais.

Quais os caminhos que a transição política brasileira seguia? Quais deveria assumir? Tancredo Neves ganhou, e agora? Como superar a crise econômica que o país enfrentava? Como compreender os resultados das eleições de 1985? Qual a importância da Constituinte? Como agir em relação a ela? O processo político brasileiro precisa de um novo ator coletivo?

Essas questões, entre muitas outras, foram abordadas ao longo dos exemplares de *Presença*. Grande parte das páginas dos volumes de *Presença*, além da maioria de seus editoriais, eram destinadas às análises conjunturais. No exemplar de fevereiro de 1984, por exemplo, era possível de se observar uma esperança frente à campanha das diretas-já. Ivan Ribeiro e Marco Aurélio Nogueira afirmariam a respeito:

“O novo dinamismo adquirido pela luta em favor das diretas resulta de um esforço pluralista de dar expressão política à consciência generalizada de que o país conhece dias ruins e requer um novo governo, dotado de uma legitimidade e respaldo popular.” (Ribeiro; Nogueira, 1984, pp.5-6)

Viveríamos, afirmavam os autores, uma fase da conclusão de um processo de transição, central para o futuro do país. Como atuar nesse período?

Segundo esses intelectuais, o regime militar assumia a estratégia de manipular de maneira conservadora a ideia de consenso, propondo que todos os atores políticos “deveriam se pautar pela moderação e aceitar até mesmo as eleições indiretas, apresentadas como derradeiras e indispensáveis da abertura controlada” (Ribeiro; Nogueira, 1984, p. 7).

No mais, não havia dúvidas da gravidade da crise enfrentada pelo país e da importância de um programa de consenso – fruto da união dos partidos políticos, sindicatos e demais setores da sociedade civil (e não tal como pretendido pelos militares) – que superasse a tendência “conciliatória” da política nacional, se estruturando sobre a participação popular e a democracia ampliada.

Derivar-se-ia desse ponto, portanto, a importância da campanha pelas diretas, uma vez que essa campanha explicitava a necessidade de se romper a ligação entre consenso político e eleições indiretas, segundo a análise desses intelectuais.

Já no exemplar seguinte da revista, novas questões eram apresentadas. Como sintetiza Nogueira:

“Ruptura, negociação, consenso. Conciliação, confronto ou entendimento? Cidadania ampliada. As massas e o poder. Uma nova institucionalidade. Democracia e socialismo.

Nunca se discutiu tanto no Brasil. Compreensível: a partir do aprofundamento da crise do regime e, mais tarde, da contagiante campanha pró-eleições diretas para Presidente da República, as atenções tinham mesmo que se concentrar no intrincado jogo político em curso e nos caminhos abertos à democracia brasileira. Afinal, o futuro passará a ser disputado palmo a palmo, num corpo a corpo árduo e arrastado.” (Nogueira, p.5-6, 1984)

Como proceder após a rejeição da emenda Dante de Oliveira¹³⁹? Para responder a essa questão, assim como compreender os rumos que a transição democrática no Brasil assumia, organizou-se, no terceiro exemplar de *Presença* (Maio de 1984), um “colóquio por escrito” ao qual variados analistas políticos – Lamounier, Coutinho, Werneck Vianna, Debrun, Quartim de Moraes e Guimarães – contribuíram.

Lamounier, entre outras propostas e análises, afirmava a necessidade – para se implantar uma estrutura razoavelmente democrática no Brasil – (i) de um programa de erradicação da miséria absoluta e de redução da desigualdade de renda, (ii) do reexame das regras constitucionais da representação político-partidária, em busca de legitimidade diante dos movimentos sociais e (iii) do reexame do papel das Forças Armadas, para melhor definir seu papel constitucional, eliminando-se o âmbito de seu papel tutelar (Lamounier, 1984, p. 11). Já Coutinho, recusando a compreensão do regime instaurado pós-1964 de fascista, manifesta que a difícil tarefa a ser realizada pela esquerda política brasileira seria encontrar um *tertium datur* entre dois extremos – são eles: a conciliação a qualquer preço ou a confrontação potencial –, devendo ser

¹³⁹ A emenda constitucional (PEC n.5/1983) formulada pelo deputado federal que deu o nome a tal emenda, em 1984, tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para Presidente da República no Brasil. Tal emenda foi rejeitada pela Câmara de Deputados no dia 25 de abril de 1984.

“moderna, mas não deixando de ser esquerda” (Coutinho, 1984, p.15) ¹⁴⁰. César Guimarães também afirmava que seria necessário recusar uma lógica de negociação pura (*cf.* Guimarães, 1984, pp. 30-36), enquanto Quartim de Moraes propunha que se rompesse com a tecnocracia, desenvolvendo a sociedade civil, sempre mantendo em vista que a “ditadura do aparelho militar não introduziu o autoritarismo na política brasileira, mas exacerbou, num grau inédito em nossa história, os aspectos burocráticos de um autoritarismo pré-existente” (Quartim de Moraes, 1984, p. 28).

Por sua vez, Werneck Vianna enfrentaria o problema da ruptura, borrando os conceitos de transição e revolução para o caso brasileiro. Ainda, para o autor:

“[A] crise atual da sociedade brasileira, difere de todas as anteriores, na medida em que revela e se confronta com uma nova realidade nas classes subordinadas, patenteando, por outro lado, uma inviabilidade construtiva à presente configuração do Estado para repô-las, em papel tutelado, na nova sociedade de classes resultante da modernização.” (Vianna, 1984, p. 20)

Deveríamos lutar em direção da ruptura, impedindo a reprodução política do regime, dando curso e aprofundamento à democratização. Em outro artigo, Werneck Vianna explicitaria de modo ainda mais claro sua posição em relação à conjuntura do período:

“Esta hora da transição pode significar a erradicação destas raízes autoritárias e da pior ameaça que persiste nelas – a conversão de um fascismo latente em manifesto. Nesta perspectiva, a conquista da democracia política, alternativa real ao anacronismo populista, consiste numa verdadeira revolução, e não só porque interrompe um ciclo em que o autoritarismo sempre tem encontrando as condições para sua reiteração, como também porque favorece o ingresso das massas no mundo da política organizada, tornando-as, seus partidos, sindicatos e associações, um ator com capacidade de protagonismo efetivo. E, suas necessidades e reivindicações, urgências a serem atendidas em razão do peso e densidade política e social, num movimento ininterrompido de democratização progressiva do Estado e da sociedade.” (Vianna, 1986, p. 21)

O tempo passou. Tancredo Neves venceu. O “malufismo” saiu derrotado. O Brasil estaria mudando? Novas reformas econômicas foram implantadas.

¹⁴⁰ Segundo Carlos Nelson Coutinho, a esquerda deveria reconhecer que o Brasil contemporâneo, sendo uma sociedade pluralista e complexa, careceria de democracia como valor universal e, mais do que isso, deveria se empenhar na luta pela construção e hegemonia de um novo bloco histórico operário e nacional-popular, capaz de nos levar progressivamente a uma sociedade socialista fundada numa democracia de massas (Coutinho, 1984, p.15)

Substitui-se a moeda em 1986, a partir de um movimento de prestidigitação. O cruzeiro tornou-se cruzado. Aos olhos de *Presença*, um programa de mudança começaria a se realizar, com o estabelecimento de um patamar de 804 cruzados para o salário-mínimo, assim como de um seguro desemprego. A redação de *Presença* afirmaria¹⁴¹:

“O país amanheceu no dia 28 de fevereiro vivendo uma nova realidade. E esta realidade não é apenas econômica, mas essencialmente política: o povo e cada cidadão foram erguidos a condição de sujeitos da história. (...)”

A economia se apresenta, agora – e como nunca –, como expressão concentrada da política. A transição à democracia tem sua sorte associada ao êxito do programa de mudanças desencadeado pelo governo. (...) [C]omo se verifica – para perplexidade de tantos –, a efetivação das mudanças contidas na reforma econômica depende da participação *ativa* do povo e de suas organizações. E é isto que traz consigo a possibilidade de aprofundamento do processo de transição, encaminhando-o para uma ruptura democrática quanto ao antigo regime e ao tipo de capitalismo autoritário que vem predominando no país.

Participação popular que deve incluir os sindicatos, as associações de moradores, os movimentos de mulheres, as paróquias religiosas, etc., *mas sobretudo os partidos políticos* que operaram a transição, compondo esta ampla coalizão democrática que repele o revanchismo do antigo regime e o populismo autoritário, e que ora convergem na busca da conquista da democracia política e da mudança social.” (*Presença* (nº. 7), 1986, p. 8)

Nota-se, novamente, a ênfase sobre a função dos partidos políticos. Como já afirmamos, as questões ao redor dos partidos sempre receberam atenção especial nos exemplares de *Presença*. A interpretação que a Revista apresentava, de modo geral, defendia que a transição democrática necessitava de um ator coletivo que incorporasse as reivindicações da esquerda na arena política. Aos olhos de *Presença*, o futuro da democracia do país, assim como da esquerda política, estaria em grande parte associado ao sucesso das ações do PMDB (como partido-frente) de se tornar a força dinamizadora da transição, incorporando as massas ao processo político, assim como redefinindo o campo da política para toda a esquerda. As apostas de sucesso das consideradas “esquerdas minoritárias” agrupadas no PT e no Partido Democrático Trabalhista (PDT) eram reduzidas e, mais do que isso, a leitura conjuntural realizada pelos

¹⁴¹ O exemplar nº. 7, como afirmamos anteriormente, teve como editores Nogueira, Lahuerta e Werneck Vianna.

militantes de esquerda radicalizados (entre os quais, parte significativa do PT) tendia a ser considerada como equivocada¹⁴².

A Constituinte também chegou e com ela os riscos em relação ao futuro político do Brasil, segundo Vianna. Por se tratar de “um momento acirrado de luta pela hegemonia, [ela] qualificaria dramaticamente a conjuntura da transição” (Vianna, 1987, p. 8). Sobre esse particular momento político, o autor afirma:

“Mas, se a via democrática, ao longo destas duas últimas décadas, se vem impondo à estreiteza sectária da frente de esquerda, hoje, esta é uma realidade ameaçada: a ideia de que já vivemos numa democracia, o que implicaria a dispensa da estratégia da transição como superada pelos acontecimentos; quer pela gravidade da crise econômica, que pode comprometer o alinhamento político da sociedade, expresso nas últimas eleições em defesa da Nova República.” (Vianna, 1987, p. 8)

Novos resultados políticos foram construídos. Nem sempre esses resultados foram os desejados pelos intelectuais ao redor da Revista, assim como, talvez, parte das inúmeras previsões políticas e análises conjunturais não foram acertadas. Porém, após esse particular recorte das análises conjunturais presentes nos exemplares de *Presença*¹⁴³, o que merece ser ressaltado é como os fatos e acontecimentos políticos não abalaram, em qualquer momento, as *crenças democráticas* dos intelectuais agrupados em torno da Revista. O valor da democracia não é, em nenhum momento, colocado em questão. Questionam-se as ações dos atores políticos, as opções partidárias, as reformas econômicas, entre outros pontos. Contudo, o valor da democracia sempre permanece enaltecido e intacto ao longo das análises. Revela-se assim, a nosso ver, a principal característica da fisionomia político-intelectual de *Presença*: a *valorização da democracia* a partir de uma linguagem marxista.

Nas análises da conjuntura política, econômica e social do Brasil os intelectuais utilizavam conceitos marxistas, apresentando aos leitores desenvolvimentos teórico-conceituais fortemente influenciados pela obra de Antonio Gramsci. Se, a adesão à democracia se realiza por completo nas páginas

¹⁴² Variados artigos ao longo da Revista expressam essa opinião. Ver, especialmente, Vianna 1987, *Presença*, n° 8, fevereiro de 1987.

¹⁴³ Como o leitor deve imaginar, não visamos – nem temos condição de – apresentar, de modo detalhado, cada análise conjuntural presente na Revista, mas sim, a partir de uma exposição de alguns artigos escolhidos de *Presença*, realizar uma análise geral do *espírito político* e da *fisionomia intelectual* dessa Revista.

de *Presença*, também podemos afirmar que nos exemplares dessa Revista a influência teórica do autor sardo se consolida, como também se potencializa. Se a influência de Gramsci já se fazia presente na literatura marxista (e, especificamente, marxista-comunista) do país, nas páginas de *Presença* Gramsci deixa, gradualmente, de dividir espaço com outros teóricos marxistas, se consolidando como o principal referencial teórico do grupo. Grande parte do décimo-sétimo exemplar de *Presença* é dedicado ao pensamento do comunista sardo, em homenagem ao centenário de nascimento dele.

No mais, seria equivocado restringir as publicações de *Presença* às análises político-conjunturais do Brasil presentes em seus exemplares. Se, de fato, tais análises assumiram importante espaço na publicação, também outras análises sobre a conjuntura internacional, especialmente focadas na questão da União Soviética e do socialismo real, assim como o desenvolvimento de questões de cunho teórico, sobretudo marxista, tanto políticas, como também literárias e culturais também estão presentes na Revista¹⁴⁴. Além do mais, temas e assuntos contemporâneos, das mais variadas ordens, integraram debates e suplementos de *Presença*.

As temáticas dos direitos, da cidadania, da modernidade, das questões institucionais, assim como desenvolvimentos ao redor da temática da pobreza e da violência vão, gradualmente, ganhando espaço ao longo dos exemplares da Revista¹⁴⁵. Questões em torno da democracia europeia, das esquerdas do antigo continente, assim como das grandes mudanças que marcaram a política europeia durante as décadas de 1980 e início dos anos 1990 não foram negligenciadas.

Entretanto, a nosso ver, merece destaque a abertura teórica em geral que a Revista praticou, a qual é, sem dúvidas, inovadora no campo de esquerda. A interlocução teórico-política com intelectuais de diversas linhagens se realizou em entrevistas¹⁴⁶, como também em artigos e traduções. Restringindo-se a questões

¹⁴⁴ Sobre crítica literária e crítica cultural, destacam-se as contribuições realizadas por Leandro Konder à Revista. A respeito da União Soviética e seus movimentos de renovação política, no décimo exemplar de *Presença* há um suplemento focado na questão da *Glasnost*.

¹⁴⁵ Destacável, por exemplo, o posicionamento de *Presença* pró-exibição do “polêmico” filme de Jean-Luc Godard, *Je vous salue, Marie*.

¹⁴⁶ Entre outros entrevistados, constam: Luiz Gonzaga de Mello Belluzo, Marilena Chauí, Maria da Conceição Tavares, José Arthur Giannotti, João Manuel Cardoso de Mello, Fernando Gabeira, Marcos Lontra, Eduardo Subirats, Carlos Estevam Martins, José Miguel Wisnik, Daniel Filho, Rachel Valença, Armênio Guedes, Luiz Antonio Medeiros.

em torno do marxismo, além de leituras – muitas das quais heterodoxas – de Marx e Gramsci, foram publicados artigos e/ou resenhas de (e sobre) Habermas, de modo mais genérico, sobre a teoria crítica, sobre o individualismo metodológico, entre outros temas de destaque. Richard Morse, e questões em torno de *O espelho de próspero*, estão presentes, por exemplo, em mais de um dos volumes da revista. Até mesmo questões a respeito da pós-modernidade (e dos pós-modernismos) são abordadas. Dado isso, não é de se estranhar que a linguagem utilizada pelos principais intelectuais vinculados à *Presença* esteja em constante movimento de renovação, com a introdução de novos conceitos, os quais possibilitam o desenvolvimento de novas temáticas e problemas teóricos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, ao longo do capítulo, inserir *Presença – Revista de Política e Cultura*, em um amplo movimento que parte do marxismo de matriz comunista brasileiro realizou, aderindo à democracia política. Nas páginas de *Presença*, a nosso ver, essas interpretações marxistas renovadas se realizaram por completo. Posicionando-se perante o debate político do período, a Revista assumiu como característica central de sua fisionomia política e intelectual a *valorização da democracia*, em especial, a partir dos nexos conceituais e teóricos oriundos do particular marxismo comunista que apresentamos anteriormente.

No limite, podemos afirmar que as análises conjunturais presente nos exemplares da Revista são as formas acabadas de expressão de uma específica vertente “positiva” do comunismo brasileiro que sempre buscou pensar *a política a partir de como ela está se efetivando* – com doses de certo realismo político. Os grandes esquemas e teorias foram, gradualmente, substituídos por análises políticas conjunturais fortemente inspiradas em uma particular leitura da obra de Antonio Gramsci.

Enquanto uma revista plural, *Presença* concedeu espaço para a introdução de diversas temáticas e posições teóricas divergentes. Desse modo, o ambiente intelectual marxista-comunista brasileiro, vinculado à publicação, respirou novos ares.

Presença pode ser entendida não só como o limite de uma particular proposta editorial, a qual buscava realizar a junção de política, cultura, opinião e textos acadêmicos, mas, mais do que isso, a Revista situa-se em um “ponto limite” de um marxismo com claras características comunistas que aderiu à democracia política no Brasil. Se, por um lado, foi o ápice dos desenvolvimentos democráticos realizados pelos intelectuais vinculados a tal modo de pensar, também, por outro lado, pode ser considerada o ponto final desse perfil de contribuições.

A relação possível entre linguagem marxista-comunista e desenvolvimentos político-conceituais democráticos tornou-se, de algum modo, obsoleta em grande parte por tarefa dos próprios intelectuais analisados neste estudo. A partir do fim dos anos 1980, início dos anos 1990, os intelectuais vinculados à revista *Presença* expandiram suas linguagem teórico-conceituais, até mesmo em reflexo às constantes inovações teóricas presentes na Revista, sem se preocuparem em sustentar uma linguagem fortemente pautada em usos conceituais vinculados a certo marxismo-comunismo. O comunismo e seus partidos – assim como suas linguagens – ficaram para um passado histórico. A democracia, seus valores, instituições e discursos continuam no presente e, quiçá, se tudo correr como o desejado, no futuro. Já o marxismo se preservou nos discursos teóricos dos intelectuais estudados, assim como a referências e usos conceitual do vocabulário gramsciano, porém não a partir de formas dogmáticas, doutrinárias, ou mesmo vinculadas a um reduzido uso conceitual legitimado. Contudo, um grave problema factual, se pensarmos na conjuntura político-social brasileira, permanece: vivemos em uma democracia política mas (ainda) não atingimos padrões razoáveis de justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender o movimento de adesão à democracia realizada por um grupo de intelectuais comunistas brasileiros ao longo dos anos 1970 e 1980. Com a utilização de conceitos associados especialmente à obra de Antonio Gramsci, a adesão à democracia foi legitimada, a partir de uma nova interpretação da história brasileira.

Segundo esses intelectuais, o caminho particular que a história brasileira seguia, realizando-se num processo de *revolução passiva* – com fortes características *prussianas*, no qual as massas eram sempre excluídas do poder –, poderia ser superado a partir da democratização do país. Portanto, os atores, vinculados ao campo da esquerda do período, deveriam lutar pela democracia política ou, ainda, de modo mais genérico, por um processo amplo de democratização¹⁴⁷. Se, Carlos Nelson Coutinho apresentou de modo pioneiro, no ensaio “A democracia como valor universal” (1979), uma argumentação defendendo a adesão à democracia a partir de uma linguagem marxista-comunista, foi nas páginas da revista *Presença* que esse discurso político democrático atingiu seu apogeu.

Uma ampla gama de novos conceitos foi introduzida, gradualmente, nas produções comunistas por esses intelectuais. Conjuntamente a essa renovação conceitual, verifica-se o desenvolvimento de novas temáticas a partir de uma linguagem ainda fortemente identificada com o marxismo de matriz comunista. Sinteticamente, podemos afirmar que as temáticas desenvolvidas nesses trabalhos não só se renovaram, como também se desenvolveram, ganhando maior amplitude e variabilidade. Como indicamos no capítulo anterior, ao longo das páginas de *Presença – Revista de Política e Cultura*, temas contemporâneos como os associados à cidadania e à necessidade do permanente processo de ampliação dos direitos políticos e sociais, por exemplo, foram amplamente abordados¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Carlos Nelson Coutinho, entre outros, enfatizava a importância de um constante movimento de expansão democratização. A seu ver, esse movimento era mais amplo que a instituições vinculadas usualmente à democracia política. Ver, entre outros, Coutinho, 2008.

¹⁴⁸ Sobre essas temáticas, ver, entre outros, Vianna, 1983.

No mais, sugerimos que a adesão à democracia realizada por esse grupo de intelectuais comunistas estava inserida em um movimento mais amplo das ideias políticas no Brasil. De modo geral, ao longo das décadas 1970 e 1980, verifica-se uma mudança de centralidade do debate político-conceitual do país. A questão democrática transformou-se em questão central, deslocando a temática do desenvolvimento para uma posição periférica.

A nosso ver, o contexto político-econômico e social assume um papel decisivo na explicação desse movimento pró-democrático das ideias políticas no Brasil. Contudo – ao contrário do que, em primeiro momento, pode-se imaginar –, não se verifica, no caso brasileiro, um movimento direto entre as formas econômico-sociais e as ideias políticas. O movimento que se realiza entre as variadas formas (econômico-sociais e das ideias) no Brasil é dotado de uma particular complexidade, uma vez que vivemos em um país em que diversos processos de formação seguem em paralelo sem se completarem plenamente enquanto forma (*cf.* Schwarz, 2008; Ricupero, 2008). Especificamente, na questão da adesão à democracia, se, por um lado, os acontecimentos derivados de um regime autoritário – ou seja, o contexto geral – assumem um papel importante no “aprendizado democrático” associado à parte significativa da esquerda política brasileira, por outro lado, seria equivocado derivar *unicamente* da existência de tal regime e das ações praticadas por ele o movimento de adesão à democracia realizado por parte significativa dos atores políticos do período.

O “esvaziamento” da temática ao redor do desenvolvimento econômico também teve importância no movimento teórico-político de valorização à democracia. Entretanto, comete-se novamente um equívoco ao se associar somente (e diretamente) a mudança da conjuntura econômica à adesão à democracia. Se é verdade que as teorias do período eram incapazes de explicar a “paradoxal” situação político-econômica em que o Brasil se encontrava durante o período pós-1964 – ao mesmo tempo em que o Brasil se modernizava, não avançava em direção à democracia, como previsto nessas teorias –, a nosso ver, também se cometeria um erro ao generalizar dessa constatação uma explicação a respeito do movimento de adesão à democracia estudado.

Desse modo, estamos sugerindo que a adesão à democracia defendida por intelectuais comunistas, assim como o movimento mais amplo das ideias políticas em direção da valorização da questão democrática, só pode ser interpretada de forma válida ao se levar em consideração *conjuntamente* os fatores listados anteriormente.

Por fim, não deixa de ser interessante notar que os intelectuais *marxistas* – tanto comunistas, como os associados a certo marxismo acadêmico – assumiram uma posição decisiva na valorização da democracia política no país. Por que as ideias apresentadas por esses intelectuais marxistas foram pioneiras e/ou ganharam centralidade?

A nosso ver, para responder essa questão é necessário se recordar que o marxismo possuía centralidade na vida intelectual no Brasil. Como afirma Brandão:

“Quem adensa a vida intelectual brasileira no século XX é o marxismo. Entre os anos 1930 e 1980, os mais importantes do século, nenhuma outra corrente conseguiu criar uma “cultura” em sentido sartriano, isto é, uma constelação intelectual que se torna capaz de “destilar uma série de problemas, hipóteses, formas de abordagens, controvérsias, resultados ou fracassos analíticos que vão construir um fundo comum ao qual a comunidade científica é obrigada a se referir no enfrentamento das questões postas pelas circunstâncias históricas.” (Brandão, 2010, p. 309)

Portanto, não é um acaso que alguns dos principais desenvolvimentos a respeito da questão da adesão à democracia no Brasil ocorram a partir de linguagens teórico-políticas relacionadas com o marxismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, D. 2006. "Introdução". In: AARÃO REIS, D.; SÁ, J. F. (orgs.) *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular.

ABRANCHES, S. 1992. "O Estado". In: JAGUARIBE, H. *Sociedade, estado e partidos na atualidade brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.

ARANTES, P. E. 1992. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ARIAS, S. 2005. "Astrogildo Pereira e a Revista *Estudos Sociais*". *Novos Rumos*, nº 44, ano 20.

ARICÓ, J. [1985] 1988. "Geografia de Gramsci na América Latina". In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 1988. *La cola del diablo. Itinerario de Gramsci em América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad.

BACHA, E. L.; MALAN, P. S. 1988. "A dívida externa brasileira: do milagre ao fundo". STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BAPTISTA, K. A. 2010. "O Cebrap nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil". *Perspectivas*, v. 37, pp. 225-248.

BARROS, R. 1986. "The Left and Democracy: Recent Debates in Latin America". *Telos: A Quarterly Journal of Critical Thought*, nº 68 (Summer), pp. 49-70.

BERTONCELO, E. 2007. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp.

BIANCHI, A. 2006. "Revolução passiva: o pretérito do futuro". *Crítica Marxista*, nº. 23, p. 34-57.

BRANDÃO, G. M. 1997. *A esquerda positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Editora Hucitec.

_____. 1999. "Meu amigo David Capistrano". In: BRANDÃO, G. M.; COELHO, S. (org.) 2010. *Gildo Marçal Brandão: Itinerários intelectuais*. São Paulo: Editora Hucitec.

_____. 2007. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec.

_____. 2010. *Gildo Marçal Brandão: Itinerários intelectuais*. São Paulo: Editora Hucitec.

CAPISTRANO FILHO, D. 1983. "Doze teses sobre a conjuntura política". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 1, novembro. São Paulo: Editora Caetés.

CARDOSO, F. H. 1975. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 1983. "PMDB, ou o teste da oposição no governo". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº1, novembro. São Paulo: Editora Caetés.

CARNEIRO, R. 2002. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP.

CARVALHO, M. A. R. 1991. "Aos leitores". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 16, abril. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural.

_____. 2007. "Breve história do "comunismo democrático" no Brasil". In: FERREIRA, J; AARÃO REIS, D. (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHAVES NETO, E. 1982. *Sentido dinâmico de democracia*. São Paulo: Brasiliense.

CODATO, A. 2005. "Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia". *Revista de Sociologia Política*, nº. 25 (Novembro).

COSTA, T. de L. F. F. 1998. *A Profile of Contemporary Political Discourse in Brazil: The Rhetoric of Intransigence in the 1987-1988 Constituent Experience*. Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. University of Cambridge.

COUTINHO, C. N. 1979. "A Democracia Como Valor Universal". In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 9 (Março). Editora Civilização Brasileira.

_____. [1979] 1984. "Gramsci e nós". In: *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Salamandra.

_____. 1984. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Salamandra.
1984b

_____. 1985. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. 1988. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

COUTINHO, C. N. [1994], 2008. "Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci". In: COUTINHO, C. N. 2008. *Marxismo e política*. A dualidade de poderes e outros ensaios. 3ª edição. São Paulo: Cortez.

_____. 2007. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 2008. *Contra a corrente*. Ensaio sobre democracia e socialismo. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Cortez.

CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2001. "Astrojildo Pereira". In: CPDOC, 2001. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

DÓRIA, C. A. 1983. "A questão do imobilismo". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº1, novembro. São Paulo: Editora Caetés.

FARIA, V. 1984. "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos". In: ALMEIDA, M. H.; SORJ, B. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.

FISHLOW, A. 1988. "Uma história de dois presidentes: A economia política da gestão da crise". In: STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALLIE, W.B. 1956. "Essentially Contested Concepts", *Proceedings of the Aristotelian Society*, Vol.56, (1956), pp.167-198.

GARCIA, M. A. 1984. "A cruzada anti-PT do professor Acácio". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 3, maio. São Paulo: Caetés.

_____. (org.) 1986. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GENRO FILHO, A. 1979. "A democracia como Valor Operário e Popular (Resposta a Carlos Nelson Coutinho)". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 17 (Novembro). Editora Civilização Brasileira.

GERMINO, D. 2003. "Interpretando Gramsci". In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, A. 1968. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUEDES, A. 1983. "Apresentação". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº1, novembro. São Paulo: Editora Caetés.

GUIMARÃES, C. 1984. "A lógica da negociação pura". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 3, maio. São Paulo: Caetés.

HOBBSBAWM, E. 2003. *Revolucionários: Ensaio Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2004. "Do feudalismo para o capitalismo". In SWEEZY, P (org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo: Um debate*. 5ª Edição, São Paulo: Paz e Terra.

HORE, Q.; NOWELL-SMITH. G., 1992. "Introduction". In: GRAMSCI, A. (author); HORE, Q.; NOWELL-SMITH. G. (edit. and transl.), 1992. *Selections from Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. New York: International Publishers.

KOSELLECK, R. 2006. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio.

LAHUERTA, M. 1999. *Intelectuais e transição: a política e a profissão*. Tese apresentada como exigência parcial para obtenção de título de Doutor em Ciência Política. Universidade de São Paulo.

LAHUERTA, M. 2001. "Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil". *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15.

LAMOUNIER, B. 1984. "Completar a transição". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 3, maio. São Paulo: Caetés.

_____. 1988. "O "Brasil autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a ditadura". STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEFORT, C. 1979. *As formas da História: Ensaio de antropologia política*. São Paulo: Editora Brasiliense.

LUKES, S. 1982. "Can a Marxist Believe in Human Rights?". In: *Praxis*, 1, IV, Jan, pp. 334-345.

KONDER, L. 1980. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

MAGANE, F. 2007. *Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho*. Dissertação de mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo.

MARX, K. 2002. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MERQUIOR, J. G. 1981. *As idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

NAVES, R. 1981. "Contribuição ao Debate sobre a Democracia". *Temas de Ciências Humanas*, nº. 10.

NOGUEIRA, M. A. 1983. "Comunistas, comunismo: o desafio da renovação". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº1, novembro. São Paulo: Editora Caetés.

_____. 1984. "Da cultura à democracia: a transição em debate". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 3, maio. São Paulo: Caetés.

_____. [1985] 1988. "Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil". In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA, F. 1984. "Qual é a do PT?". In: SADER, E. (org.). *E agora, PT?*. São Paulo: Editora Brasiliense.

PORTANTIERO, J. C. 1977. "Los Usos de Gramsci". In: GRAMSCI, A., *Escritos Políticos, 1917-1933*. 1ª Edição, México: Ediciones Passado y Presente.

QUARTIM DE MORAES, J. 1984. "Autoritarismo e ditadura". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 3, maio. São Paulo: Caetés.

RAWLS, J. 2011. *O liberalismo político. Edição ampliada*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

RIBEIRO, I. 1988. *Agricultura, Democracia e Socialismo*. COUTINHO, C.; DAVID, M. (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RIBEIRO, I.; NOGUEIRA M. A. 1984. "Diretas com consenso". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 2, fevereiro. São Paulo: Caetés.

RICUPERO, B. 2008. "Da formação a forma. Ainda as "ideias fora do lugar"". *Lua Nova*, nº 73, pp. 59-69.

SALLUM JR., B. 1994. "Transição Política e crise de Estado". *Lua Nova*, nº 32 (abril), pp. 133-167.

_____. 1996. *Labirintos: Dos generais à nova república*. São Paulo: Editora Hucitec.

SCHWARZ, R. [1978] 2008. *O pai da família e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1999. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2008. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª Edição (4ª reimpressão). São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34.

SECCO, L. 2002. *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez.

_____. 2006. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda.

SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. 2007. "A Valorização da Política na Trajetória Pecebista". In: RIDENTI, M.; AARÃO REIS, D. (orgs.), *História do Marxismo no Brasil*, Vol. 6, Campinas: Editora Unicamp.

SKIDMORE, T. 1988. "A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985". In: STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SORJ, B. 2001. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

STEPAN, A. 1988. "Introdução". In: STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SWEEZY, P. (org.). 2004. *A transição do feudalismo para o capitalismo: Um debate*. 5ª Edição, São Paulo: Paz e Terra.

SYPNOWICH, C. 1992. "The Future of Socialist Legality: A Reply to Hunt". In: *New Left Review*, 193 (May/June).

TOLEDO, C. 1994. "As esquerdas e a redescoberta da democracia". In: DAGNINO, E. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

VIANNA, L. W. 1978. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 1978b. "A propósito de uma apresentação". In: GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: GRAAL.

_____. 1983. "O problema da cidadania na hora da transição democrática". In: VIANNA, L. W. 1986. *Travessia: da Abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora.

_____. 1984. "O problema da ruptura". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 3, maio. São Paulo: Caetés.

_____. 1986. "Populismo, cavalo de Tróia do autoritarismo". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 7 (março). São Paulo: Caetés.

_____. 1986b. *Travessia: da Abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora.

_____. 1987. "A ruptura está na Constituinte". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 10 (julho), pp. 5-9. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural.

VIANNA, L. W. 1988. "Problemas modernos na construção da hegemonia". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 11 (janeiro). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural.

_____. 1989. "A esquerda, a cultura política jacobina e os neoliberais". *Presença – Revista de política e cultura*, nº14 (novembro). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural.

_____. 1999. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. 2004. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan.

WEFFORT, F. 1984. *Por que Democracia?* São Paulo: Editora Brasiliense.

WERNECK, A. 1984. "O PT e a cruzada infantil". In: *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 2 (fevereiro), São Paulo.

ZAIDAN FILHO, M. 1987. "As conseqüências de uma estratégia". In: *Presença – Revista de política e cultura*, nº9 (Fevereiro). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural.